



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **PAUTA DA 67ª REUNIÃO**

**(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)**

**15/10/2025  
QUARTA-FEIRA  
às 11 horas**

**Presidente: Senadora Damares Alves**

**Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli**



**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

**67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 15/10/2025.**

**67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***quarta-feira, às 11 horas***

# **SUMÁRIO**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>PL 2169/2019</b> (Tramita em conjunto com: PL 3030/2019) - Não Terminativo -	<b>SENADOR MARCIO BITTAR</b>	<b>15</b>
2	<b>PL 3803/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA DAMARES ALVES</b>	<b>66</b>
3	<b>PL 5608/2023</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA DAMARES ALVES</b>	<b>80</b>
4	<b>PL 851/2021</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR MARCOS ROGÉRIO</b>	<b>94</b>
5	<b>PL 4167/2023</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR MARCOS ROGÉRIO</b>	<b>103</b>

6	<b>SUG 6/2021</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR FLÁVIO BOLSONARO</b>	<b>113</b>
7	<b>SUG 12/2021</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR MAGNO MALTA</b>	<b>128</b>
8	<b>PL 4159/2023</b> - Terminativo -	<b>SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA</b>	<b>143</b>
9	<b>PL 4792/2023</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES</b>	<b>162</b>
10	<b>PL 5329/2023</b> - Terminativo -	<b>SENADOR FABIANO CONTARATO</b>	<b>172</b>
11	<b>PL 385/2024</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR FLÁVIO ARNS</b>	<b>180</b>
12	<b>PL 577/2024</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA IVETE DA SILVEIRA</b>	<b>191</b>
13	<b>PL 979/2025</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA IVETE DA SILVEIRA</b>	<b>199</b>
14	<b>PL 1986/2025</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ALESSANDRO VIEIRA</b>	<b>208</b>
15	<b>RELATÓRIO</b>		<b>219</b>
16	<b>PL 880/2021</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR PAULO PAIM</b>	<b>220</b>
17	<b>PL 5760/2023</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR PAULO PAIM</b>	<b>261</b>
18	<b>REQ 114/2025 - CDH</b> - Não Terminativo -		<b>275</b>

19	<b>PL 2524/2024</b>  - Não Terminativo -	<b>SENADOR EDUARDO GIRÃO</b>	<b>278</b>
20	<b>RELATÓRIO</b>		<b>305</b>



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)</b>			
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Giordano(MDB)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(PL)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 VAGO(9)(23)(19)	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)</b>			
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Pedro Chaves(MDB)(24)(4)	GO 3303-2092 / 2099
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGO	
VAGO(22)(20)		4 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)</b>			
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Romário(PL)(2)	RJ 3303-6519 / 6517
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)</b>			
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
<b>Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)</b>			
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(5)	SE 3303-1763 / 1764
Damara Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damara Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damara Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
- (22) Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leito deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
- (23) Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).

(24) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00  
SECRETÁRIO(A): DIMITRI MARTIN STEPANENKO  
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: [cdh@senado.leg.br](mailto:cdh@senado.leg.br)



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 15 de outubro de 2025  
(quarta-feira)  
às 11h

**PAUTA**

67ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**  
**PARTICIPATIVA - CDH**

	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Atualizações:

1. Vinculação do texto do Req. nº 114/2025. (10/10/2025 15:47)
2. Inclusão de matérias. (11/10/2025 12:21)
3. Inclusão de matérias. (14/10/2025 07:43)

## PAUTA

### ITEM 1

#### **TRAMITAÇÃO CONJUNTA** **PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019**

##### **- Não Terminativo -**

*Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.*

**Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro

##### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

#### **TRAMITA EM CONJUNTO** **PROJETO DE LEI Nº 3030, DE 2019**

##### **- Não Terminativo -**

*Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato

##### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**Relatoria:** Senador Marcio Bittar

**Relatório:** pela prejudicialidade do PL nº 3.030, de 2019, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

##### **Observações:**

*Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.*

### ITEM 2

#### **PROJETO DE LEI Nº 3803, DE 2019**

##### **- Não Terminativo -**

*Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas.*

**Autoria:** Senador Major Olimpio

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

##### **Observações:**

*Tramitação: CDH, CE e CCJ, em decisão terminativa.*

##### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

### ITEM 3

**PROJETO DE LEI Nº 5608, DE 2023****- Não Terminativo -**

*Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CAS.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 4****PROJETO DE LEI Nº 851, DE 2021****- Não Terminativo -**

*Institui ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19.*

**Autoria:** Senadora Eliziane Gama

**Relatoria:** Senador Marcos Rogério

**Relatório:** pela rejeição do projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH, CAS e CAE, em decisão terminativa.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 5****PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023****- Não Terminativo -**

*Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**Relatoria:** Senador Marcos Rogério

**Relatório:** favorável ao projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 6****SUGESTÃO Nº 6, DE 2021****- Não Terminativo -**

*"Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - chega de contagem*

*secreta!"*

**Autoria:** Programa e-Cidadania

**Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro

**Relatório:** favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

## ITEM 7

### SUGESTÃO Nº 12, DE 2021

**- Não Terminativo -**

*"Tornar a pedofilia crime inafiançável".*

**Autoria:** Programa e-Cidadania

**Relatoria:** Senador Magno Malta

**Relatório:** favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

## ITEM 8

### PROJETO DE LEI Nº 4159, DE 2023

**- Terminativo -**

*Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves

**Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CAS e terminativo na CDH.*

- Em 05/06/2024, a matéria recebeu parecer favorável da CAS.
- Em 10/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.
- Em 17/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.
- Em 24/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.
- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.
- Em 08/10/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Parecer](#) (CAS)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

## ITEM 9

### PROJETO DE LEI Nº 4792, DE 2023

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.*

**Autoria:** Senador Ciro Nogueira

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** favorável ao projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CCDD, em decisão terminativa.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 10****PROJETO DE LEI Nº 5329, DE 2023****- Terminativo -**

*Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social”.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Fabiano Contarato

**Relatório:** pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH em decisão terminativa.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 11****PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2024****- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CCJ.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 12****PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024****- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.*

**Autoria:** Senadora Augusta Brito

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e posteriormente à CE, em decisão terminativa.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

### ITEM 13

#### PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.*

**Autoria:** Senadora Jussara Lima

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** favorável ao projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

### ITEM 14

#### PROJETO DE LEI Nº 1986, DE 2025

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida.*

**Autoria:** Senadora Jussara Lima

**Relatoria:** Senador Alessandro Vieira

**Relatório:** favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

### ITEM 15

#### Relatório de diligência externa - Viamão/RS

*Relatório da diligência externa da CDH realizada no município de Viamão/RS.*

**Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



**ITEM 16****PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2021****- Não Terminativo -**

*Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta, pela aprovação das emendas nº 4-T, 5-T, 7-T, 8-T, 9-T e 10-T, e pela rejeição das emendas nos 1-T, 2-T, 3-T e 6-T.

**Observações:**

*Tramitação: CDH, CMA e terminativo na CAS.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Emenda 1-T \(CDH\)](#)

[Emenda 2-T \(CDH\)](#)

[Emenda 3-T \(CDH\)](#)

[Emenda 4-T \(CDH\)](#)

[Emenda 5-T \(CDH\)](#)

[Emenda 6-T \(CDH\)](#)

[Emenda 7-T \(CDH\)](#)

[Emenda 8-T \(CDH\)](#)

[Emenda 9-T \(CDH\)](#)

[Emenda 10-T \(CDH\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 17****PROJETO DE LEI Nº 5760, DE 2023****- Não Terminativo -**

*Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH, CCJ e CAS.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 18****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA Nº 114, DE 2025**

*Requer a realização de Audiência Pública par debater o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos"*

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CDH)

## ITEM 19

### PROJETO DE LEI Nº 2524, DE 2024

**- Não Terminativo -**

*Dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil, estabelecendo a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez.*

**Autoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatoria:** Senador Eduardo Girão

**Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação:* CDH, CAS e terminativo na CCJ.

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

## ITEM 20

### Relatório de diligência externa - Humaitá e Manicoré/AM

*Relatório da diligência externa da CDH realizada nos municípios de Humaitá e Manicoré/AM.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves

1

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2019**

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Dê-se aos parágrafos 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 a seguinte redação:

“**Art. 121**.....

§ 3º O período máximo de internação não excederá a 07 (sete) anos.

.....

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e cinco anos de idade.”(NR)

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não obstante o tema objeto desta proposição ser suscetível de gerar acirrados debates e polêmicas, seja no Parlamento, seja na sociedade e nas mídias, o enfrentamento da questão deve considerar o cotidiano das diversas regiões do país, posto que o clamor público reivindica medidas efetivas de combate ao crime e fortalecimento da segurança pública.

Ainda que se argumente que a majoração do lapso temporal das reprimendas não resolverá de imediato o problema da violência, o viés puramente ideológico não deve prevalecer ante à imprescindível necessidade de reformas para tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores.

A alteração do prazo da medida sócio-educativa de internação de adolescentes encontra-se associada à ideia de que, ainda que os jovens estejam em processo de construção de identidade, nos dias atuais a capacidade de desenvolver valores e compreender a realidade ao entorno é adquirida cada vez mais precocemente, eis que existe total franqueamento de toda sorte de tecnologias, além da globalização, o que favorece desenvolvimento e estímulos cada vez mais prematuros.

A manutenção do prazo de 03 anos do período de internação - concepção adotada à época da entrada em vigor da Lei 8.069/1990 – não se mostra mais aceitável como resposta estatal face ao crescente aumento do número de atos infracionais graves e gravíssimos, resultando na sensação de impunidade e medo junto da população.

Neste contexto, a apresentação da proposição em análise tem por escopo adequar o prazo da medida sócio-educativa à realidade das grandes e pequenas cidades do país, eis que é flagrante o aumento do montante de atos infracionais, circunstância que evidencia a necessidade de endurecimento das reprimendas aos adolescentes.

A realidade diária demonstra que jovens ingressam na criminalidade conscientes da inimputabilidade, assumindo lideranças em organizações, fato que - por vezes - culmina na assunção de condutas ainda mais violentas do que as perpetradas por indivíduos com 18 anos ou mais, sem que se descarte o aliciamento desses jovens para autoria de atos equiparados a latrocínios, roubos, homicídios, estupro.

Por tais motivos, constitui medida de rigor reconhecer que o ECA, em vários pontos, mormente no que tange à necessidade do recrudescimento da punição, carece de atualização legislativa, pois a sociedade dos anos de 1990 não é mais a mesma, a postura e amadurecimento dos jovens não são mais os mesmos e, especialmente, é dever do legislador permanecer sensível às mudanças cotidianas e adotar medidas adequadas à proteção de bens jurídicos mais caros à sociedade, tais como vida, incolumidade física, liberdade, patrimônio.



SF/19592.06766-36

Ante o exposto, convidamos os nobres Pares a aprovar este importante Projeto de Lei que, certamente, contribuirá para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo brasileiro relativamente à matéria e promoverá o resgate do exercício de direitos fundamentais assegurados em nossa Constituição.

Sala das Sessões, em

Senador FLÁVIO BOLSONARO  
PSL-RJ



SF/19592.06766-36



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

**AUTORIA:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)



[Página da matéria](#)

## LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
  - parágrafo 3º do artigo 121
  - parágrafo 5º do artigo 121





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e o PL nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) os Projetos de Lei (PLs) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

O PL nº 2.169, de 2019, é composto de dois artigos. O primeiro altera os §§ 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para que: i) o prazo máximo de internação suba de três para sete anos; e ii) a liberação compulsória deixe de ocorrer aos

vinte e um anos e passe a ocorrer aos vinte e cinco anos de idade. O segundo artigo prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor destaca que a proposição responde ao clamor público por medidas eficazes no combate ao crime e no fortalecimento da segurança pública. Esses objetivos, para serem alcançados, envolveriam a urgente necessidade de tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores que entram na criminalidade cientes da proteção prevista no ECA, cujas disposições, segundo o autor, já não atendem adequadamente ao resguardo de bens jurídicos essenciais à sociedade, como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio.

O PL nº 3.030, de 2019, por sua vez, é composto de dois artigos. O primeiro artigo altera o art. 121 do ECA para fazer constar do *caput* que a internação tem como objetivos “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar” e estabelecer como princípios a que se sujeita “a razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.”

O primeiro artigo altera, ainda, os §§ 1º a 7º do art. 121 do ECA para, respectivamente: i) condicionar a determinação judicial que impede a realização de atividades externas pelo adolescente internado à oitiva do Ministério Público e da defesa; ii) estabelecer que a reavaliação da internação será realizada pelo juiz, ouvido o Ministério Público e a defesa, considerando o cumprimento das finalidades da medida, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional; iii) aumentar o prazo máximo de internação de três para cinco anos; iv) substituir o termo “adolescente” por “internado”; v) aumentar a idade de liberação compulsória de vinte e um para vinte e três anos de idade; vi) condicionar a desinternação à oitiva também da defesa; e vii) condicionar a revisão da determinação judicial que proíbe a realização de atividades externas à oitiva do Ministério Público e da defesa.

Ao final, o PL nº 3.030, de 2019, prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor argumenta que a atual sistemática das internações de adolescentes por atos infracionais não tem proporcionado

respostas eficazes. Entre as causas apontadas, destaca o prazo excessivamente curto de permanência no regime de internação, que seria insuficiente para a recuperação do adolescente e, muitas vezes, desproporcional à gravidade da infração cometida. Também é mencionada a necessidade de reavaliar o paradigma do instituto, atribuindo-lhe novos objetivos e princípios que estejam em consonância com a ordem constitucional e com uma abordagem mais adequada para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 676, de 2019, foi determinada a tramitação conjunta dos PLs nº 2.169, de 2019 e nº 3.030, de 2019, que foram distribuídos à análise da CDH e seguem, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação

atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir vinte e um anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes em conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa, ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade, ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA, possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso. Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais

eficaz do que o Projeto de Lei nº 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

Inicialmente, propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória, com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva, visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, ao invés de sete anos nos moldes propostos pelo PL nº 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida

visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano; a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta; a retirada da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos; e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122 para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos. Essas alterações são necessárias visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção de incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a

unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Complementarmente, o texto também adequa a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do PL nº 3.030, de 2019, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

## EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

### PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2019

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente e, em seguida, apresentado ao Ministério Público.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas da apreensão, o adolescente deverá ser obrigatoriamente apresentado à autoridade judicial competente, em audiência de custódia, com a presença do Ministério Público e de seu defensor.

§ 2º Na audiência de custódia, o juiz decidirá sobre a legalidade da apreensão, verificará a ocorrência de maus-tratos ou violência e apreciará a necessidade de manutenção da internação provisória ou de liberação imediata.

§ 3º Constatada qualquer ilegalidade ou abuso na apreensão, a autoridade judicial determinará o imediato relaxamento da medida, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 4º O não encaminhamento do adolescente à audiência de custódia no prazo legal acarretará sua imediata liberação, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da autoridade que deu causa ao descumprimento.

§ 5º Se o juiz verificar que o adolescente é reincidente ou que porta arma de fogo ou simulacro, deverá denegar a liberação.



§ 6º Se o juiz identificar fundado receio de conduta infracional habitual, considerando a existência de outros procedimentos de apuração de ato infracional em curso, ou se o adolescente já tiver sido liberado por outra infração, ainda que de natureza diversa, no período de até 2 (dois) anos anteriores à data da nova apreensão, deverá denegar a liberação.” (NR)

“**Art. 108.** A internação, antes da sentença, somente poderá ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada, quando presentes elementos que evidenciem a necessidade da medida para:

- I – garantia da ordem pública;
- II – conveniência da instrução processual;
- III – assegurar a aplicação da lei; ou
- IV- prevenir a prática reiterada de condutas infracionais.

§ 1º.....

§ 2º Decretada a internação, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a internação ilegal.

§ 3º A internação provisória não terá prazo máximo predeterminado, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a justificaram, devendo o juiz, em qualquer hipótese, fundamentar expressamente sua manutenção.

§ 4º A internação provisória somente poderá ser determinada após a realização da audiência de custódia, assegurada a ampla defesa e a participação do Ministério Público.” (NR)

“**Art. 108-A.** A audiência de custódia terá por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, bem como a análise da necessidade da internação provisória ou de liberação imediata, em consonância com o princípio da prioridade absoluta e da excepcionalidade da privação de liberdade.

Parágrafo único. Verificada a prática reiterada de condutas infracionais, o juiz poderá determinar a internação provisória do adolescente.” (NR)

“**Art. 121.** A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

.....

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada ano.

§ 3º O prazo máximo de internação será de 5 (cinco) anos, ressalvados os casos dos § 3º-A deste artigo.

§ 3º-A. Em caso de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado, o prazo de internação será de no máximo 10 (dez) anos.

§ 4º Atingidos os limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º O adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento de medida socioeducativa deverá ser transferido para unidade específica e separada dos demais adolescentes, distinta de estabelecimentos prisionais destinados a adultos, garantindo-se a continuidade das ações socioeducativas e preservação de sua integridade física e psicológica.

.....” (NR)

“Art. 122. ....

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

.....” (NR)

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65 .....

I - ser o agente maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....” (NR)

“Art. 115. É reduzido de metade o prazo da prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.” (NR)

**Art. 3º** Revoga-se o § 1º do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.



### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Dê-se aos parágrafos 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 a seguinte redação:

“**Art. 121**.....

§ 3º O período máximo de internação não excederá a 07 (sete) anos.

.....

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e cinco anos de idade.”(NR)

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Não obstante o tema objeto desta proposição ser suscetível de gerar acirrados debates e polêmicas, seja no Parlamento, seja na sociedade e nas mídias, o enfrentamento da questão deve considerar o cotidiano das diversas regiões do país, posto que o clamor público reivindica medidas efetivas de combate ao crime e fortalecimento da segurança pública.

Ainda que se argumente que a majoração do lapso temporal das reprimendas não resolverá de imediato o problema da violência, o viés puramente ideológico não deve prevalecer ante à imprescindível necessidade de reformas para tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores.

A alteração do prazo da medida sócio-educativa de internação de adolescentes encontra-se associada à ideia de que, ainda que os jovens estejam em processo de construção de identidade, nos dias atuais a capacidade de desenvolver valores e compreender a realidade ao entorno é adquirida cada vez mais precocemente, eis que existe total franqueamento de toda sorte de tecnologias, além da globalização, o que favorece desenvolvimento e estímulos cada vez mais prematuros.

A manutenção do prazo de 03 anos do período de internação - concepção adotada à época da entrada em vigor da Lei 8.069/1990 – não se mostra mais aceitável como resposta estatal face ao crescente aumento do número de atos infracionais graves e gravíssimos, resultando na sensação de impunidade e medo junto da população.

Neste contexto, a apresentação da proposição em análise tem por escopo adequar o prazo da medida sócio-educativa à realidade das grandes e pequenas cidades do país, eis que é flagrante o aumento do montante de atos infracionais, circunstância que evidencia a necessidade de endurecimento das reprimendas aos adolescentes.

A realidade diária demonstra que jovens ingressam na criminalidade conscientes da inimputabilidade, assumindo lideranças em organizações, fato que - por vezes - culmina na assunção de condutas ainda mais violentas do que as perpetradas por indivíduos com 18 anos ou mais, sem que se descarte o aliciamento desses jovens para autoria de atos equiparados a latrocínios, roubos, homicídios, estupros.

Por tais motivos, constitui medida de rigor reconhecer que o ECA, em vários pontos, mormente no que tange à necessidade do recrudescimento da punição, carece de atualização legislativa, pois a sociedade dos anos de 1990 não é mais a mesma, a postura e amadurecimento dos jovens não são mais os mesmos e, especialmente, é dever do legislador permanecer sensível às mudanças cotidianas e adotar medidas adequadas à proteção de bens jurídicos mais caros à sociedade, tais como vida, incolumidade física, liberdade, patrimônio.



SF/19592.06766-36

Ante o exposto, convidamos os nobres Pares a aprovar este importante Projeto de Lei que, certamente, contribuirá para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo brasileiro relativamente à matéria e promoverá o resgate do exercício de direitos fundamentais assegurados em nossa Constituição.

Sala das Sessões, em

Senador FLÁVIO BOLSONARO  
PSL-RJ



SF/19592.06766-36



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

**AUTORIA:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)



[Página da matéria](#)

## LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
  - parágrafo 3º do artigo 121
  - parágrafo 5º do artigo 121





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e o PL nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) os Projetos de Lei (PLs) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

O PL nº 2.169, de 2019, é composto de dois artigos. O primeiro altera os §§ 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para que: i) o prazo máximo de internação suba de três para sete anos; e ii) a liberação compulsória deixe de ocorrer aos

vinte e um anos e passe a ocorrer aos vinte e cinco anos de idade. O segundo artigo prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor destaca que a proposição responde ao clamor público por medidas eficazes no combate ao crime e no fortalecimento da segurança pública. Esses objetivos, para serem alcançados, envolveriam a urgente necessidade de tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores que entram na criminalidade cientes da proteção prevista no ECA, cujas disposições, segundo o autor, já não atendem adequadamente ao resguardo de bens jurídicos essenciais à sociedade, como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio.

O PL nº 3.030, de 2019, por sua vez, é composto de dois artigos. O primeiro artigo altera o art. 121 do ECA para fazer constar do *caput* que a internação tem como objetivos “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar” e estabelecer como princípios a que se sujeita “a razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.”

O primeiro artigo altera, ainda, os §§ 1º a 7º do art. 121 do ECA para, respectivamente: i) condicionar a determinação judicial que impede a realização de atividades externas pelo adolescente internado à oitiva do Ministério Público e da defesa; ii) estabelecer que a reavaliação da internação será realizada pelo juiz, ouvido o Ministério Público e a defesa, considerando o cumprimento das finalidades da medida, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional; iii) aumentar o prazo máximo de internação de três para cinco anos; iv) substituir o termo “adolescente” por “internado”; v) aumentar a idade de liberação compulsória de vinte e um para vinte e três anos de idade; vi) condicionar a desinternação à oitiva também da defesa; e vii) condicionar a revisão da determinação judicial que proíbe a realização de atividades externas à oitiva do Ministério Público e da defesa.

Ao final, o PL nº 3.030, de 2019, prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor argumenta que a atual sistemática das internações de adolescentes por atos infracionais não tem proporcionado

respostas eficazes. Entre as causas apontadas, destaca o prazo excessivamente curto de permanência no regime de internação, que seria insuficiente para a recuperação do adolescente e, muitas vezes, desproporcional à gravidade da infração cometida. Também é mencionada a necessidade de reavaliar o paradigma do instituto, atribuindo-lhe novos objetivos e princípios que estejam em consonância com a ordem constitucional e com uma abordagem mais adequada para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 676, de 2019, foi determinada a tramitação conjunta dos PLs nº 2.169, de 2019 e nº 3.030, de 2019, que foram distribuídos à análise da CDH e seguem, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação

atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir vinte e um anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes em conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa, ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade, ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA, possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso. Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais

eficaz do que o Projeto de Lei nº 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

Inicialmente, propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória, com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva, visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, ao invés de sete anos nos moldes propostos pelo PL nº 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida

visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano; a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta; a retirada da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos; e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122 para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos. Essas alterações são necessárias visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção de incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a

unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Complementarmente, o texto também adequa a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do PL nº 3.030, de 2019, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

## EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

### PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2019

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente e, em seguida, apresentado ao Ministério Público.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas da apreensão, o adolescente deverá ser obrigatoriamente apresentado à autoridade judicial competente, em audiência de custódia, com a presença do Ministério Público e de seu defensor.

§ 2º Na audiência de custódia, o juiz decidirá sobre a legalidade da apreensão, verificará a ocorrência de maus-tratos ou violência e apreciará a necessidade de manutenção da internação provisória ou de liberação imediata.

§ 3º Constatada qualquer ilegalidade ou abuso na apreensão, a autoridade judicial determinará o imediato relaxamento da medida, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 4º O não encaminhamento do adolescente à audiência de custódia no prazo legal acarretará sua imediata liberação, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da autoridade que deu causa ao descumprimento.

§ 5º Se o juiz verificar que o adolescente é reincidente ou que porta arma de fogo ou simulacro, deverá denegar a liberação.



§ 6º Se o juiz identificar fundado receio de conduta infracional habitual, considerando a existência de outros procedimentos de apuração de ato infracional em curso, ou se o adolescente já tiver sido liberado por outra infração, ainda que de natureza diversa, no período de até 2 (dois) anos anteriores à data da nova apreensão, deverá denegar a liberação.” (NR)

“**Art. 108.** A internação, antes da sentença, somente poderá ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada, quando presentes elementos que evidenciem a necessidade da medida para:

- I – garantia da ordem pública;
- II – conveniência da instrução processual;
- III – assegurar a aplicação da lei; ou
- IV- prevenir a prática reiterada de condutas infracionais.

§ 1º.....

§ 2º Decretada a internação, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a internação ilegal.

§ 3º A internação provisória não terá prazo máximo predeterminado, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a justificaram, devendo o juiz, em qualquer hipótese, fundamentar expressamente sua manutenção.

§ 4º A internação provisória somente poderá ser determinada após a realização da audiência de custódia, assegurada a ampla defesa e a participação do Ministério Público.” (NR)

“**Art. 108-A.** A audiência de custódia terá por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, bem como a análise da necessidade da internação provisória ou de liberação imediata, em consonância com o princípio da prioridade absoluta e da excepcionalidade da privação de liberdade.

Parágrafo único. Verificada a prática reiterada de condutas infracionais, o juiz poderá determinar a internação provisória do adolescente.” (NR)

“**Art. 121.** A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

.....

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada ano.

§ 3º O prazo máximo de internação será de 5 (cinco) anos, ressalvados os casos dos § 3º-A deste artigo.

§ 3º-A. Em caso de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado, o prazo de internação será de no máximo 10 (dez) anos.

§ 4º Atingidos os limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º O adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento de medida socioeducativa deverá ser transferido para unidade específica e separada dos demais adolescentes, distinta de estabelecimentos prisionais destinados a adultos, garantindo-se a continuidade das ações socioeducativas e preservação de sua integridade física e psicológica.

.....” (NR)

“Art. 122. ....

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

.....” (NR)

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65 .....

I - ser o agente maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....” (NR)

“Art. 115. É reduzido de metade o prazo da prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.” (NR)

**Art. 3º** Revoga-se o § 1º do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 121** A internação constitui medida privativa da liberdade, cujos objetivos são a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar, sujeita aos princípios da razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.

§1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

§2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada pelo juiz, mediante decisão fundamentada, ouvido o Ministério Público e a defesa, no máximo a cada seis meses e considerando o cumprimento das finalidades do *caput*, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional.

§3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a cinco anos.

§4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o internado deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§5º A liberação será compulsória aos vinte e três anos de idade.

§6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público e a defesa.

§7º A determinação judicial mencionada no §1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária, ouvidos o Ministério Público e a defesa. ”

(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A sistemática atualmente vigente das internações de adolescentes pela prática de ato infracional não tem dado uma resposta eficiente aos anseios sociais nem às necessidades de recuperação do adolescente em conflito com a Lei.

Um dos pontos chaves consiste no tempo extremamente curto que o adolescente passará no regime de internação. Há numerosos casos de atos infracionais análogos a crimes gravíssimos, tais como estupros e homicídios bárbaros, em que um indivíduo de 17 anos passa apenas 1 ano internado e é liberado.



SF/19790.83531-52

Não há, portanto, razoabilidade no tempo de internação e mesmo quando estabelecido em seu grau máximo de três anos, em muitos casos tal lapso não é suficiente para a recuperação do adolescente, nem proporcional à gravidade de sua conduta.

Há um claro estímulo à prática de atos infracionais pela juventude. Muitos e muitos deles, ao serem presos, falam não se preocupar, pois ficarão internados por pouquíssimo tempo. Para verificar isso, sugiro aos senhores Parlamentares que se dirijam às Delegacias da Criança e do Adolescente de seus Estados e questionem aos policiais se já não ouviram tal afirmação. Não haverá uma unidade da federação que não tenha a mesma resposta. Assim, o Poder Legislativo não pode ficar inerte diante de uma situação que merece reforma.

Desse modo, entendo como razoável a fixação de prazo máximo de internação de 5 anos, deixando sem previsão específica de prazo mínimo, o qual será definido pelo juiz do caso concreto, assim como já consta da redação atualmente em vigor.

Nesse aspecto, o novo prazo máximo irá viabilizar ao judiciário uma melhor solução para casos em que a recuperação do adolescente levará mais tempo. De igual modo, irá também dar uma melhor resposta aos anseios sociais por Justiça.

Todavia, talvez o ponto mais importante do projeto seja a mudança de paradigma acerca do instituto quando fixados novos objetivos



SF/19790.83531-52

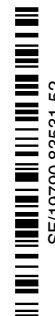
para a medida: “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar.”

Nota-se que a nova disposição humaniza o instituto e melhor se coaduna com a ordem constitucional e a disciplina ideal do tratamento de adolescentes em conflito com a Lei.

Sob outra ótica, a fixação expressa de novos princípios também atende à constitucionalidade ao dizer que a medida se sujeita aos “princípios da razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade”.

Inova-se, também, na disposição de que o juiz levará em conta os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional para a fixação do prazo de internação, que continuará a ser reavaliado a cada 6 meses.

Por fim, nota-se que o presente projeto também propicia ao Ministério Público e à defesa que se manifestem em todos os momentos em que houver decisão a respeito da internação, o que não consta na redação atualmente vigente. Desse modo, prestigia-se o contraditório em todas as questões atinentes à internação.



SF/19790.83531-52

Ante o exposto, peço o apoio dos ilustres Pares para aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3030, DE 2019

Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)

# LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:1990;9069](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;9069)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;9069>



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e o PL nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) os Projetos de Lei (PLs) nº 2.169, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida socio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade*; e nº 3.030, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação*.

O PL nº 2.169, de 2019, é composto de dois artigos. O primeiro altera os §§ 3º e 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para que: i) o prazo máximo de internação suba de três para sete anos; e ii) a liberação compulsória deixe de ocorrer aos

vinte e um anos e passe a ocorrer aos vinte e cinco anos de idade. O segundo artigo prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor destaca que a proposição responde ao clamor público por medidas eficazes no combate ao crime e no fortalecimento da segurança pública. Esses objetivos, para serem alcançados, envolveriam a urgente necessidade de tornar mais rigorosa a punição de jovens infratores que entram na criminalidade cientes da proteção prevista no ECA, cujas disposições, segundo o autor, já não atendem adequadamente ao resguardo de bens jurídicos essenciais à sociedade, como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio.

O PL nº 3.030, de 2019, por sua vez, é composto de dois artigos. O primeiro artigo altera o art. 121 do ECA para fazer constar do *caput* que a internação tem como objetivos “a boa formação física, intelectual, emocional, cultural, social, familiar, ética e cidadã do adolescente em conflito com a Lei, bem como sua plena reinserção no convívio social e familiar” e estabelecer como princípios a que se sujeita “a razoabilidade de sua duração, excepcionalidade, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à efetiva proteção do adolescente e da sociedade.”

O primeiro artigo altera, ainda, os §§ 1º a 7º do art. 121 do ECA para, respectivamente: i) condicionar a determinação judicial que impede a realização de atividades externas pelo adolescente internado à oitiva do Ministério Público e da defesa; ii) estabelecer que a reavaliação da internação será realizada pelo juiz, ouvido o Ministério Público e a defesa, considerando o cumprimento das finalidades da medida, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do adolescente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ato infracional; iii) aumentar o prazo máximo de internação de três para cinco anos; iv) substituir o termo “adolescente” por “internado”; v) aumentar a idade de liberação compulsória de vinte e um para vinte e três anos de idade; vi) condicionar a desinternação à oitiva também da defesa; e vii) condicionar a revisão da determinação judicial que proíbe a realização de atividades externas à oitiva do Ministério Público e da defesa.

Ao final, o PL nº 3.030, de 2019, prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificção, o autor argumenta que a atual sistemática das internações de adolescentes por atos infracionais não tem proporcionado

respostas eficazes. Entre as causas apontadas, destaca o prazo excessivamente curto de permanência no regime de internação, que seria insuficiente para a recuperação do adolescente e, muitas vezes, desproporcional à gravidade da infração cometida. Também é mencionada a necessidade de reavaliar o paradigma do instituto, atribuindo-lhe novos objetivos e princípios que estejam em consonância com a ordem constitucional e com uma abordagem mais adequada para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 676, de 2019, foi determinada a tramitação conjunta dos PLs nº 2.169, de 2019 e nº 3.030, de 2019, que foram distribuídos à análise da CDH e seguem, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação

atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir vinte e um anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes em conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa, ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade, ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA, possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso. Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais

eficaz do que o Projeto de Lei nº 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

Inicialmente, propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória, com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva, visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, ao invés de sete anos nos moldes propostos pelo PL nº 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida

visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano; a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta; a retirada da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos; e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122 para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos. Essas alterações são necessárias visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção de incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a



unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Complementarmente, o texto também adequa a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do PL nº 3.030, de 2019, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

## EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

### PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2019

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente e, em seguida, apresentado ao Ministério Público.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas da apreensão, o adolescente deverá ser obrigatoriamente apresentado à autoridade judicial competente, em audiência de custódia, com a presença do Ministério Público e de seu defensor.

§ 2º Na audiência de custódia, o juiz decidirá sobre a legalidade da apreensão, verificará a ocorrência de maus-tratos ou violência e apreciará a necessidade de manutenção da internação provisória ou de liberação imediata.

§ 3º Constatada qualquer ilegalidade ou abuso na apreensão, a autoridade judicial determinará o imediato relaxamento da medida, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 4º O não encaminhamento do adolescente à audiência de custódia no prazo legal acarretará sua imediata liberação, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da autoridade que deu causa ao descumprimento.

§ 5º Se o juiz verificar que o adolescente é reincidente ou que porta arma de fogo ou simulacro, deverá denegar a liberação.

§ 6º Se o juiz identificar fundado receio de conduta infracional habitual, considerando a existência de outros procedimentos de apuração de ato infracional em curso, ou se o adolescente já tiver sido liberado por outra infração, ainda que de natureza diversa, no período de até 2 (dois) anos anteriores à data da nova apreensão, deverá denegar a liberação.” (NR)

“**Art. 108.** A internação, antes da sentença, somente poderá ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada, quando presentes elementos que evidenciem a necessidade da medida para:

- I – garantia da ordem pública;
- II – conveniência da instrução processual;
- III – assegurar a aplicação da lei; ou
- IV- prevenir a prática reiterada de condutas infracionais.

§ 1º.....

§ 2º Decretada a internação, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a internação ilegal.

§ 3º A internação provisória não terá prazo máximo predeterminado, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a justificaram, devendo o juiz, em qualquer hipótese, fundamentar expressamente sua manutenção.

§ 4º A internação provisória somente poderá ser determinada após a realização da audiência de custódia, assegurada a ampla defesa e a participação do Ministério Público.” (NR)

“**Art. 108-A.** A audiência de custódia terá por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, bem como a análise da necessidade da internação provisória ou de liberação imediata, em consonância com o princípio da prioridade absoluta e da excepcionalidade da privação de liberdade.

Parágrafo único. Verificada a prática reiterada de condutas infracionais, o juiz poderá determinar a internação provisória do adolescente.” (NR)

“**Art. 121.** A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

.....

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, a cada ano.

§ 3º O prazo máximo de internação será de 5 (cinco) anos, ressalvados os casos dos § 3º-A deste artigo.

§ 3º-A. Em caso de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado, o prazo de internação será de no máximo 10 (dez) anos.

§ 4º Atingidos os limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º O adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento de medida socioeducativa deverá ser transferido para unidade específica e separada dos demais adolescentes, distinta de estabelecimentos prisionais destinados a adultos, garantindo-se a continuidade das ações socioeducativas e preservação de sua integridade física e psicológica.

.....” (NR)

“Art. 122. ....

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

.....” (NR)

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65 .....

I - ser o agente maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....” (NR)

“Art. 115. É reduzido de metade o prazo da prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.” (NR)

**Art. 3º** Revoga-se o § 1º do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Major Olimpio

## **PROJETO DE LEI Nº       , DE 2019**

Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com transtorno mental, transtorno do espectro autista (TEA), deficiência intelectual e deficiências múltiplas.

**Art. 2º** São objetivos da Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva, para atendimento a educandos com Transtorno mental, TEA, deficiência intelectual e deficiências múltiplas:

I – oferecer oportunidades educacionais adequadas, por meio do provimento de atenção individualizada às necessidades dos educandos;

II – definir a atuação intersetorial como ferramenta para o trabalho dos profissionais envolvidos;

III – estabelecer padrão mínimo para formação acadêmica e continuada de profissionais e para a constituição de equipes multidisciplinares.

**Art. 3º** As escolas de educação básica disporão de estrutura física e de profissionais qualificados para atender com efetividade os

educandos com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas.

§ 1º As escolas promoverão adequação ambiental, levando em consideração, além do déficit de mobilidade, a realidade neurossensorial e o comportamento do educando, sem custos adicionais para os pais ou responsáveis.

§ 2º Os sistemas de ensino promoverão cursos de formação continuada e intersetorial para qualificar os profissionais que atuam na educação especial e inclusiva.

§ 3º As salas de aula com educandos com Transtorno Mental, TEA, Deficiência intelectual e Deficiência Múltipla deverão conter dois professores; um professor de educação regular e um professor fixo especialista em educação especial, para aplicação efetiva do plano educacional individual do aluno construído previamente pela relação da equipe multiprofissional e educadores, não abster a necessidade de um mediador especialista quando necessário.

**Art. 4º** É assegurado aos educandos da educação básica que apresentem Transtorno Mental, TEA, Deficiência Mental e Deficiências Múltiplas o atendimento por equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas de terapia ocupacional, de psicologia, de fonoaudiologia, de fisioterapia, de nutrição e de psicopedagogia, na forma de regulamento dos sistemas de ensino, e com livre acesso no ambiente escolar.

§ 1º O Poder Público deve estruturar programas, projetos e ações intersetoriais, que incluam setores da saúde, da educação, da assistência social e outras áreas pertinentes à inclusão, a fim de atuar de forma consistente no atendimento dos educandos com Transtorno Mental, TEA, Deficiência Mental e Deficiências Múltiplas.

§ 2º O Poder Público se responsabilizará pelo provimento de psicólogos especialistas em protocolos de avaliação, que atuarão, de forma itinerante, nos processos pertinentes à sua área de atuação, na orientação acerca dos direcionamentos desejáveis para trabalho educacional de qualidade para profissionais, que permita o atendimento do educando com Transtorno Mental, TEA, Deficiência Mental e Deficiências Múltiplas, fomentando a qualidade de suas eventuais interações no ambiente escolar e a interrelação dos familiares e a escola.





**Art. 5º** Aos educandos com TEA, Deficiência Mental e Deficiências Múltiplas, é assegurado o transporte, a fim de garantir sua locomoção para realizar atividades ligadas à educação, à assistência à saúde, à cultura e ao lazer.

**Art. 6º** O Poder Público deverá implantar ou readaptar Centros de Convivência, com o objetivo de promover educação, saúde, lazer, cultura e capacitação das pessoas com TEA, deficiência mental e deficiências múltiplas, que atendam aos seguintes requisitos:

I – estejam em consonância com o conceito de desenvolvimento humano preconizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil;

II – disponham de equipe multidisciplinar que atue na área pedagógica, psicológica, assistencial e reabilitativa.

*Parágrafo único.* Os Centros de Convivência serão mantidos, em parceria com instituições especializadas, com ou sem fins lucrativos, com orçamento da educação, da saúde, de fundos sociais e de Fundos de Interesses Meta Individuais.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, expressa, em diferentes metas e estratégias, a preocupação em atender, de forma consistente, os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, também representou importante avanço no âmbito da legislação relacionada à efetivação de direitos dessas pessoas. Nesse contexto, cumpre lembrar também a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

Em que pesem tais avanços, é preciso avançar para águas mais profundas, pois é muito complicada a situação das pessoas com TEA,



deficiência mental e deficiências múltiplas, e de seus representantes legais, que enfrentam em seu cotidiano os desafios da inclusão nas escolas brasileiras.

Ao ouvir pais e pessoas que lidam com essa situação, concluímos que não podemos nos manter inertes e que é preciso aperfeiçoar ainda mais o arcabouço legislativo. Segundo os relatos dessas pessoas

“A escola pública não atende as necessidades dos educandos com TEA, nem mesmo em grau leve; faltam diretrizes e preparo profissional técnico, suporte em salas de recursos e salas adequadas, porque o Estado investiu inadequadamente em educação inclusiva, obrigando todos os professores a atender a um dever de inclusão, sem prover o menor respaldo de capacitação e estímulo”.

“Os transtornos mentais não são considerados nos processos de inclusão, nem no trato, muito menos na formulação de adaptações para se promover equidade, nem mesmo quando estão associados à uma deficiência, e constantemente as pessoas com transtornos mentais sofrem com a exclusão”.

A burocratização da assistência para o TEA atrasa o tratamento em anos; alguns nunca conseguiram ingressar em escolas, e nunca obtiveram intervenção terapêutica adequada. Já é difícil ter um diagnóstico pela falta de neurologistas e psiquiatras no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto mais validar periodicamente um diagnóstico que é vitalício.

Esse projeto de lei, portanto, propõe e detalha uma política exequível para o trabalho educacional com pessoas com TEA, deficiência mental e deficiências múltiplas. Ele tem origem nas bases, nas demandas de pais e outras pessoas que militam pela causa, e objetiva estabelecer um horizonte para as ações, os projetos e os programas relacionados ao tema.

A primeira grande premissa da proposição é, assim, o atendimento individualizado e a consideração de que cada indivíduo vive a condição de maneira única – e precisa ser atendido a partir dessa unicidade, a fim de exercer em plenitude seus direitos básicos.

Uma segunda diretriz é a da intersetorialidade e da multifuncionalidade. Ainda que todos sejam únicos, resta claro, pelas experiências vividas pelos que vivenciam suas histórias de Transtorno Mental, TEA, Deficiência Mental e Deficiências Múltiplas: para oferecer o melhor, é preciso o aporte de diferentes áreas, saberes e ofícios. Não há um



SF/19554.27598-76

profissional que em si mesmo represente uma solução mágica. É preciso, pelo contrário, o trabalho coletivo de um grupo articulado, que analise, discuta e proponha alternativas adequadas de atuação.

Também é interessante que se dinamize a gestão, promovendo a desburocratização e facilitando a criação de mecanismos que propiciem mais agilidade e efetividade na consecução dos processos de diagnóstico e de intervenção pedagógica. Para tanto, a revitalização dos Centros de Convivência pode se tornar providência bastante adequada, na medida em que esses centros poderão funcionar exatamente como mediadores e articuladores entre as pessoas com TEA, deficiência mental e deficiências múltiplas, em relação às pessoas com Transtornos Mentais, já estão instituídos na política pública que os atendem nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no qual este, não atende a necessidade da propedêutica necessária para os autistas.

Pensamos que, com a aprovação desta proposição, não ganham somente as famílias, que disporão de mais recursos para atender os direitos constitucionais dos seus filhos, mas também o próprio Poder Público, que evitará custos financeiros maiores no futuro, advindas da judicialização e do agravamento de eventuais quadros com custos ao fundo social, e a própria sociedade, que vivenciará a verdadeira inclusão e perceberá que o exercício dos direitos não é ônus, mas oportunidade de desenvolvimento como nação que respeita seus cidadãos, por meio do convívio e do aprendizado a partir das diferenças.

Em função do apresentado, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

**SENADOR MAJOR OLIMPIO**  
**PSL/SP**



SF/19554.27598-76



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3803, DE 2019

Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas.

**AUTORIA:** Senador Major Olimpio (PSL/SP)



[Página da matéria](#)

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana - 12764/12  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12764>
- Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 - LEI-13005-2014-06-25 - 13005/14  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13005>
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>



SENADO FEDERAL

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.803, de 2019, do Senador Major Olimpio, que *institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

**I – RELATÓRIO**

Vem para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 3.803, de 2019, que, conforme sua ementa, institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com transtorno mental, transtorno do espectro autista, deficiência intelectual e deficiências múltiplas.

Para tanto, o art. 1º da proposição enuncia a finalidade e o objeto da Lei, que é a de instituir a Política Nacional para a educação especial e inclusiva das pessoas mencionadas.

O art. 2º da proposição assenta os objetivos da referida política: oferecer oportunidades educacionais, estabelecer a atuação intersetorial como viga mestra do método a ser adotado pelos profissionais executantes e fixar padrão mínimo para a formação dos profissionais agrupados em equipes multidisciplinares.



## SENADO FEDERAL

No art. 3º, a proposição determina às escolas de educação básica que tenham estrutura física e profissionais adequados “para atender com efetividade os educandos” a que já nos referimos. Em seus três parágrafos, o art. 3º determina à escola que promova adequação ambiental que considere a “realidade neurossensorial e o comportamento do educando” sem custos para os pais ou responsáveis, que os sistemas de ensino aprimorem a formação profissional para a educação especial e inclusiva e que as salas de aula com educandos que sejam beneficiados pela Política Nacional componham-se com dois professores, um para a educação regular e outro para a educação inclusiva e, eventualmente, com um “mediador especialista”.

O art. 4º do Projeto de Lei nº 3.803, de 2019, assegura aos educandos aos quais nos referimos neste Parecer o atendimento por equipe multidisciplinar “composta por profissionais das áreas de terapia ocupacional, de psicologia, de fonoaudiologia, de fisioterapia, de nutrição e de psicopedagogia”, os quais, na forma dos regulamentos de ensino, terão livre acesso ao ambiente escolar. Em seus dois parágrafos, o art. 4º determina que o Poder Público estruture “programas, projetos e ações intersetoriais” para atender de modo consistente aos educandos a que se refere a Política Nacional, e determina também que o mesmo Poder providencie “psicólogos especialistas em protocolos de avaliação”, que atuem de “forma itinerante” regulando e aprimorando os diversos profissionais envolvidos para que fomentem todo o processo de educação, tendo especial zelo pela qualidade das relações no ambiente escolar e das relações entre família e escola.

O art. 5º assegura aos educandos o transporte “para realizar atividades ligadas à educação, à assistência à saúde, à cultura e ao lazer”.

O art. 6º da proposição determina ao Poder Público que implante ou adapte centros de convivência para promover educação e capacitação dos atendidos pela Política Nacional. Os centros de convivência devem ser do padrão preconizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o Brasil, e devem ainda dispor de equipe multidisciplinar “que atue na área pedagógica, psicológica, assistencial e reabilitativa”. O parágrafo



## SENADO FEDERAL

único do art. 6º determina que os centros de convivência sejam mantidos “em parceria com instituições especializadas, com ou sem fins lucrativos, com orçamento da educação, da saúde, de fundos sociais e de Fundos de Interesses Meta Individuais”.

Por fim, o último artigo da proposição põe em vigor lei que de si resulte na data de sua publicação oficial.

Em suas razões, o autor argumenta que, a despeito dos avanços contidos nas Leis, “a escola pública não atende as necessidades [...] nem mesmo em grau leve” dos educandos destinatários da proposição, ao que se soma a “burocratização da assistência”, que se expressa sob diversas formas deletérias. A essas dificuldades, a proposição contrapõe o atendimento individualizado, a intersetorialidade, a multifuncionalidade, além da desburocratização e da dinamização da gestão, a ser engendrada pela “revitalização dos Centros de Convivência”. Finaliza argumentando que a proposição traz vantagens para todos, inclusive para o Poder Público, que, com o advento da Lei em que se transforme, evitará judicializações e o agravamento dos quadros dos potenciais educandos, bem como para a sociedade em si.

Após seu exame por esta Comissão, a proposição seguirá para análise da Comissão de Educação e Cultura e, posteriormente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre ela decidirá terminativamente.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Do ponto de vista regimental, compete à CDH opinar sobre matéria referente às pessoas com deficiência, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, de modo que é adequada a análise do PL por esta Comissão. O exame dos aspectos de juridicidade e constitucionalidade será realizado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





## SENADO FEDERAL

A matéria se apresenta, desde o ponto de vista dos direitos humanos, como sendo de alto valor. É, de fato, uma ambição política brasileira a inclusão das pessoas com deficiência no rol dos que usufruem os direitos gerados por todos nós, brasileiros.

Mas, conforme se pode observar na justificação do autor, a falta de detalhamento, bem como a insuficiente coordenação entre as instituições públicas e privadas mobilizadas nas leis que favorecem as pessoas com deficiência – a exemplo das Leis de nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (que estabelece o Plano Nacional de Educação), nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), e nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão) – torna tais diplomas legais instrumentos ainda inadequados para que se possa realizar a ambição política e democrática, de inclusão, de que falamos anteriormente.

Julgamos que as medidas de coordenação propostas, como as de intersetorialidade e de multifuncionalidade, bem como a qualificação de pessoal e a manutenção permanente de dois professores na mesma sala de aula em que houver alunos com necessidades heterogêneas são ótimas ideias, que se prestam ao fim que almejam. O futuro ensinará sobre outras medidas necessárias, mas, na perspectiva de que observamos a condição social, hoje, a proposição é muito bem-vinda.

Não obstante o grande mérito da proposição, sugerimos alguns aprimoramentos que passamos a elencar.

Sugerimos que no § 1º do art. 4º, do Projeto de Lei nº 3.803, de 2019 seja alterado o termo “deve” para “poderá, visando a garantia da constitucionalidade da proposição quanto a geração de custos e obrigações sem determinar-lhes a fonte e as condições, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Por fim, sugerimos que o inciso II do art. 6º, do Projeto de Lei nº 3.803, de 2019 seja feita a alteração do termo “assistencial” para “de serviço social”, visto que a “Assistência Social” é uma



SENADO FEDERAL

política pública, um direito do cidadão, enquanto o Serviço Social é a profissão que atua nessa área e em outras políticas sociais.

### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.803, de 2019, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao § 1º do art. 4º, do Projeto de Lei nº 3.803, de 2019, a seguinte redação:

Art. 4º .....  
.....

“§ 1º O Poder Público poderá estruturar programas, projetos e ações intersetoriais, que incluam setores da saúde, da educação, da assistência social e outras áreas pertinentes à inclusão, a fim de atuar de forma consistente no atendimento dos educandos com Transtorno Mental, TEA, Deficiência Mental e Deficiências Múltipla.

..... (NR)”

#### EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso II do art. 6º, do Projeto de Lei nº 3.803, de 2019, a seguinte redação:

Art. 6º .....  
.....

II – disponham de equipe multidisciplinar que atue na área pedagógica, psicológica, de serviço social e reabilitativa.



SENADO FEDERAL

..... (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

3



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5608, DE 2023

Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2361649&filename=PL-5608-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2361649&filename=PL-5608-2023)



[Página da matéria](#)

Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama, cria o Programa Empresa Rosa para incentivar a contratação e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama e institui o Selo Rosa.

#### CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMPRESA ROSA

Art. 2º Fica criado o Programa Empresa Rosa, destinado a promover a inclusão e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.

Art. 3º O Programa Empresa Rosa será implementado em parceria com os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal.

Art. 4º Para os fins do Programa Empresa Rosa, considera-se:

I - câncer de mama: neoplasia maligna da glândula mamária;

II - trabalhadora com câncer de mama: trabalhadora com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama; e

III - empresa participante: empresa que adere ao Programa Empresa Rosa.

Art. 5º São objetivos do Programa Empresa Rosa:

I - promover a conscientização das empresas sobre a importância da inclusão e da reinserção de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho;

II - apoiar as empresas na implementação de práticas e de políticas que promovam a inclusão e a reinserção de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho; e

III - incentivar a contratação e a reinserção de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho.

Art. 6º As empresas participantes do Programa Empresa Rosa deverão desenvolver ações de contratação e de reinserção de mulheres com câncer de mama, observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - garantia de igualdade de oportunidades e de tratamento às mulheres com câncer de mama no ambiente de trabalho;

II - oferta de condições de trabalho adequadas às necessidades das mulheres com câncer de mama, inclusive em relação à jornada de trabalho, às condições de saúde e segurança no trabalho e às oportunidades de qualificação e de desenvolvimento profissional;

III - promoção de ações de conscientização e de sensibilização sobre o câncer de mama e sobre a importância da

inclusão e da reinserção de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho;

IV - estabelecimento de processo de seleção e contratação não discriminatório das mulheres com câncer de mama;

V - oferta de condições de trabalho adequadas às necessidades das mulheres com câncer de mama; e

VI - promoção da conscientização sobre a importância da inclusão de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho, da preservação de seus postos de trabalho e da flexibilização das condições de trabalho.

Art. 7º O Poder Executivo indicará formalmente a fonte de obtenção de informações sobre o câncer de mama, com o objetivo de fortalecer as recomendações do Ministério da Saúde para a prevenção, o diagnóstico precoce e o rastreamento da doença, entre outros.

§ 1º As informações fornecidas ou obtidas na forma do *caput* deste artigo serão disponibilizadas pelas empresas às suas empregadas com os meios de que dispuserem, tais como quadro de avisos, mensagens eletrônicas, impressos e abordagem pessoal.

§ 2º As empresas poderão promover ações afirmativas de conscientização sobre o câncer de mama e orientar suas empregadas sobre o acesso aos serviços de diagnóstico da doença.

Art. 8º A empresa participante do Programa Empresa Rosa poderá ser certificada com o Selo Rosa, que será concedido nos termos do regulamento, cumpridos os requisitos estabelecidos nesta Lei.



### CAPÍTULO III DO SELO ROSA

Art. 9º Fica criado o Selo Rosa, reconhecimento concedido às empresas que incentivam a contratação e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.

Art. 10. São objetivos do Selo Rosa quanto à empresa participante:

- I - reconhecer sua relevância social;
- II - incentivar a adoção de medidas protetivas para a trabalhadora com câncer de mama; e
- III - conferir-lhe visibilidade.

Art. 11. Para ser elegível ao Selo Rosa, a empresa deve atender aos seguintes critérios:

- I - ter mais de 10 (dez) empregados;
- II - ter política de contratação, de manutenção e de reinserção de mulheres com câncer de mama;
- III - apresentar relatório anual de atividades para atendimento das disposições desta Lei; e
- IV - cumprir os requisitos estabelecidos nesta Lei e no regulamento do Selo Rosa.

Art. 12. O processo de certificação do Selo Rosa será realizado por uma comissão composta de representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil, conforme regulamento.

Art. 13. A comissão referida no art. 12 desta Lei analisará os documentos apresentados pela empresa com

possibilidade de visita à empresa para verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no regulamento do Selo Rosa.

Art. 14. O Selo Rosa terá validade de 2 (dois) anos, contados da data de sua concessão, renovável por igual período.

Art. 15. A empresa participante do Programa Empresa Rosa que receber o Selo Rosa terá os seguintes benefícios estabelecidos em regulamento:

I - reconhecimento público; e

II - acesso a programas de capacitação e orientação para a contratação e a reinserção de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho.

Art. 16. A empresa participante do Programa Empresa Rosa poderá utilizar o Selo Rosa em sua publicidade.

Art. 17. A concessão do Selo Rosa poderá ser revogada em caso de descumprimento da legislação trabalhista durante o período de concessão.

#### CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES COM DIAGNÓSTICO, EM TRATAMENTO OU EM PERÍODO DE ESPERA DE REMISSÃO DE CÂNCER DE MAMA

Art. 18. A empresa participante do Programa Empresa Rosa poderá adotar preferencialmente, para fins de flexibilização do regime de trabalho da trabalhadora com câncer de mama, as seguintes ações, entre outras:

I - trabalho remoto;

II - jornada de trabalho reduzida;

III - não discriminação no emprego por motivos de saúde;

IV - apoio psicológico e social;

V - horário flexível de trabalho;

VI - incentivos à contratação de trabalhadora com câncer de mama; e

VII - garantia de estabilidade no emprego.

Parágrafo único. A adoção das opções previstas neste artigo não pode implicar redução de remuneração.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de março de 2024.

ARTHUR LIRA  
Presidente



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 28/2024/SGM-P

Brasília, 14 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama”.

Atenciosamente,

  
ARTHUR LIRA  
Presidente

2391814



SENADO FEDERAL

**PARECER Nº           , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, da Deputada Maria Rosas, que *dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

**I – RELATÓRIO**

Vem para o exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 5.608, de 2023, que, nos termos de sua ementa, *dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.*

Para isso, a proposição, em seu art. 1º, declina seu objeto e âmbito, a saber, dispor sobre as condições de trabalho das mulheres a que se dirige a proposição, e criar o programa “Empresa Rosa”, para incentivar a contratação de mulheres diagnosticadas, em tratamento ou em período de remissão de câncer de mama, bem como institui o Selo Rosa.



SENADO FEDERAL

O Capítulo II da proposição cria e define o programa Empresa Rosa. Estabelece sua implementação em parceria com as administrações públicas federal, estaduais e municipais. Define conceitos jurídicos do câncer de mama, da trabalhadora com câncer de mama e da empresa participante. Define os objetivos do Programa Selo Rosa: garantir a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho às mulheres com câncer de mama, garantir condições de trabalho adequadas às suas circunstâncias específicas, promover ações de conscientização da importância de que as mulheres com câncer de mama tenham o primeiro acesso ou sejam recolocadas no mercado de trabalho. Requer do Poder Executivo indicar formalmente a fonte de obtenção de informações sobre o câncer de mama e determina às empresas que disponibilizem tais informações às suas empregadas por quaisquer meios eficazes, que as orientem sobre o acesso aos serviços de diagnóstico e que, para tanto, promovam “ações afirmativas”.

O Capítulo III da proposição cria o “Selo Rosa” como símbolo do comprometimento de uma empresa com a inserção e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama. Especifica os objetivos do selo, quais sejam, reconhecer a importância social da empresa e conferir-lhe visibilidade. Define também critérios para a elegibilidade ao Selo Rosa: ter mais de dez empregados, ter política de contratação e de reinserção de mulheres com câncer de mama no mercado de trabalho, apresentar relatório anual relativo aos assuntos de que trata a proposição e ainda cumprir outros requisitos que venham a ser determinados pela regulamentação da lei. Institui também o processo de certificação com o Selo Rosa, a ser aferido por decisão de comissão tripartite (governo, empresas, sociedade civil), nos termos de regulamento, e com validade de dois anos. Por fim, prevê, ainda, que a empresa participante terá “reconhecimento público”, acesso a programas de capacitação e de orientação sobre como contratar e empregar mulheres com câncer de mama e terá, ainda, a possibilidade de utilizar o Selo Rosa em sua publicidade. Prevê, também, que o Selo Rosa será retirado da empresa que descumprir legislação trabalhista.



SENADO FEDERAL

O Capítulo IV do Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, volta-se para as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em remissão de câncer de mama. Determina às empresas participantes do programa que flexibilizem as condições e jornada de trabalho sempre que possível: jornadas de trabalho menores, não discriminação por condição de saúde e “apoio psicológico e social”, que incentivem a contratação de mulheres alcançadas pela lei, que garantam sua estabilidade no emprego e que não procedam à redução de remuneração em função do oferecimento das condições específicas previstas no programa.

Em suas razões, a proposição chama a atenção para a importância e a justiça de se ter no mercado de trabalho as mulheres diagnosticadas com câncer de mama, dada a generalização da condição. O Selo Rosa é descrito como meio para se atingir a finalidade da proposição e que pode gerar benefícios econômicos para o Brasil.

Após sua análise por esta Comissão, o Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

É regimental a análise do Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, por esta Comissão, pois o Regimento Interno do Senado Federal, no inciso IV do art. 102-E, determina que opine sobre matéria atinente aos direitos da mulher.

Esta Comissão restringir-se-á ao exame do mérito da matéria.



SENADO FEDERAL

O câncer de mama é doença generalizada entre nós, e quem dela sofre não experimenta, normalmente, a incapacitação para o trabalho. Mas o preconceito – que a proposição procura evitar com o esclarecimento da sociedade – acaba fazendo com que o diagnóstico de câncer de mama seja um veredito final a respeito da capacidade laboral da mulher. E sabemos muito bem que isso não é assim.

Conforme argumentos presentes na justificção da proposição, até 64% das mulheres recuperadas retornam ao trabalho em até dois anos. Em síntese, a proposição busca traduzir os avanços da medicina, que possibilitam a cura das mulheres, em uma ferramenta de combate aos preconceitos que dificultam a correta avaliação da capacidade laboral de mulheres que tiveram ou ainda têm a doença.

Cabe ao Estado reconhecer tais avanços e dar conhecimento deles à sociedade. É precisamente isso que busca o PL nº 5.608, de 2023, da Deputada Maria Rosas.

Diante do evidente mérito do Projeto de Lei, sugerimos apenas emenda de redação para aprimoramento de sua ementa, a fim de que reflita o disposto na proposição.

### III – VOTO

Conforme as razões expostas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 5.608, de 2023, a seguinte redação:





## SENADO FEDERAL

Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama e institui o Programa Empresa Rosa e o Selo Rosa.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

4



SENADO FEDERAL

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

Institui ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituída ajuda emergencial mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais), por um período de três anos, aos menores de 18 anos, órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19.

§ 1º O menor de 18 anos a que se refere o caput deverá atender aos requisitos de vulnerabilidade social.

§ 2º A ajuda emergencial será devida ao menor de 18 anos, ainda que seus genitores fossem segurados da Previdência Social e façam jus à pensão previdenciária, enquanto não implementado seu regular pagamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 3º A ajuda emergencial a que se refere o caput cessará imediatamente quando o beneficiário atingir 18 anos de idade.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

É fundamental o apoio do Estado aos menores de 18 anos, órfãos de pai e mãe, cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19. Neste cenário de tragédia sanitária, social e econômica, que se depara com a irreversibilidade de vidas perdidas, urge formulações de

políticas públicas nos mais diversos âmbitos, destinados a reparar ou amenizar feridas, inclusive por uma linha de pensamento de solidariedade institucional, como a que se apresenta neste projeto de lei, em que se objetiva compensar a maior dor que seres humanos podem ter, a advinda da orfandade.

A pandemia do coronavírus, infelizmente, não arrefecerá tão rápido. Portanto, é preciso garantir apoio emergencial, por pelo menos três anos, aos menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social, órfãos de pai e mãe vítimas da Covid-19.

Lembramos que a Constituição Federal, em seu art. 227, impõe ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação e à dignidade.

Tais direitos fundamentais não podem ficar apenas no plano na abstração. A visão jurídico-teórica da “reserva do possível” não pode ser invocada, pelo poder público, com o propósito de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição.

De acordo com o entendimento do STF: “*a cláusula da reserva do possível encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanção direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana*”<sup>1</sup>. Sendo assim, devemos trabalhar em prol de conferirmos real efetividade às normas programáticas positivadas na própria Lei Fundamental.

Conforme destacado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, infelizmente, o impacto socioeconômico da Covid-19 será sentido principalmente pelas crianças em situação de vulnerabilidade, visto que muitas, mesmo contando com a presença de seus genitores, já vivem em situação de miserabilidade. Para os que perdem os pais para o coronavírus, as consequências e dificuldades são terrivelmente calamitosas.

São inexatas as estatísticas que possam configurar essas orfandades decorrentes da Covid-19, diante de um déficit registral das realidades constantes nos assentos de óbitos lavrados acerca de filhos menores. Entretanto, temos informações que revelam que “*mais de 40% de crianças e adolescentes de até 14 anos vivem em situação domiciliar de*

<sup>1</sup> STF - ARE 639.337 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 23-8-2011, 2ª T, DJE de 15-9-2011.



*pobreza no Brasil, o que representa 17,3 milhões de jovens. Em relação àqueles em extrema pobreza, o número chega a 5,8 milhões de jovens, ou seja, 13,5%. Em relação à renda, o Nordeste e o Norte continuam apresentando os piores cenários, com 60% e 54% das crianças, respectivamente, vivendo na condição de pobreza”<sup>2</sup>. Reafirmo, são crianças que, mesmo contando com seus genitores, enfrentam situação de miserabilidade.*

Portanto, o governo deve ampliar as medidas de proteção social ao menor e esse amparo inclui a transferência de renda, essencial para assegurar alimentação e nutrição às crianças desamparadas.

Diante do exposto, podemos concluir que o momento exige uma ação urgente para mitigar às consequências do desamparo de nossas crianças e adolescentes que tenham perdido seus genitores para a Covid-19. A ajuda emergencial permitirá salvar muitas crianças que já vivem à beira das dificuldades e que, com a morte de seus pais, cairão ainda mais no abismo da pobreza.

Dada importância do Projeto, peço o apoio das Senadoras e dos Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**  
(CIDADANIA/MA)

---

<sup>2</sup> Dados de 2018 publicados pela Fundação Abrinq.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 851, DE 2021

Institui ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)

---

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>



## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 851, de 2021, da Senadora Eliziane Gama, que *institui ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19.*

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

### I – RELATÓRIO

Vem para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 851, de 2021, de autoria da Senadora Eliziane Gama, que busca instituir ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da covid-19.

Para isso, prevê a concessão, aos menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social, que sejam órfãos de pai e mãe em decorrência da covid-19, de ajuda emergencial mensal no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por um período de três anos.

Dispõe, ainda, que a ajuda emergencial será devida mesmo quando os genitores forem segurados da Previdência Social, enquanto não implementado o regular pagamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) da pensão previdenciária de que tenham direito.

Ao final, a proposição estabelece que o pagamento da ajuda emergencial cessará, imediatamente, quando o beneficiário atingir 18 anos. Ainda fixa a vigência imediata da Lei em que a proposição porventura se torne.



Em suas razões, a autora aponta para dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que indicam que o impacto socioeconômico da covid-19 será sentido principalmente pelas crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que perderam os pais em decorrência da pandemia. Afirmo, ainda, o dever do Estado de assegurar, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente, os direitos à vida, à saúde, à alimentação e à dignidade. Em nome da solidariedade e reparação da dor advinda da orfandade, defendo que o governo amplie as medidas de proteção social, incluindo a previsão de transferência de renda, para mitigar as consequências do desamparo das crianças e adolescentes que tenham perdido seus genitores em decorrência do cenário de tragédia sanitária da covid-19.

A matéria foi distribuída à análise desta Comissão e seguirá à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem da proteção à infância e à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Em relação ao mérito, consideram-se naturalmente relevantes os objetivos propostos, pois a vulnerabilidade social e econômica decorrente da pandemia de covid-19 teve impacto drástico e irreversível sobre uma geração de crianças e adolescentes brasileiros, realidade que não pode ser ignorada pelo Estado.

Contudo, observamos que proposição que implique gastos estatais deve ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Não se vê tal estimativa junto à proposição.

Observamos, ainda, que, sob o aspecto social, melhor atenderia aos objetivos propostos se a transferência de renda fosse destinada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social decorrente da orfandade,

universalmente considerada, e não apenas em caso de falecimento de ambos os genitores em decorrência da covid-19. Veja-se, e apenas como exemplo, os casos de avós que detinham a custódia dos netos em razão da ausência dos pais ou de falecimento de apenas um dos genitores, quando provedor de sua família. Tais situações podem também ocasionar contextos de vulnerabilidade social que a proposição não alcança.

Encontramos solução para os problemas apontados na proposição no Projeto de Lei nº 2.329, de 2021, que já conta, ademais, com pareceres favoráveis desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Assuntos Econômicos, aguardando apenas a decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Projeto de Lei nº 2.329, de 2021, trata a matéria de modo a solucionar as dificuldades até aqui apontadas, inclusive aquelas ligadas ao custeio da ideia normativa da proposição.

### III – VOTO

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 851, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade teleconsulta.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade teleconsulta.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“**Parágrafo único.** É vedado o uso da teleconsulta para orientação, prescrição ou realização de qualquer procedimento de natureza abortiva.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A prática da medicina na modalidade teleconsulta tem sido uma ferramenta valiosa na expansão do acesso à saúde, especialmente em áreas remotas e carentes de recursos médicos. No entanto, quando se trata de questões como o aborto, é imperativo estabelecer limites claros.

De forma absolutamente ilegal, algumas entidades têm realizado e difundido a realização de procedimento de índole abortiva, no qual a paciente recebe comprimidos para interrupção da gravidez e vai para sua residência,



onde ali o realiza. No Brasil, há notícia de que ao menos oito hospitais de diferentes regiões já estão se preparando para oferecer o aborto domiciliar via telessaúde.

Ademais, tem-se veiculado uma cartilha denominada "Aborto Legal Via Telessaúde (Orientações para serviços de Saúde 2021<sup>1</sup>), produzida em parceria entre o Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas), Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia/MG, e o Instituto ANIS, que orienta os profissionais de saúde a realizarem o atendimento de vítimas de abuso sexual para o abortamento em suas próprias residências, bem como prevê a possibilidade de se fornecer o medicamento abortivo para a paciente utilizá-lo no ambiente domiciliar.

Todavia, diversos documentos emitidos pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Ministério da Saúde apontaram efeitos adversos graves decorrentes do uso desse medicamento fora do ambiente hospitalar.

A Portaria SVS/MS n 344, de 12 de maio de 1998 estabelece que somente será permitida a compra e o uso do medicamento contendo a substância abortiva em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto à Autoridade Sanitária para este fim.

Já a Nota Técnica Nº 103/2019/SEI/GPCON/GGMON/DIRE5/ANVISA é particularmente peremptória em coibir o uso do medicamento abortivo em ambiente diverso do hospitalar. Após uma densa análise de sua farmacodinâmica, a teratogenicidade advinda do uso indevido deste medicamento demonstrou que o risco de anomalia congênita foi quase três vezes maior em comparação com bebês que não foram expostos a ele, bem como cita a possibilidade do perigo de advir um aborto incompleto, ruptura do útero, sangramento excessivo e o eventual efeito psicológico de observar a expulsão do bebê, fatores que impõem a permanência da paciente internada até a finalização do processo. Esta nota também faz referência ao uso do medicamento em outros países, citando os exemplos de Canadá, Espanha e Argentina, restrito a ambiente hospitalar, assim como no Brasil.

---

<sup>1</sup><https://anis.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Aborto-legal-via-telessa%C3%BAde-orienta%C3%A7%C3%B5es-para-servi%C3%A7os-de-sa%C3%BAde-1.pdf>

Assim também, a prática revela-se como uma verdadeira violação às normativas do Conselho Federal de Medicina, que, por meio do ofício nº 1593/2021 - CFM/COJUR de forma clara e expressa em seu parágrafo 12 estabelece: "Finalmente, para que não restem dúvidas em relação ao caso, informamos que este Conselho Federal é frontalmente contrário a realização do procedimento de aborto legal por meio de telemedicina e fora do ambiente hospitalar".

Ainda a própria Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão assinaram conjuntamente uma recomendação<sup>2</sup>, enviada ao Ministério da Saúde e ao Conselho Federal de Medicina, pedindo a expedição de normativa aos profissionais vinculados ao CFM, “explicitando a ilegalidade e impossibilidade da realização de abortamento legal por meio da telemedicina”, em decorrência da exposição de risco à vida, à saúde e a segurança da mulher, em evidente inobservância de todas as diretrizes e normas legais impostas à prática do abortamento legal, desatendendo os preceitos e orientações dos Procedimentos e Normas Técnicas do Ministério da Saúde.

Por sua vez, o procedimento é condenado por diversos profissionais e autoridades de saúde, como o coordenador da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do CFM<sup>3</sup>, que afirma que o procedimento é considerado de risco e que deve ser realizado sempre em hospital, sob assistência médica. Por sua vez, o presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia informa que o uso domiciliar do medicamento é proibido<sup>4</sup>.

Por fim, ressalta-se que o *caput* do artigo 128 é claro ao estabelecer a não punibilidade do aborto nas hipóteses de estupro e quando houver risco à vida da mãe, mas somente quando praticado por médico, isto é, por profissional da área da saúde devidamente qualificado para realização do procedimento. Todavia, o aborto provocado pela própria gestante, como o realizado no ambiente domiciliar, ou com seu consentimento é crime, conforme artigo 124, punido com pena de detenção de um a três anos.

<sup>2</sup> [https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2021/recomendacao\\_ms\\_aborto\\_legal\\_telemedicina.pdf](https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2021/recomendacao_ms_aborto_legal_telemedicina.pdf)

<sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2023/04/uso-de-telemedicina-para-auxiliar-aborto-gera-debate-no-brasil.shtml>

<sup>4</sup> Idem



Ante o exposto, e diante do nosso dever de defesa da vida do nascituro bem como da proteção à vida da mulher, como resguardado por nossa Constituição Federal e nosso ordenamento jurídico infraconstitucional, além das inúmeras normativas dos órgãos de saúde, torna-se necessária a aprovação desse projeto de lei, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GIRÃO







## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.167, de 2023, do Senador Eduardo Girão, que *acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.*

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 4.167, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Girão, que *acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.*

O projeto estrutura-se em dois artigos. O primeiro acrescenta um parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, para vedar o uso da telessaúde para orientação, prescrição ou realização de qualquer procedimento de natureza abortiva. O segundo estipula a cláusula de vigência da lei em que for convertido o projeto, designada para iniciar na data da publicação correspondente.

Na justificção, o autor do projeto afirma que, de forma absolutamente ilegal, algumas entidades têm realizado e difundido a realização de procedimento de índole abortiva, no qual a paciente recebe comprimidos para interrupção da gravidez e vai para sua residência onde ali o realiza. Acrescenta que, no Brasil, há notícia de que ao menos oito hospitais de diferentes regiões já estão se preparando para oferecer o aborto domiciliar via telessaúde, em clara ofensa a normas expedidas por autoridades sanitárias. Segundo o autor da proposição, documentos emitidos pelo Conselho Federal

de Medicina e pelo Ministério da Saúde inclusive apontaram efeitos adversos graves decorrentes do uso desse medicamento fora do ambiente hospitalar.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais para análise terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e dos direitos da mulher, o que torna regimental a análise do projeto.

É nobre a preocupação do notável Senador Eduardo Girão com a saúde das mulheres brasileiras, que estaria em risco diante da possibilidade de oferta do serviço de aborto legal via telessaúde.

Concordamos com o autor.

A modalidade tem permitido a expansão do acesso à saúde, especialmente em regiões isoladas. Entretanto, é preciso considerar que a realização de procedimentos médicos de forma remota, especialmente os de natureza abortiva, pode colocar em risco a saúde e a vida das mulheres.

A ausência de supervisão presencial do profissional de saúde dificulta a avaliação completa das condições clínicas da paciente, a identificação de possíveis intercorrências e a prestação de socorro imediato em casos de emergência. Sem o devido acompanhamento, mesmo o aborto legal farmacológico, feito no Brasil com o uso do medicamento misoprostol, pode deixar de ser um procedimento seguro e eficaz.

Por meio da Nota Informativa nº 1/2021-SAPS/NUJUR/SAPS/MS, o Ministério da Saúde (MS) entende que o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez, por sua complexidade, extrapola as formas de atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, de consulta, monitoramento e diagnóstico, admitidas pela modalidade da telessaúde.

No entender do órgão, o abortamento compreende um procedimento clínico, *que não está autorizado para ser realizado por Telemedicina e que deve – obrigatoriamente – ser acompanhado presencialmente por um médico no ambiente hospitalar, onde se tem todos os aparelhos e recursos para salvaguardar a mulher de eventuais intercorrências, as quais, aliás – e, infelizmente – são muito comuns nestes casos.*

O órgão justifica sua posição com base na constatação de que *o atendimento a estas gestantes deve se dar por uma equipe multidisciplinar, pois as consequências de um crime tão aviltante como o de violência sexual não podem ser desconsideradas e tratadas de forma simplista.*

Há, ainda, outro impedimento técnico. A Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, *somente permite a compra e uso de medicamento contendo o misoprostol em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim.*

Na mesma linha de entendimento, o Conselho Federal de Medicina manifestou-se contra o uso da substância fora de ambiente hospitalar, conforme Circular nº 182, de 10 de agosto de 2021, dirigida aos Presidentes de Conselhos Regionais de Medicina. Um dos fundamentos foi justamente a restrição imposta pela Portaria nº 344, de 1998. Outro argumento – mais significativo, inclusive – foi o risco de hemorragia severa em determinados casos.

Portanto, a medida proposta mostra-se adequada e necessária à proteção da integridade física e psicológica das mulheres.

Além dos motivos de ordem técnica que citamos, insta nos referirmos a possíveis repercussões jurídicas da realização do aborto pela via da telessaúde. A Constituição da República assegura, no *caput* do art. 5º, a inviolabilidade do direito à vida. Como instrumento de proteção de bens jurídicos fundamentais, o Direito Penal tipifica o crime de aborto, ressalvadas algumas situações excepcionais (risco à vida da mãe, gravidez resultante de estupro ou anencefalia, essa última por força de decisão do Supremo Tribunal Federal).

Dessa forma, o projeto de lei se insere no marco normativo de proteção do direito à vida, pois cria uma barreira à prática indiscriminada de procedimentos abortivos. Assim, tutela o direito à vida da gestante elegível ao

aborto legal, que terá a segurança de ser acompanhada por profissionais competentes, como também do nascituro, cuja expectativa de nascer não será frustrada pelo uso ilegal e descontrolado de um importante avanço tecnológico da Medicina.

Por esse aspecto, a ideia normativa presente no PL sob exame apresenta-se hígida, ainda, sob o critério da proporcionalidade.

### III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.167, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6



## **PARECER Nº       , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 6, de 2021, do Programa e-Cidadania, que propõe *"Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - chega de contagem secreta!"* (sic).

Relator: Senador **FLÁVIO BOLSONARO**

### **I – RELATÓRIO**

A Sugestão nº 6, de 2021, originária do Programa e-Cidadania, propõe a aplicação da publicidade do escrutínio por meio de impressos ou cédulas, visando a uma maior transparência no processo de votação. A ideia legislativa, que alcançou o número necessário de apoios (mais de 20 mil manifestações), demanda, nos termos regimentais, análise e parecer desta Comissão.

A proposta central da sugestão é garantir que o escrutínio seja público, voto a voto, imediatamente após o encerramento do pleito, independentemente do sistema de votação adotado (eletrônico ou manual). Adicionalmente, sugere-se que as cédulas escrutinadas sejam reservadas em um receptáculo lacrado e registrado para eventuais recontagens. Conforme mencionado no documento:

A sugestão consiste em determinar a obrigatoriedade do “escrutínio público, voto a voto, imediatamente após o encerramento do pleito, independentemente do sistema de votação adotado, eletrônico ou manual, reservando-se as cédulas escrutinadas em receptáculo lacrado e registrado para eventuais recontagens.

É o relatório.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19, 2020, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisar as ideias legislativas oriundas do portal do Programa e-Cidadania que recebam o apoio de 20 mil cidadãos em até quatro meses.

A análise da Sugestão nº 6, de 2021, requer uma avaliação equilibrada dos princípios constitucionais e das práticas eleitorais. A Constituição Federal, em seu artigo 1º, consagra a soberania popular como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, a transparência e a confiança no processo eleitoral são elementos essenciais para a legitimidade do sistema democrático.

A proposta de publicidade do escrutínio, com a impressão ou utilização de cédulas, pode contribuir para o fortalecimento da confiança pública nas eleições. A possibilidade de acompanhamento direto da contagem dos votos, voto a voto, pode mitigar percepções de opacidade ou manipulação, promovendo uma maior adesão e aceitação dos resultados eleitorais.

O sufrágio não é apenas a manifestação da vontade individual, mas o processo em que se apura a autoridade da vontade majoritária e abarca a apuração eletrônica de votos que não pode se dar em ato secreto por contrariar o princípio constitucional da publicidade. Assim é que se apresenta os conceitos e o itinerário necessário ao processo do sufrágio e respeitado cada voto individual.

O ato administrativo de escrutínio do voto deve ser público em observância do princípio da publicidade garantido o conhecimento direto do cidadão sem dependência técnica, permitido que o eleitor verifique, de forma visual e imediata, se o conteúdo registrado na urna eletrônica de fato corresponde à sua escolha.

Cabe ao serviço eleitoral a escolha de instrumentos que assegurem a observância da publicidade.

### III – VOTO

Diante do exposto, e considerando a importância de promover a transparência e a confiança no processo eleitoral, manifestamos nosso voto FAVORÁVEL à Sugestão nº 6, de 2021, com sua transformação em projeto de lei, nos termos seguintes:

#### PROJETO DE LEI Nº

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre a obrigatoriedade do registro impresso do voto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade do registro impresso do voto nas eleições gerais e municipais.

**Art. 2º** A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-B:

“**Art. 61-B.** Em todas as eleições, o processo de votação eletrônica deverá gerar um registro impresso de cada voto, que será depositado de forma automática e sem contato manual do eleitor em urna lacrada e indevassável.

§ 1º O eleitor deverá conferir visualmente o registro impresso de seu voto antes de sua conclusão, garantindo a correspondência exata entre a sua escolha e o que foi impresso.

§ 2º A impressão de que trata o *caput* não deverá conter qualquer informação que permita a identificação do eleitor, assegurando o sigilo e a inviolabilidade do voto.

§ 3º Os registros impressos dos votos servirão exclusivamente para fins de auditoria e recontagem, conforme regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral.” (NR)



**Art. 3º** A obrigatoriedade do registro impresso do voto será implementada em caráter experimental nas Eleições Gerais de 2026.

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará os procedimentos para a implementação experimental prevista no *caput* e avaliará a segurança, a viabilidade técnica, operacional, orçamentária e financeira dessa implementação.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral adotará as providências necessárias para que os requisitos de que trata o § 1º deste artigo sejam integralmente atendidos, a fim de viabilizar a completa implementação do registro impresso do voto em todos os pleitos subsequentes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 18/2021/SCOM**

Brasília, 12 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor  
SENADOR HUMBERTO COSTA  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 146383.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

**MARCOS MACHADO MELO**  
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**ANEXO**

**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 146383**

**Título**

Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - Chega de contagem secreta!

**Descrição**

Restaura a confiança e a legalidade do sistema eleitoral. O escrutínio público feito na própria seção, c/ média 300 eleitores cada, garante zero fraude. Texto proposto: "O processo de qualquer votação e escrutínio conduzido por administrador eleitoral público, será realizado... (segue cx auxiliar): (sic)

**Mais detalhes**

...nas seções eleitorais designadas a cada eleitor, e deverá garantir o escrutínio público, voto a voto, imediatamente após o encerramento do pleito, independentemente do sistema de votação adotado, eletrônico ou manual, reservando-se as cédulas escrutinadas em receptáculo lacrado e registrado para eventuais recontagens." Proposta em nome da coalizão de movimentos e ativistas civis Convergências. (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Thomas Raymund Korontai  
**E-mail:** thomas@thomaskorontai.org  
**UF:** PR

**Data da publicação da ideia:** 07/12/2020

**Data de alcance dos apoios necessários:** 12/03/2021

**Total de apoios contabilizados até 11/05/2021:** 20.624

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=146383>



## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

UF	APOIOS
AC	460
AL	104
AM	212
AP	41
BA	660
CE	432
DF	933
ES	388
GO	448
MA	169
MG	1.995
MS	293
MT	213
PA	277
PB	198
PE	514
PI	113
PR	1.352
RJ	3.012
RN	238
RO	125
RR	31
RS	1.204
SC	1.010
SE	120
SP	6.000
TO	82
<b>TOTAL</b>	<b>20.624</b>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão		
1	AC	ADAUTO R FIGUEIREDO   AD****@GMAIL.COM
2	AC	ADILSON ZAMBOTTI   AD****@HOTMAIL.COM
3	AC	AFONSO NETO   AF****@HOTMAIL.COM
4	AC	AFRANIO MARCIO   AF****@HOTMAIL.COM
5	AC	AILTON GOMES MORENO   AI****@GMAIL.COM
6	AC	ALCEU COELHO BORGES DUARTE   AL****@HOTMAIL.COM
7	AC	ALCIMAR GUIMARAES PERCE   AL****@GMAIL.COM
8	AC	ALESSANDRO TAMBUCCI   TA****@OUTLOOK.COM
9	AC	ALEXANDRE EMILIO JAVOSKI GAMA   AE****@GMAIL.COM
10	AC	ALEXANDRE FELIZARDO RIBEIRO   AL****@YAHOO.COM.BR
11	AC	ALEX CAPPELLANO FRANCISCHELLI   AL****@GMAIL.COM
12	AC	ALEX ROCHA SILVA   AL****@GMAIL.COM
13	AC	ALEX SOARES   IN****@HOTMAIL.COM
14	AC	ALICE PONTES   AL****@UOL.COM.BR
15	AC	ALINY ROSA   AL****@GMAIL.COM
16	AC	AMANDA LUCIANA CARVALHO HUNT   AM****@GMAIL.COM
17	AC	AMARO MARTINS BARBOSA NETO   NE****@HOTMAIL.COM
18	AC	AMERICO OURIQUES   AM****@GMAIL.COM
19	AC	ANA CELIA MENDES DE SOUZA   AC****@HOTMAIL.COM
20	AC	ANA CLAUDIA RODRIGUES   AN****@YAHOO.COM.BR
21	AC	ANA GARCIA   SO****@YAHOO.COM.BR
22	AC	ANA LEITAO   AN****@MACAU.CTM.NET
23	AC	ANA LICIA BORGES   AN****@GMAIL.COM
24	AC	ANA LUCIA BITENCOURT TEIXEIRA   BI****@YAHOO.COM.BR
25	AC	ANA LUCIA MEDINA NEVES   AN****@GMAIL.COM
26	AC	ANA MARIA COLOMBO PERALTA   PE****@HOTMAIL.COM
27	AC	ANDERSON FIORI   AN****@HOTMAIL.COM
28	AC	ANDRE BERARDINELLI   AN****@HOTMAIL.COM
29	AC	ANDRE GOMES   GO****@GMAIL.COM
30	AC	ANDRE LUIS PEREIRA   AN****@IG.COM.BR
31	AC	ANDRE PEDROSA CARNEIRO   AP****@GMAIL.COM
32	AC	ANGELA MARCHESI   AN****@GMAIL.COM
33	AC	ANGELA MARIA LEITE GOIS CORREA   AN****@ROCKETMAIL.COM
34	AC	ANGELO RAMON   AN****@HOTMAIL.COM
35	AC	ANGEL SANTANDER   AN****@GMAIL.COM
36	AC	ANIBAL KRISANOSKI   AN****@ROKRISA.COM.BR
37	AC	ANNA MARY REZENDE   AM****@LIVE.COM
38	AC	ANSELMO RONDINA   AN****@HOTMAIL.COM
39	AC	ANTONIO CARLOS FAGUNDES   AC****@UOL.COM.BR
40	AC	ANTONIO CARLOS FALEIROS FERREIRA   FA****@GMAIL.COM
41	AC	ANTONIO CLAUDEVI   AN****@HOTMAIL.COM
42	AC	ANTONIO FERNANDES DE SOUZA FILHO   AN****@HOTMAIL.COM
43	AC	ANTONIO LISBOA DE CARVALHO FILHO   LI****@GMAIL.COM
44	AC	ANTONIO LUIS PEREIRA DA SILVA FILHO   FI****@HOTMAIL.COM
45	AC	ANTONIO ROBERTO F. FERREIRA   RO****@BETAGAL.COM
46	AC	ANTONIO ROBERTO PACKER   AN****@GMAIL.COM
47	AC	APARECIDA CLEIA GERIN   CL****@GMAIL.COM
48	AC	APARECIDA FERNANDES   MC****@GLOBO.COM
49	AC	ARISTON ALMEIDA CORREIA JUNIOR   AR****@HOTMAIL.COM
50	AC	ARLEAN ANDREI DANTAS GOMES   AR****@HOTMAIL.COM
51	AC	ARLINDO SANTOS   AR****@TERRA.COM.BR
52	AC	ARMANDO C. LIPPI   AR****@GMAIL.COM
53	AC	ARTHUR GUIMARAES LINS JUNIOR   AR****@GMAIL.COM
54	AC	ASTERIA HELENA   AS****@BOL.COM.BR
55	AC	AUREA FREITAS   FR****@HOTMAIL.COM
56	AC	AUREA VECCHIA SOUZA   JU****@YAHOO.COM.BR
57	AC	AU RENE BARBOSA   AU****@HOTMAIL.COM
58	AC	AVANY FERREIRA MULLER   AV****@YAHOO.COM.BR
59	AC	BEATRIZ AMORIM   BE****@HOTMAIL.COM
60	AC	BOB TOMATINHO   RO****@GMAIL.COM
61	AC	CARLA VEIGA   CA****@GMAIL.COM
62	AC	CARLO EUGENIO LOPES MAGNANI   CE****@GMAIL.COM
63	AC	CARLOS ALBERTO GOMES   CG****@GMAIL.COM
64	AC	CARLOS ARAGAO   CA****@HOTMAIL.COM
65	AC	CARLOS BATISTA   CA****@HOTMAIL.COM
66	AC	CARLOS BRATTI   CA****@GMAIL.COM
67	AC	CARLOS CARDOSO   CJ****@OPTONLINE.NET
68	AC	CARLOS MORI JUNIOR   CM****@GMAIL.COM
69	AC	CARLOS ROBERTO SERRAT DE OLIVEIRA   CA****@UOL.COM.BR
70	AC	CAROL LAZARI   LA****@GMAIL.COM
71	AC	CELIA CAMPOS   C.****@GMAIL.COM
72	AC	CELIA MARIA DA SILVA   CE****@HOTMAIL.COM
73	AC	CELIA MARTINS   CE****@IG.COM.BR
74	AC	CELSO DO AMARAL ALMEIDA   FO****@GMAIL.COM
75	AC	CEZAR FURTADO   CE****@GMAIL.COM
76	AC	CHIL KORPER ZUNSZTERN   CK****@GMAIL.COM
77	AC	CHRISTINA DEMARCO   CH****@YAHOO.COM.BR
78	AC	CHUPLA 16   CH****@GMAIL.COM
79	AC	CINARA AMARAL E SILVA   CI****@GMAIL.COM
80	AC	CLARA DALTRO   LI****@GMAIL.COM
81	AC	CLARA LEMMI CESTARI   CL****@YAHOO.COM.BR
82	AC	CLAUDETE VOLKAN DE SOUZA   C.****@UOL.COM.BR
83	AC	CLAUDIA HELENA DE SOUZA RABELO   CL****@GMAIL.COM
84	AC	CLAUDIA NERES   CL****@HOTMAIL.COM
85	AC	CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS SANTOS   CL****@GMAIL.COM
86	AC	CLAUDIO ELOI SOUZA DIAS   CL****@GMAIL.COM
87	AC	CLAUDIO FONSECA DE FREO   CL****@GMAIL.COM
88	AC	CLAUDIO LUIZ MACIEL   CL****@GMAIL.COM
89	AC	CLAUDIO MARTINS   CL****@GMAIL.COM
90	AC	CLAUDIO TORTORI   CT****@GMAIL.COM
91	AC	CLEIDE PERICINOTTO   CL****@GMAIL.COM
92	AC	CLODOMIRO AUGUSTO DE OLIVEIRA   CL****@GMAIL.COM
93	AC	CRISTIANE DA SILVA CARDOZO   CR****@GMAIL.COM
94	AC	CRISTINA FAVA   CR****@VIRGILIO.IT
95	AC	CRISTINA JUNTA JUNTA   CR****@HOTMAIL.COM
96	AC	DANIELA CORDEIRO   DA****@GMAIL.COM
97	AC	DANIEL DUBANHEVITZ   D.****@HOTMAIL.COM
	AC	DANIEL FREITAS   DA****@GMAIL.COM
	AC	DANIEL SOZO   DA****@TERRA.COM.BR
	AC	DAURO SANT   DA****@HOTMAIL.COM
	AC	DEBORA SUCHY   DG****@GMAIL.COM
	AC	DENISE VOLPE   DE****@YAHOO.COM.BR
	AC	DEVANIR PEREIRA BAZANINI   DE****@YAHOO.COM.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão		
104	AC	DIAS ANGELO   AF****@GMAIL.COM
105	AC	DIEGO CONDE   DI****@ICLOUD.COM
106	AC	DILCELINA SOUZA DOS SANTOS   DI****@HOTMAIL.COM
107	AC	DILMA DRUMOND   DI****@GMAIL.COM
108	AC	DILMA FATIMA   DI****@HOTMAIL.COM
109	AC	DINA FALAVIGNA   DL****@UEM.BR
110	AC	DONI TURMA DO DONI   DO****@GMAIL.COM
111	AC	DULCE TERESINHA BARROS MENDES DE MORAIS   DU****@GLOBO.COM
112	AC	DULCÍDIA RAMOS   DU****@HOTMAIL.COM
113	AC	EDEVAL ARI VIEIRA   ED****@GMAIL.COM
114	AC	EDIMAR DE OLIVEIRA   ED****@YAHOO.COM.BR
115	AC	EDMILSON BARBOSA   ED****@GMAIL.COM
116	AC	EDUARDO DE FIGUEIREDO   ED****@YAHOO.COM.BR
117	AC	EDUARDO VAINÉ   EE****@HOTMAIL.COM
118	AC	ELIANA FURTADO DE ANDRADE   CA****@GMAIL.COM
119	AC	ELIANA TEIXEIRA ALVES   NI****@HOTMAIL.COM
120	AC	ELIANE MOLICA   EL****@GMAIL.COM
121	AC	ELISABETH DOLORES AIDAR   DO****@HOTMAIL.COM
122	AC	ELISABETH PRETO   EL****@HOTMAIL.COM
123	AC	ELIZABETH OLIVEIRA   EL****@GMAIL.COM
124	AC	ELIZETH RIOS   PR****@GMAIL.COM
125	AC	ELVIRA DE FATIMA PENA   EL****@GMAIL.COM
126	AC	ELZA EDELY BELTRAN   EE****@HOTMAIL.COM
127	AC	ENZO SAMPAIO CHAGAS   EN****@SOU.UFAC.BR
128	AC	ERIC GIL LECOQ   E.****@GMAIL.COM
129	AC	ERINALDO ARCINI MARTINS   ER****@GMAIL.COM
130	AC	ESTER CHASSOT   CH****@YAHOO.COM.BR
131	AC	EUDINEY PIFFER JUNIOR   EU****@GMAIL.COM
132	AC	EVANICE COSTA DOS PRAZERES   NI****@TERRA.COM.BR
133	AC	FABIO ALVARENGA   FA****@YAHOO.COM.BR
134	AC	FABIO DIX DE SANTIS   FA****@GMAIL.COM
135	AC	FABIO GALLE   FA****@GMAIL.COM
136	AC	FABIOLA CRISTINA PANETTA   FC****@YAHOO.COM
137	AC	FABIO MAISTRO   Zi****@MAC.COM
138	AC	FATIMA LUISA MAIA   FA****@YAHOO.COM.BR
139	AC	FATIMA MANGABEIRA   FA****@YAHOO.COM.BR
140	AC	FATIMA ROSA   FA****@HOTMAIL.COM
141	AC	FERNANDO BARROS   FB****@GMAIL.COM
142	AC	FERNANDO DOS SANTOS   AN****@YAHOO.COM.BR
143	AC	FERNANDO FARIAS   JF****@GMAIL.COM
144	AC	FERNANDO ROBSON BATISTA   FR****@GMAIL.COM
145	AC	FERNANDO SANTOS   FE****@GMAIL.COM
146	AC	FHATIMA SANTOS   SA****@HOTMAIL.COM
147	AC	FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO   FL****@GMAIL.COM
148	AC	FLAVIO AGRIPINO   FL****@YAHOO.COM.BR
149	AC	FRANCISCO MARCULINO JUNIOR   FM****@TERRA.COM.BR
150	AC	GEORGE ROOSEVELT FERES   GE****@HOTMAIL.COM
151	AC	GEOVANIA TATIBANA DE SOUZA   GE****@GMAIL.COM
152	AC	GETULIO VALIM   GP****@GMAIL.COM
153	AC	GILBERTO GABRIEL DA SILVA   GI****@GMAIL.COM
154	AC	GILBERTO GERALDO MARQUES   GI****@PBH.GOV.BR
155	AC	GILBERTO PEDROSA SCHITTINI   GS****@TERRA.COM.BR
156	AC	GILBERTO RAGAGNIN   GR****@GMAIL.COM
157	AC	GILDO RIBEIRO   GI****@GMAIL.COM
158	AC	GISELE ROCHA   RO****@HOTMAIL.COM
159	AC	GISELE TEIXEIRA LATINI   GI****@GMAIL.COM
160	AC	GISELI BRITTO VIEIRA   GB****@GMAIL.COM
161	AC	GISELLE LESSA   GM****@GMAIL.COM
162	AC	GLAUCIA ALBUQUERQUE   GL****@BADKID.COM.BR
163	AC	GUILHERME AUGUSTO BONIFACIO DE ARAUJO   GA****@OUTLOOK.COM
164	AC	GUILHERME PIRES DE CAMARGO   GU****@YAHOO.COM.BR
165	AC	GUI SAN   JG****@GMAIL.COM
166	AC	HANRI COIFFEUR   HA****@GLOBO.COM
167	AC	HECSON BARBOSA   HE****@YAHOO.COM
168	AC	HELOIZA QUERINO SOUZA   HE****@GMAIL.COM
169	AC	HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA   HE****@HOTMAIL.COM
170	AC	HENRIQUE VILLELA DE OLIVEIRA   HV****@GMAIL.COM
171	AC	HILDA ARAUJO   HI****@TERRA.COM.BR
172	AC	HILTON PASSOS   HI****@GMAIL.COM
173	AC	HOMERO MACHADO QUEIROZ QUEIROZ   HO****@GMAIL.COM
174	AC	HUGO RAFAELI CASAGRANDE   HU****@GMAIL.COM
175	AC	HUMBERTO CUNHA   HP****@GMAIL.COM
176	AC	HUMBERTO MEIRA   SI****@GMAIL.COM
177	AC	IDAIONI APARECIDA DE SOUZA   ID****@GMAIL.COM
178	AC	IRENE RIBEIRO ZUCCO   IR****@GMAIL.COM
179	AC	ISABELA IVENS DE ARAUJO   IS****@HOTMAIL.COM
180	AC	ISABEL CRISTINA PEREIRA DA SILVA   IC****@HOTMAIL.COM
181	AC	ISABEL LEONEL   IS****@YAHOO.COM
182	AC	ISA RATIER   IS****@HOTMAIL.COM
183	AC	IVANIR MALATESTA   IV****@HOTMAIL.COM
184	AC	IVANIR MARCONI   IV****@HOTMAIL.COM
185	AC	IVETE TEREZINHA ZALTRON   IV****@GMAIL.COM
186	AC	IVONE MONTEIRO   IV****@GMAIL.COM
187	AC	IZABEL FRANCO   IZ****@GMAIL.COM
188	AC	IZAIAS LINO   FI****@GMAIL.COM
189	AC	JACKSON ABREU   JA****@HOTMAIL.COM
190	AC	JACOB JAGER   JA****@GMAIL.COM
191	AC	JAIME AUGUSTO MARQUES   JM****@JAIMEMARQUES.COM.BR
192	AC	JAIME EVANGELHO   JA****@GMAIL.COM
193	AC	JAIME MENDONCA OLIVEIRA   JA****@HOTMAIL.COM
194	AC	JANETE SALTORATTO   MA****@YAHOO.COM.BR
195	AC	JBGARCIAEXX GARCIA   JB****@YAHOO.COM.BR
196	AC	JEANE SALAZAR BAPTISTA CARVALHO   JE****@GMAIL.COM
197	AC	JEFFERSON FONSECA   JE****@GMAIL.COM
198	AC	JOAO ALBUQUERQUE   JJ****@UOL.COM.BR
199	AC	JOAO BATISTA MENEZES CRUZ   JO****@HOTMAIL.COM.BR
200	AC	JOAO CARLOS RODRIGUES DE SOUZA   JO****@MICROMIDIA.COM.BR
	AC	JOAO CESAR LORENZETTI CASINI   JC****@GMAIL.COM
	AC	JOAO NATALICIO DE OLIVEIRA   JO****@YAHOO.COM.BR
	AC	JOAO PAULO FERNANDES GUIMARAES   JP****@ICLOUD.COM
	AC	JOAO ROBERTO GONCALVES   JR****@HOTMAIL.COM
	AC	JOMAR M. CUNHA   MC****@GMAIL.COM
	AC	JORGE CARREIRO   JO****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão	
207	AC   JORGE DA SILVA LIMA   JO****@GMAIL.COM
208	AC   JORGE DE SOUZA   JS****@GMAIL.COM
209	AC   JORGE VILAS BOAS TAVARES   JO****@HOTMAIL.COM
210	AC   JO RROC   J.****@GMAIL.COM
211	AC   JOSAFÁ ESTRELA   JE****@HOTMAIL.COM
212	AC   JOSEANE OLIVEIRA   JO****@GMAIL.COM
213	AC   JOSE CLAUDIO SOUZA DOS SANTOS   PR****@HOTMAIL.COM.BR
214	AC   JOSE EDUARDO BUENO   BU****@ONICRON.COM.BR
215	AC   JOSE EULLER BATISTA   ZE****@GMAIL.COM
216	AC   JOSE LUIS BRIDA   JL****@GMAIL.COM
217	AC   JOSE LUIZ FASSINA   JF****@HOTMAIL.COM
218	AC   JOSE NETO   ZE****@GMAIL.COM
219	AC   JOSE RABELO DE SANTANA   RA****@GMAIL.COM
220	AC   JOSE SILVIO SANTOS DE SOUSA   JS****@GMAIL.COM
221	AC   JOSE VALDECIR SCHMITT   VA****@HOTMAIL.COM
222	AC   JUCA LAUXEN   JO****@HOTMAIL.COM
223	AC   JULIANA NATEL   JU****@HOTMAIL.COM
224	AC   JULIANO CORDEIRO   SH****@GMAIL.COM
225	AC   JULIO JOSE BARROS   JU****@HOTMAIL.COM
226	AC   JUSSARA GOMES DOS SANTOS   LO****@HOTMAIL.COM
227	AC   JUSSARA MARIA DE ANDRADE   JD****@GMAIL.COM
228	AC   KARLA MACHADO   AL****@GMAIL.COM
229	AC   KHALIL KASSOUF   KH****@KASSOUF.ADM.BR
230	AC   LAIS LAGE   LA****@GMAIL.COM
231	AC   LCA ANDRADE   LL****@GMAIL.COM
232	AC   LECI PERES   LO****@GMAIL.COM
233	AC   LEILA BALEN   LE****@HOTMAIL.COM
234	AC   LELIANE DE SOUZA MORAES   LE****@GMAIL.COM
235	AC   LEONARDO SIDONIO   LM****@HOTMAIL.COM
236	AC   LEONARDO VELASQUEZ   VE****@HOTMAIL.COM
237	AC   LILIAN BRUNS   LI****@GMAIL.COM
238	AC   LISANDRO BATISTA DE MELO   EN****@YAHOO.COM.BR
239	AC   LIVIA BEATRIZ SIQUEIRA ROSA BENTO   LI****@GMAIL.COM
240	AC   LUCIANA SILVA TEIXEIRA RIBEIRO   LU****@GMAIL.COM
241	AC   LUCIENE WANGBERG   LU****@HOTMAIL.COM
242	AC   LUCILENE STELATO S FREITAS   LU****@HOTMAIL.COM
243	AC   LUCILIA MARIA MAGALHAES   LU****@YAHOO.COM.BR
244	AC   LUCIO SILVA   LU****@CLOUD.COM
245	AC   LUIS BEDIN   LU****@GLOBO.COM
246	AC   LUIS FERNANDO FERRAROLI DOS SANTOS   LU****@GMAIL.COM
247	AC   LUIS GUTIERREZ   LG****@GMAIL.COM
248	AC   LUIZ CLAUDIO BARBOSA   LC****@GMAIL.COM
249	AC   LUIZ CLAUDIO LUIZAO   LU****@HOTMAIL.COM
250	AC   LUIZ FERNANDO PIMENTA   LF****@HOTMAIL.COM
251	AC   LUIZ VALERIO DUTRA FILHO   LU****@GMAIL.COM
252	AC   LUIZ VERA   LU****@HOTMAIL.COM
253	AC   MAG MARGARETE   MA****@HOTMAIL.COM
254	AC   MALDI ROCHA   MA****@YAHOO.COM.BR
255	AC   MANUEL CARLOS MAZZA LIEBANA TORRES   MC****@E-TORRES.COM.BR
256	AC   MARCELA DO VALE   MA****@MSN.COM
257	AC   MARCELO GONCALVES DE FARIA   MA****@HOTMAIL.COM
258	AC   MARCELO HORTA   MA****@HOTMAIL.COM
259	AC   MARCELO LIMA   MA****@GMAIL.COM
260	AC   MARCELO TEIXEIRA DA COSTA FILHO   MA****@CLINICAMTC.COM.BR
261	AC   MARCIA ANDORFATO   MA****@HOTMAIL.COM
262	AC   MARCIA BEZERRA   MA****@LIVE.COM
263	AC   MARCIA DIAS BRAGA   MA****@HOTMAIL.COM
264	AC   MARCIA HARMENON   IS****@GMAIL.COM
265	AC   MARCIA HELENA   MA****@HOTMAIL.COM
266	AC   MARCIA KLEIZER   M.****@TERRA.COM.BR
267	AC   MARCIA REGINA   MA****@GMAIL.COM
268	AC   MARCIA RIO   MA****@GMAIL.COM
269	AC   MARCIA TERRAFINO   MA****@GMAIL.COM
270	AC   MARCIO CORREA   MA****@HOTMAIL.COM
271	AC   MARCIO OLIVEIRA DOS SANTOS   MA****@YAHOO.COM.BR
272	AC   MARCOS ANTONIO BRAGA DA ROCHA   MA****@HOTMAIL.COM
273	AC   MARCO SCHETTINO   MA****@GMAIL.COM
274	AC   MARCOS COPETTI WEBER   TC****@GMAIL.COM
275	AC   MARCOS DETICIO   MA****@GMAIL.COM
276	AC   MARCOS FERREIRA   MA****@HOTMAIL.COM
277	AC   MARCOS FREIRE   MA****@GMAIL.COM
278	AC   MARCOS OLIVEIRA   MA****@GMAIL.COM
279	AC   MARCUS LESSA   MA****@GMAIL.COM
280	AC   MARGARETE PARECIDA CANAZART   MA****@GMAIL.COM
281	AC   MARIA ASSUNTA MARQUESI   MA****@HOTMAIL.COM
282	AC   MARIA AUXILIADORA ANTUNES   DO****@HOTMAIL.COM
283	AC   MARIA BELTRAO BELTRAO   M.****@HOTMAIL.COM
284	AC   MARIA CATHARINA VAREJAO   MA****@IG.COM.BR
285	AC   MARIA CLODOMIRA SALES VIGA   MA****@IFAC.EDU.BR
286	AC   MARIA CRISTINA DE ARAUJO REIS   MA****@GMAIL.COM
287	AC   MARIA CRISTINA ROSSI   TI****@HOTMAIL.COM
288	AC   MARIA CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER   CR****@KIRSNER.COM.BR
289	AC   MARIA DE FATIMA FREITAS SAMPAIO   FA****@HOTMAIL.COM
290	AC   MARIA DE LURDES FAVERI   ML****@ME.COM
291	AC   MARIA DO CARMO FERREIRA   MC****@UOL.COM.BR
292	AC   MARIA ELIZABETH BAPTISTA VIANNA   VI****@GMAIL.COM
293	AC   MARIA GENOVEVA ANDRADE   MA****@HOTMAIL.COM
294	AC   MARIA JESUS   MA****@GMAIL.COM
295	AC   MARIA JOSE BORGES DOS SANTOS   MJ****@YAHOO.COM.BR
296	AC   MARIA LEONOR GARCIA DIAS   ML****@HOTMAIL.COM
297	AC   MARIA LUCIA MATHEUS   MA****@GMAIL.COM
298	AC   MARIA LUIZA BORGES DA SILVA   ML****@GMAIL.COM
299	AC   MARIA LUIZA PERETTOR   ZI****@PORTOWEB.COM.BR
300	AC   MARIANGELA LIMA   MA****@MARIANGELALIMA.COM.BR
301	AC   MARIANGELA P CHAVES   MA****@GMAIL.COM
302	AC   MARIANGELA WALTRICK   MA****@GMAIL.COM
303	AC   MARIA OLIVEIRA   ZZ****@GMAIL.COM
	AC   MARIA PINHO   MC****@HOTMAIL.COM
	AC   MARILEA ESTEVES   MA****@YAHOO.COM.BR
	AC   MARILEI ZORTHEA   ZO****@GMAIL.COM
	AC   MARILISA ANTONIAZZI CALOMENO   AN****@HOTMAIL.COM
	AC   MARINA EBERLE COMANDULLI   MA****@GMAIL.COM
	AC   MARIO SILVA   MA****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão	
310   AC	MARIZELI RIGONI CARVALHO   ZE****@HOTMAIL.COM
311   AC	MARLI O. ULMANN   MA****@HOTMAIL.COM
312   AC	MARLUCE COSTA STOLL   MA****@GMAIL.COM
313   AC	MARYANE DOS SANTOS CARVALHO CARVALHO   JR****@GMAIL.COM
314   AC	MAURICIO MOREIRA SUSINI RIBEIRO   SU****@GMAIL.COM
315   AC	MAURO NIEHUES DE FARIAS   MA****@HOTMAIL.COM
316   AC	MIKELLISON NASCIMENTO   MI****@HOTMAIL.COM
317   AC	MILTON TEIXEIRA   MI****@GMAIL.COM
318   AC	MIQUEIAS CARDOZO   MI****@HOTMAIL.COM
319   AC	MIRIAN SOARES   MI****@HOTMAIL.COM
320   AC	MISEUDA F SILVA   MI****@HOTMAIL.COM
321   AC	MOEMA FELSKES LEUCK   MO****@GMAIL.COM
322   AC	MOISES SATURNINO   MS****@GMAIL.COM
323   AC	MONICA ANDREA CONCA   MO****@GMAIL.COM
324   AC	MONICA CAVALCANTI   SP****@YAHOO.COM.BR
325   AC	MONICA ILENBURG PIMENTA   MO****@GMAIL.COM
326   AC	MONICA MACHADO   MO****@HOTMAIL.COM
327   AC	MONICA MARIA OLIVEIRA VIANA PEDROTE   NA****@GMAIL.COM
328   AC	NADIA GIMENES   NA****@HOTMAIL.COM
329   AC	NADUA GARBE   NA****@HOTMAIL.COM
330   AC	NAIF CHALUB   NA****@GMAIL.COM
331   AC	NATALIA LOPES   NA****@TERRA.COM.BR
332   AC	NELCIRIA PEREIRA PESSOA PEDRA   NE****@HOTMAIL.COM
333   AC	NELSON COSTA   NE****@GMAIL.COM
334   AC	NELSON SIQUEIRA BARBOZA   NE****@GMAIL.COM
335   AC	NEREIDA MAIRA   NE****@HOTMAIL.COM
336   AC	NEUZA MARIA APARECIDA MENDES   NM****@YAHOO.COM.BR
337   AC	NEUZA RAQUEL BARBIERI FARONE   MA****@HOTMAIL.COM
338   AC	NICOLAU MITSUO SATUDI   NM****@HOTMAIL.COM
339   AC	NINA MARA GENTIL IUCIF   NI****@YAHOO.COM.BR
340   AC	NORMA CALI   NO****@MSN.COM
341   AC	ODILIO BALBINOTTI FILHO   OD****@SEMENTESADRIANA.COM.BR
342   AC	ODIR MARTINS   OD****@GMAIL.COM
343   AC	ORIVALD GUMZ   GU****@GUMZREPRESENTACOES.COM.BR
344   AC	OSVALDO SANTOS JUNIOR   OS****@GMAIL.COM
345   AC	OSWALDO ABREU JUNIOR   OA****@YAHOO.COM.BR
346   AC	PADILLA LUIZ ROBERTO NUNES PADILLA   LU****@GMAIL.COM
347   AC	PASTORCARLOS ALVES   PR****@GMAIL.COM
348   AC	PAULO GILBERTO BORDIN   BO****@GMAIL.COM
349   AC	PAULO HENRIQUE NAZARETH   PA****@GMAIL.COM
350   AC	PAULO HUNGRIA   PH****@GMAIL.COM
351   AC	PAULO IROQUEZ BERTUSSI   PA****@BERTUSSIDESIGN.COM.BR
352   AC	PAULO LATADO   PA****@GMAIL.COM
353   AC	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA   PA****@BOL.COM.BR
354   AC	PAULO ROBERTO PIMENTEL   PA****@GMAIL.COM
355   AC	PAULO SOUSA   SO****@YAHOO.COM.BR
356   AC	PAULO TEOFILO   PA****@HOTMAIL.COM
357   AC	PEDRO GARDENAL   PE****@GMAIL.COM
358   AC	PEDRO PAULO MIRANDA   PE****@GMAIL.COM
359   AC	PIER ANGELI MIGLIANO   PA****@GMAIL.COM
360   AC	RACHEL MARREIRO LYRIO   RA****@HOTMAIL.COM
361   AC	RAFAEL MOURA   RA****@GMAIL.COM
362   AC	RAIMUNDO LUIZ FERREIRA ALVES   RL****@GMAIL.COM
363   AC	REGINA APUD   RA****@DOMINIOEXP.COM.BR
364   AC	REGINA MAURA DE ALMEIDA DA FONSECA   RM****@HOTMAIL.COM
365   AC	REINALDO PECLAT   RE****@GMAIL.COM
366   AC	RENAN PEREIRA   RE****@GMAIL.COM
367   AC	RENATA DUARTE   RE****@HOTMAIL.COM
368   AC	RENIO SUMAN   RE****@GMAIL.COM
369   AC	RIANNE MARTINS   RI****@GMAIL.COM
370   AC	RICARDO CERQUEIRA LIMA DA GRACA PINTO LEITE   RI****@GMAIL.COM
371   AC	RICARDO MOACYR DE VASCONCELLOS   RI****@GLOBO.COM
372   AC	RITA BASSO   BA****@YAHOO.COM.BR
373   AC	RITA DE CASSIA BAZAN MIGLIOLI   MI****@GMAIL.COM
374   AC	ROBERTO MANOEL BOAVISTA SEARA MACHADO   RO****@GMAIL.COM
375   AC	ROBSON RODRIGUES   VE****@HOTMAIL.COM
376   AC	RODRIGO BALLESTEROS   RB****@HOTMAIL.COM
377   AC	RODRIGO CARNEIRO DE SOUZA   RO****@GMAIL.COM
378   AC	RONALDO LIPPI   RO****@TERRA.COM.BR
379   AC	ROSA MARIA CORREIA DA SILVA BRANDAO   RO****@HOTMAIL.COM
380   AC	ROSA MARIA PAULA MONTEIRO   RO****@HOTMAIL.COM
381   AC	ROSANA NUNES   ZA****@HOTMAIL.COM
382   AC	ROSANA VELLUTO   RO****@GMAIL.COM
383   AC	ROSANGELA PENTEADO DE LEMOS BUTTI CARDOSO   TO****@YAHOO.COM.BR
384   AC	ROSANGELA SAMWAYS   RO****@HOTMAIL.COM
385   AC	ROSAURA ROCHA   RO****@YAHOO.COM.BR
386   AC	ROSELAINES STEFFENS   RO****@TERRA.COM.BR
387   AC	ROSELI BIER   RO****@GMAIL.COM
388   AC	ROSELI GONCALVES   RO****@HOTMAIL.COM
389   AC	ROSELI RAMOS   RO****@GMAIL.COM
390   AC	ROSELLE TORRES   TO****@HOTMAIL.COM
391   AC	ROSE PINHO   RO****@HOTMAIL.COM
392   AC	ROZELY CERRA   RO****@GMAIL.COM
393   AC	RUBIANA MONTEIRO ALVES MENEGAZ   RU****@BOL.COM.BR
394   AC	RUDE FREIRE   RH****@YAHOO.COM.BR
395   AC	RUTH HELENA   RU****@GMAIL.COM
396   AC	RUY FLORES   JR****@GMAIL.COM
397   AC	SADY SANTANA   SA****@GMAIL.COM
398   AC	SALETE TEREZINHA FURLAN TRIDAPALLI   SA****@HOTMAIL.COM
399   AC	SANDERSON MURILO   SA****@GMAIL.COM
400   AC	SANDRA FONSECA DE OLIVEIRA   SA****@HOTMAIL.COM
401   AC	SANDRA SAMPAIO MUZI   SA****@GMAIL.COM
402   AC	SANDRA SOUZA   SA****@HOTMAIL.COM
403   AC	SANDRA VELASCO TREVELIN   DU****@YAHOO.COM.BR
404   AC	SAUL BETTEGA JUNIOR   SA****@YAHOO.COM.BR
405   AC	SELSIL SELSIL   SE****@GMAIL.COM
406   AC	SERENA LETIZIA BOLLA FERNANDES   SE****@GMAIL.COM
AC	SERGIO ALEXANDRE KUCERA   SA****@GMAIL.COM
AC	SERGIO DOMENE   SE****@GMAIL.COM
AC	SERGIO FINGER DA SILVA   SE****@HOTMAIL.COM
AC	SERGIO ROBERTO MOLLETTA   SE****@GMAIL.COM
AC	SERGIO SIQUEIRA COSTA REIS   SE****@GMAIL.COM
AC	SHEILA FERREIRA DE PAULA   SH****@AC.GOV.BR





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão		
413	AC	SHEILA PRASS   SH****@GMAIL.COM
414	AC	SHIN MAYOSHI   SH****@GMAIL.COM
415	AC	SIDINEI DIAS   SI****@GMAIL.COM
416	AC	SILVIO TAPIOCA BASTOS   SI****@HOTMAIL.COM
417	AC	SINVAL SILVA DA COSTA   SI****@GMAIL.COM
418	AC	SINVAL TOLDOS   SI****@GMAIL.COM
419	AC	SIRLEIDE DOS SANTOS NUNES DE BARROS   SI****@GMAIL.COM
420	AC	SOLANGE BOLOGNANI   SO****@GMAIL.COM
421	AC	SONIA MONDADORI   SO****@UOL.COM.BR
422	AC	SUZANA CRUZ DA SILVA   SU****@HOTMAIL.COM
423	AC	SUZANA RIBEIRO FARIA   RI****@HOTMAIL.COM
424	AC	SUZIELAINE FOIZER   SU****@GMAIL.COM
425	AC	TACITA VILELA REIS   TA****@SUPERIG.COM.BR
426	AC	TANIA MARA COUTINHO   FA****@GMAIL.COM
427	AC	TANIA MARIA PEREIRA SALDANHA   TA****@GMAIL.COM
428	AC	TANIA REGINA BELMIRO   TB****@GMAIL.COM
429	AC	TARCISIO PONTES FILHO   PI****@HOTMAIL.COM
430	AC	TAVARES PATO   TA****@GMAIL.COM
431	AC	TEIA MATTA   TE****@GMAIL.COM
432	AC	TELMA SANGES DO AMARAL   TA****@YAHOO.COM.BR
433	AC	TEOFIL0 GUILHERME REIS   TE****@GMAIL.COM
434	AC	TEREZA CRISTINA SOARE PASSOS LIMA   TE****@GMAIL.COM
435	AC	THANA LORENCI   TH****@HOTMAIL.COM
436	AC	THIAGO CARREIRO   TH****@GMAIL.COM
437	AC	THIAGO EUZEBIO MARTINS PINHEIRO   TH****@YAHOO.COM.BR
438	AC	THIAGO LOBO   TR****@HOTMAIL.COM
439	AC	UBIRATAN FREIRE   UC****@GMAIL.COM
440	AC	UDILEA SARMENTO   UD****@GMAIL.COM
441	AC	VALDEZ LOPES DA SILVA   VA****@HOTMAIL.COM
442	AC	VALTER MAIA   VA****@GMAIL.COM
443	AC	VANIA AVELINO   AV****@GMAIL.COM
444	AC	VENANCIO GOMES   VE****@GMAIL.COM
445	AC	VERA CRISTINA SILVA STRACIERI   VS****@GMAIL.COM
446	AC	VERA LUCIA FOSCARINI FERREIRA   VE****@GMAIL.COM
447	AC	VILMA BASTOS MACHADO   PS****@HOTMAIL.COM
448	AC	VIRGINIA CASTRO   VI****@HOTMAIL.COM
449	AC	VITOR EPELBOMI   VI****@GMAIL.COM
450	AC	VIVIAN BARROS PEREIRA   VI****@HOTMAIL.COM
451	AC	WAGNER FERREIRA BEBEDETI   SW****@GMAIL.COM
452	AC	WAGNER VARELA DE SOUZA   WV****@GMAIL.COM
453	AC	WANIA NASCENTES   WR****@YAHOO.COM.BR
454	AC	WANICE BELLA   WA****@YAHOO.COM.BR
455	AC	WASHINGTON BERGAMO RUIZ   WB****@UOL.COM.BR
456	AC	WASHINGTON SILVIO ARAUJO SILVA   WS****@GMAIL.COM
457	AC	WELINGTON SAMPAIO   WB****@GMAIL.COM
458	AC	WHEBERT REZENDE   WH****@GMAIL.COM
459	AC	WILMAR FERREIRA ARANTES   WI****@HOTMAIL.COM
460	AC	ZELIA MARIA CAETANO   ZE****@GMAIL.COM
461	AL	ADAIL ALMEIDA WIL   AD****@HOTMAIL.COM
462	AL	ADEMARIO MARCELINO   MA****@GMAIL.COM
463	AL	ADRIANO ALMEIDA   AD****@HOTMAIL.COM
464	AL	ADRIANO LUIS DE ALMEIDA SILVA   AD****@GMAIL.COM
465	AL	ALEX BAR   AL****@GMAIL.COM
466	AL	ALEX LIMA   AL****@GMAIL.COM
467	AL	ALISON ITALO   AL****@GMAIL.COM
468	AL	ANDREA S T D BRED4   AN****@GMAIL.COM
469	AL	ANDRE CESAR BATTALHINI   AB****@HOTMAIL.COM
470	AL	ANY LAURA SEVERO   AN****@GMAIL.COM
471	AL	AQUILES XAVIER   AQ****@GMAIL.COM
472	AL	BRUNA JOUBERT   BR****@HOTMAIL.COM
473	AL	BRUNO VILLELA   BR****@GMAIL.COM
474	AL	CARLOS FERNANDO ROCHA   CO****@GMAIL.COM
475	AL	CARLOS FERNANDO ROCHA DOS SANTOS   CF****@HOTMAIL.COM
476	AL	CIDA SANTOS   CI****@GMAIL.COM
477	AL	CLARA BARRETTO   CL****@YAHOO.COM.BR
478	AL	CLAUDIA MARY VALENCA   CL****@GMAIL.COM
479	AL	CLAUDIO LIMA   CL****@GMAIL.COM
480	AL	CLAUDIO PINTO   CP****@GMAIL.COM
481	AL	CRISTINO HERMANO   CR****@GMAIL.COM
482	AL	DANIEL MARQUES   SP****@HOTMAIL.COM
483	AL	DANIEL SEQUEIRA   UA****@GMAIL.COM
484	AL	DEBORA MARIA DA SILVA   DE****@HOTMAIL.COM
485	AL	DEMOSTHENIS LOBO DANTAS SILVA   DE****@HOTMAIL.COM
486	AL	DIEGO SILVA   DI****@HOTMAIL.COM
487	AL	EDBURGO FONTAN PEDROSA JUNIOR   ED****@HOTMAIL.COM
488	AL	EDNILSON DOS SANTOS   S.****@GMAIL.COM
489	AL	EDUARDO CUNHA   ED****@GMAIL.COM
490	AL	EDVAL TAVARES LOURENCO   TA****@GMAIL.COM
491	AL	ELI MACEDO PINTO   EL****@HOTMAIL.COM
492	AL	ELIZABETE SOUZA   TA****@GMAIL.COM
493	AL	ELTON LUCAS   LU****@YAHOO.COM
494	AL	ETEVALDO TEIXEIRA DE SOUZA   HE****@GMAIL.COM
495	AL	EUGENIO PACELLI   EU****@GMAIL.COM
496	AL	EVELINE PIMENTEL   EV****@GMAIL.COM
497	AL	EVERALDO ALVES BIOLOGO   EV****@HOTMAIL.COM
498	AL	EWERTON CORREIA DE LIRA   SD****@GMAIL.COM
499	AL	FLAVIO STERN   DI****@PLADIM.COM.BR
500	AL	FRANCISCO FERNANDES   FJ****@GMAIL.COM
501	AL	FRAN NALDO   NA****@GMAIL.COM
502	AL	GABRIEL CRUZ   GB****@GMAIL.COM
503	AL	GEILZON GOUVEIA   GE****@GMAIL.COM
504	AL	GEORGE FERREIRA GOIS JUNIOR   GE****@HOTMAIL.COM
505	AL	GEOVANIA COSTA NSCIMENTO   GE****@HOTMAIL.COM
506	AL	GERALDO BARBOSA   LE****@GMAIL.COM
507	AL	GISA IGA   GI****@GMAIL.COM
508	AL	GISELLE MARIA   GI****@HOTMAIL.COM
509	AL	GLAUCIA DANTAS   GA****@HOTMAIL.COM
	AL	HAILTON JOSE SANTANA LISBOA   LI****@GMAIL.COM
	AL	ICARO TORRES   IC****@GMAIL.COM
	AL	IGOR NORMANDE WANDERLEY   IG****@HOTMAIL.COM
	AL	INGRID FRUTUOSO   IN****@GMAIL.COM
	AL	IZABEL LINS   LO****@GMAIL.COM
	AL	JMARIO M   JO****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão	
516	AL   JOAO PAULO TEIXEIRA   JO****@HOTMAIL.COM.BR
517	AL   JOATAN SILVA   JO****@GMAIL.COM
518	AL   JOSE ALVES JUNIOR PINHEIRO   PI****@GMAIL.COM
519	AL   JOSE BRANDAO VIEIRA JUNIOR   JB****@GMAIL.COM
520	AL   JOSE CARLOS DE ALVARENGA   SE****@HOTMAIL.COM
521	AL   JOSEMARIO MEDEIROS   JO****@HOTMAIL.COM
522	AL   JOSE NETO   JN****@HOTMAIL.COM
523	AL   JOSE ROMAO COSTA FILHO   JU****@HOTMAIL.COM
524	AL   JOSE THIAGO   JO****@GMAIL.COM
525	AL   JOSEVAL ALBUQUERQUE   JO****@GMAIL.COM
526	AL   JUAREZ ALENCAR   JU****@GMAIL.COM
527	AL   JULIA FERRO PORANGABA   JU****@HOTMAIL.COM
528	AL   JUNIOR TENORIO   LC****@GMAIL.COM
529	AL   LAIANE CRISTOVAO   LA****@HOTMAIL.COM
530	AL   LANO SANTOS   AV****@GMAIL.COM
531	AL   LEONE DE MENDONCA LEITE   LE****@GMAIL.COM
532	AL   LUIS CARLOS CORREIA   LU****@GMAIL.COM
533	AL   LUIZ PEDRO DA SILVA   LU****@GMAIL.COM
534	AL   MARCUS CORREA MENDES   FA****@GMAIL.COM
535	AL   MARCUS LUIZ ALMEIDA SANTANA   MA****@GMAIL.COM
536	AL   MARIA BEATRIZ BRANDAO SA   BE****@GMAIL.COM
537	AL   MARIA CELIA   CE****@GMAIL.COM
538	AL   MARIA DA CONCEICAO LIMA SANTOS   CE****@GMAIL.COM
539	AL   MARIA GAMA   MA****@GMAIL.COM
540	AL   MARINALDO BISPO   MA****@GMAIL.COM
541	AL   MAURO FILHO   MM****@HOTMAIL.COM
542	AL   MAXWELL ASSIS   ME****@HOTMAIL.COM
543	AL   MIKAUL FAZENDO TESHUVAH   MI****@GMAIL.COM
544	AL   MIRIAN ANALIA DA SILVA   AN****@GMAIL.COM
545	AL   NADO SILVA   JO****@GMAIL.COM
546	AL   NORMAN DOWELL VALE DE BRITO   DJ****@GMAIL.COM
547	AL   PAULO ANDRE DE LIMA   PA****@GMAIL.COM
548	AL   PAULO B MEISTER   PA****@GMAIL.COM
549	AL   PAULO HENRIQUE SOARES MENEZES   OU****@HOTMAIL.COM
550	AL   PEDRO JORGE SOARES   PE****@GMAIL.COM
551	AL   PEDRO PAES   PE****@HOTMAIL.COM
552	AL   RAFAEL ADLER DANTAS DA SILVA   RA****@GMAIL.COM
553	AL   RHONADY OLIVEIRA   RH****@HOTMAIL.COM
554	AL   RICARDO JOSE DUARTE SANTANA   RJ****@OUTLOOK.COM.BR
555	AL   ROBSON RAMOS DOS SANTOS   RO****@GMAIL.COM
556	AL   RODRIGO FRANCA MOREIRA FREITAS   AN****@GMAIL.COM
557	AL   RONALD BARBOSA COUTINHO   RO****@HOTMAIL.COM
558	AL   SIDNEY MARTINS   SI****@GMAIL.COM
559	AL   THALES ANDERON TEIXEIRA DA SILVA   TT****@HOTMAIL.COM
560	AL   THIAGO MOURA   TH****@HOTMAIL.COM
561	AL   TILDA PINHEIRO   TI****@GMAIL.COM
562	AL   WALESKA AGRA   WA****@YMAIL.COM
563	AL   WANESKA MARTINS PIMENTEL CUNHA   W.****@GMAIL.COM
564	AL   WILLIAMS CRISTINO DE OMENA SILVA   BA****@GMAIL.COM
565	AM   ADEMAR CORDEIRO DE AMORIM   PR****@HOTMAIL.COM
566	AM   ADONIAS PRAIA   PR****@GMAIL.COM
567	AM   ADRIANO GERALDO DE AMORIM CORTES   AG****@GMAIL.COM
568	AM   AGATHA CHRISTIE PRAIA DA ROCHA   AG****@GMAIL.COM
569	AM   AILTON AMORIM RAMOS   AI****@GMAIL.COM
570	AM   AILTON DE SOUZA SANTOS   AS****@GMAIL.COM
571	AM   ALBERTINA GUEDES   AL****@GMAIL.COM
572	AM   ALE TRIGUEIRO DE OLIVEIRA   AL****@HOTMAIL.COM
573	AM   ALFREDO AUGUSTO SICSU LEITE JUNIOR   AA****@GMAIL.COM
574	AM   ALUYSIO ALBUQUERQUE SILVA JUNIOR   AL****@PMM.AM.GOV.BR
575	AM   ANA POMPEU   PO****@GMAIL.COM
576	AM   ANDREA CAMARA   AC****@GMAIL.COM
577	AM   ANDRE MESSIAS BELEM   AN****@GMAIL.COM
578	AM   ANDREY RIBEIRO   AN****@HOTMAIL.COM
579	AM   ANDREY SILVA DE OLIVEIRA   AN****@GMAIL.COM
580	AM   ANTONIO NOVO   AN****@GMAIL.COM
581	AM   ANTONIO SILVA   KA****@GMAIL.COM
582	AM   ANTONIO TRINDADE   AN****@GMAIL.COM
583	AM   ARNALDO MATOS   AR****@GMAIL.COM
584	AM   ASTRID NASCIMENTO AGUIAR   AS****@HOTMAIL.COM
585	AM   AUGUSTO CEZAR NUNES BASTOS   AU****@GMAIL.COM
586	AM   BENNA LAGO   BE****@GLOBOMAIL.COM
587	AM   BIANCKA LETICIA   BI****@GMAIL.COM
588	AM   BRANDO JOSE   BR****@GMAIL.COM
589	AM   CARLOS ALBERTO B.S.F.   CA****@GMAIL.COM
590	AM   CARLOS ALBERTO CAMURCA FERREIRA   CA****@GMAIL.COM
591	AM   CARLOS EDUARDO   CA****@GMAIL.COM
592	AM   CHARLES DE MATOS ARAUJO   CA****@GMAIL.COM
593	AM   CLAUDIO FERREIRA   CL****@GMAIL.COM
594	AM   CLAYTON COSTA   CL****@GMAIL.COM
595	AM   CLEB SOARES   CL****@GMAIL.COM
596	AM   DALILA BRITO   DA****@HOTMAIL.COM
597	AM   DANIEL CORIONE   DA****@GMAIL.COM
598	AM   DANIELLY MONTARROYOS PACHECO   DA****@GMAIL.COM
599	AM   DARCILENE SOUZA   DA****@GMAIL.COM
600	AM   DARLANY GABRIEL   DA****@GMAIL.COM
601	AM   DAVID PORTOCARRERO MONGE   DA****@HOTMAIL.COM
602	AM   DELMER PEREIRA   DE****@HOTMAIL.COM
603	AM   DENISE BRAGA DE AZEVEDO   DE****@YAHOO.COM
604	AM   DENIS PELEGRINI   DE****@GMAIL.COM
605	AM   DYEGO FREITAS   DY****@YAHOO.COM.BR
606	AM   EDER E. SANTO   ED****@GMAIL.COM
607	AM   EDI RYUTA   ED****@GMAIL.COM
608	AM   EDUARDO ALVES   ED****@HOTMAIL.COM
609	AM   EDUARDO FAREI   ED****@GMAIL.COM
610	AM   EDUARDO FERNANDES   ED****@GMAIL.COM
611	AM   EDUARDO QUARESMA   ED****@GMAIL.COM
612	AM   EDUARDO RODRIGUES MOTA   RO****@GMAIL.COM
	AM   ELIANETE LEMOS   LE****@GMAIL.COM
	AM   ELIZEU CASTRO   CA****@GMAIL.COM
	AM   EMERSON REBELLO   ER****@GMAIL.COM
	AM   EMILIO MARTINS   34****@GMAIL.COM
	AM   ERNESTO VASCONCELOS   ER****@ARTEREALCORRETORA.COM.BR
	AM   ESTER DIAS AMARO   ES****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 146383

Nº   UF   Cidadão	
619	AM   EVALDO MENDONCA DOS SANTOS JUNIOR   MI****@GMAIL.COM
620	AM   EVANDRO RIBEIRO   SD****@GMAIL.COM
621	AM   FABIANE ARAUJO DE OLIVEIRA   FA****@GMAIL.COM
622	AM   FABRICIO PEREIRA   F2****@GMAIL.COM
623	AM   FELIPE MUNIZ   FE****@GMAIL.COM
624	AM   FELIPE_ MUNIZ   FE****@GMAIL.COM
625	AM   FERNANDO DE LIMA GOMES   PA****@HOTMAIL.COM
626	AM   FLAVIO CASTELO BRANCO FEITOSA   FL****@HOTMAIL.COM
627	AM   FLAVIO R. C. MONASSA   FM****@OUTLOOK.COM.BR
628	AM   FRANCINALDO CASTRO   FR****@GMAIL.COM
629	AM   FRANCISCA BARBOSA   FR****@GMAIL.COM
630	AM   FRANCISCO GILMAR FERREIRA DA SILVA   GI****@GMAIL.COM
631	AM   FRANCISCO MARCIO ANDRADE MOREIRA   AD****@GMAIL.COM
632	AM   FRANK ROMANO MIRANDA   RO****@GMAIL.COM
633	AM   FULVIO STELLI   FU****@GMAIL.COM
634	AM   GEISA ALVES   WG****@GMAIL.COM
635	AM   GILBERTO MARQUES AZOGUE   AZ****@GMAIL.COM
636	AM   GIOVANNI RODRIGUES DE SOUZA   AN****@GMAIL.COM
637	AM   GLAUBER AMORIM DE CARVALHO   S3****@GMAIL.COM
638	AM   GLAUCO MOTTA   GL****@GMAIL.COM
639	AM   GLEYSSIANE DA SILVA   GL****@GMAIL.COM
640	AM   GRACIELLE REIS   GR****@HOTMAIL.COM
641	AM   GUSTAVO MOTTA   GU****@GMAIL.COM
642	AM   HARNO NOBRE   NO****@GMAIL.COM
643	AM   HELCIO FERNANDES   HD****@GMAIL.COM
644	AM   HELDER DACOSTA   HE****@GMAIL.COM
645	AM   HENRIQUE FLAVIO SOUZA SILVA   RI****@GMAIL.COM
646	AM   HERNAN BATALHA GONCALES   HE****@GMAIL.COM
647	AM   HIGSON MORAES   HI****@GMAIL.COM
648	AM   ICILA PAZ   IC****@GMAIL.COM
649	AM   ISABEL LUIZA FERREIRA CINTRA   IS****@GMAIL.COM
650	AM   ISAIAS DESIGN   IS****@GMAIL.COM
651	AM   ISAIAS MOREIRA VARGAS   IS****@GMAIL.COM
652	AM   ISAURINO NEVES   RO****@GMAIL.COM
653	AM   ISMAEL DA SILVA SIADÉ   IS****@HOTMAIL.COM
654	AM   JADER MARCONI DE ALBUQUERQUE PORTELA   JA****@GMAIL.COM
655	AM   JANOS SILVA DOS SANTOS   JA****@OUTLOOK.COM
656	AM   JASON SOUZA   JA****@HOTMAIL.COM
657	AM   JEHAN BARKER   JE****@GMAIL.COM
658	AM   JERSON CESAR LEAO ALVES   LE****@YAHOO.COM.BR
659	AM   JOAO AUGUSTO COELHO DE MACEDO   JM****@HOTMAIL.COM
660	AM   JOAO AVELINO NETO   AV****@GMAIL.COM
661	AM   JORGE LUIS COUTO DAS NEVES   JO****@GMAIL.COM
662	AM   JORGE SARMENTO   JO****@GMAIL.COM
663	AM   JOSAFÁ SILVA   JO****@HOTMAIL.COM
664	AM   JOSE ALFREDO DOS SANTOS SILVA JUNIOR   JA****@OUTLOOK.COM
665	AM   JOSE BARBOSA DA ROCHA   JR****@GMAIL.COM
666	AM   JOSE DA MATA   JO****@HOTMAIL.COM
667	AM   JOSEMARA PESSOA   MA****@GMAIL.COM
668	AM   JOSE MARCOLINO DO NASCIMENTO FILHO   JO****@GMAIL.COM
669	AM   JOSE MATHIAS   MA****@HOTMAIL.COM
670	AM   JOSI ABDALA   JO****@GMAIL.COM
671	AM   JOSIMAR SOUZA SALES   JK****@GMAIL.COM
672	AM   JOSUE CABRAL   BR****@GMAIL.COM
673	AM   JOSUE PAULO PORTELINHA   JR****@GMAIL.COM
674	AM   JUCINEIA TORRES DE OLIVEIRA   JU****@HOTMAIL.COM
675	AM   JULIANA MUNIZ NINA XAVIER   JU****@HOTMAIL.COM
676	AM   JULIANO CLEBSCH   JU****@HOTMAIL.COM
677	AM   JULIANO SOUZA   FI****@GMAIL.COM
678	AM   JULIO SALES   JU****@HOTMAIL.COM
679	AM   KATHYA OSSUOSKY   KA****@GMAIL.COM
680	AM   KATIA REGINA CORREA   KR****@GMAIL.COM
681	AM   KEROLEM OLIVEIRA   KE****@HOTMAIL.COM
682	AM   LEANDRO OLIVEIRA   LE****@GMAIL.COM
683	AM   LIZANDRA DE SOUZA DOS SANTOS   LS****@GMAIL.COM
684	AM   LOIDE ALVES   LO****@GMAIL.COM
685	AM   LUCIANA COELHO MOTTA   LU****@GMAIL.COM
686	AM   LUCIANA SAMPÁ   LU****@GMAIL.COM
687	AM   LUCIANO CANTO DE SOUZA   LC****@GMAIL.COM
688	AM   LUCINEA BRAGA   LU****@GMAIL.COM
689	AM   LUIZ CARLOS DE FARIAS   LU****@GMAIL.COM
690	AM   LUIZ GABRIEL   LU****@GMAIL.COM
691	AM   LUIZ HENRIQUE TELES DA SILVA   JA****@GMAIL.COM
692	AM   LUIZ MENEZES   AP****@GMAIL.COM
693	AM   LUZINETE PEIXOTO   PE****@TERRA.COM.BR
694	AM   MAGNOLIA GOMES   MP****@GMAIL.COM
695	AM   MARCELO HARRAQUIAN DA SILVA   MA****@GMAIL.COM
696	AM   MARCILEIA LIMA DE OLIVEIRA   MA****@GMAIL.COM
697	AM   MARCIO COLLYER   M.****@GMAIL.COM
698	AM   MARCO ANTONIO   MA****@GMAIL.COM
699	AM   MARCOS AUGUSTO ROCHA DOS SANTOS   MA****@HOTMAIL.COM
700	AM   MARGILSON LIMA DO NASCIMENTO   MA****@GMAIL.COM
701	AM   MARIA GARCIA   CD****@GMAIL.COM
702	AM   MARINETE RODRIGUES FERNANDES   MA****@HOTMAIL.COM
703	AM   MARISTELA ABREU   MA****@GMAIL.COM
704	AM   MARTHA GOMES PENARANDA   MA****@GMAIL.COM
705	AM   MEIRY NAVECA ALECRIM   ME****@ICLOUD.COM
706	AM   MICHAEL NASCIMENTO BRUCE   MI****@HOTMAIL.COM
707	AM   MICHEL FRANK ROCHA DE AMORIM   MI****@GMAIL.COM
708	AM   MILITAO PAULAIN   MI****@GMAIL.COM
709	AM   MOYSES VIDAL ISRAEL   MO****@HOTMAIL.COM
710	AM   NAZARE LIMA PASSOS   NA****@GMAIL.COM
711	AM   NELSON MENDONCA   EX****@GMAIL.COM
712	AM   NICOLA FALABELLA   FA****@HOTMAIL.COM
713	AM   NISE LOBO   NI****@GMAIL.COM
714	AM   NOEME HELDER   NO****@HOTMAIL.COM
715	AM   NORMA MOTA DE BRITO   BR****@GMAIL.COM
	AM   OSVALDO RIBEIRO   OS****@HOTMAIL.COM
	AM   OTAVIO LUIZ BARBOSA DOS SANTOS   OT****@GMAIL.COM
	AM   OTAVIO RABONI JUNIOR   OT****@GMAIL.COM
	AM   PABLO ADELINO ESTEVAM BARBOSA   PA****@GMAIL.COM
	AM   PAMYLA VITORYA SILVA DINIZ   PA****@GMAIL.COM
	AM   PATRICKDIANA HOLANDA   HO****@GMAIL.COM



7



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Magno Malta

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, que propõe *tornar a pedofilia crime inafiançável*.

Relator: Senador **MAGNO MALTA**

### I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão a Sugestão Legislativa (SUG) nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, que propõe “tornar a pedofilia crime inafiançável”.

A SUG em questão deriva da Ideia Legislativa nº 148628, proposta pelo cidadão Claudio Rodrigues Garcia, de São Paulo, no Portal e-Cidadania.

Na justificação, o cidadão argumenta que “atualmente a violência sexual infantil pode poupar o criminoso da prisão com o pagamento de fiança, o deixando livre para praticar novos crimes e fazer novas vítimas”. Ademais, alega que “uma criança violentada sexualmente sofre traumas psicológicos e físicos que podem prejudicá-la durante toda a vida” e “o caráter de impunidade diante do crime agrava o quadro da vítima”.

### II – ANÁLISE

De acordo com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão

o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, segundo o parágrafo único do referido dispositivo:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Conforme o Ofício nº 7/2021/SCOM, de 10 de maio de 2021, a Ideia Legislativa nº 148628, “recebeu apoio superior a 20.000 manifestações individuais”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 12, de 2021, seja apreciada por esta Comissão.

No mérito, entendemos que a Sugestão merece ser aprovada.

Preliminarmente, é importante salientar que a pedofilia é uma forma doentia de satisfação sexual. Trata-se, portanto, de uma perversão, um desvio sexual, que leva um adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças. A Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu item F65.4, define pedofilia como uma parafilia ou transtorno de preferência sexual, caracterizada por uma preferência sexual por crianças usualmente de idade pré-puberal ou no início da puberdade.

Assim, não é possível punir a pedofilia (o desejo). Já o abusador, quem comete a violência sexual, independentemente de qualquer transtorno de personalidade e pratica crimes com conotação sexual contra crianças e adolescentes, como aqueles definidos no Código Penal e, principalmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente – este sim deve ser penalizado.

Entretanto, independentemente dessa distinção, o *caput* do art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito, além de colocá-la a salvo de toda forma de exploração ou violência. Ademais, nos termos do § 4º do referido dispositivo de nossa Carta Magna, a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Em obediência a esses preceitos constitucionais, o Poder Legislativo tem a obrigação de criar regras que protejam a criança e o adolescente de toda e qualquer conduta criminosa de conotação sexual, devendo agir para garantir da incolumidade física e psíquica.

Assim, entendemos ser necessário tornar inafiançáveis todos aqueles crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.

No Código Penal, podem ser assim considerados os crimes previstos no Capítulo II, do Título VI, da Parte Especial, os chamados “crimes sexuais contra vulnerável”, mais especificamente o estupro de vulnerável (art. 217-A), a corrupção de menores (art. 218), a satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A), o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B) e a divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (art. 218-C). Por sua vez, no ECA, podem ser considerados crimes com conotação sexual praticado contra criança ou adolescentes aqueles previstos no art. 240 a 241-D, bem como aquele constante do art. 244-A.

Ressalte-se que, em 2023, no dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi divulgado pelo Ministério da Saúde um boletim epidemiológico que apresenta, dentre outros, dados sobre violência sexual contra de crianças e adolescentes no Brasil.

O documento aponta que 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados em sete anos, de 2015 a 2021, no Brasil. São quase 80 casos por dia no período. 83.571 (41,2%) dos casos de violência foram contra crianças (0 a 9 anos) e 119.377 (58,8%) praticados contra adolescentes (10 a 19 anos).

Não podemos mais admitir números como esses. O abuso ou a exploração sexual de crianças ou adolescente é um crime covarde, cometido contra quem não possui o necessário discernimento para a prática do ato sexual e que, portanto, não pode oferecer resistência, trazendo ainda danos irreparáveis para o resto da vida.

Além disso, em sua grande parte, os agressores são indivíduos que integram o círculo de convivência da vítima, exercendo relações de confiança ou autoridade, o que intensifica ainda mais a gravidade da conduta.

Sendo assim, entendemos que todo e qualquer crime com conotação sexual praticado contra criança ou adolescente deve ser considerado inafiançável, devendo o autor do delito permanecer preso durante todo o julgamento.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela conversão da Sugestão Legislativa nº 12, de 2021, do Programa e-Cidadania, em projeto de lei, nos termos seguintes:

#### **PROJETO DE LEI Nº      , DE 2023**

Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para *tornar inafiançáveis os crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 323.**.....

.....

VI – nos crimes com conotação sexual praticados contra crianças ou adolescentes.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 7/2021/SCOM**

Brasília, 10 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor  
SENADOR HUMBERTO COSTA  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 148628.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

**MARCOS MACHADO MELO**  
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**ANEXO**  
**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 148628**

**Título**

Tornar a pedofilia um crime inafiançável

**Descrição**

Atualmente a violência sexual infantil pode poupar o criminoso da prisão com o pagamento de fiança, o deixando livre para praticar novos e crimes e fazer novas vítimas. (sic)

**Mais detalhes**

Uma criança violentada sexualmente sofre traumas psicológicos e físicos que podem prejudicá-la durante toda a vida. Uma pesquisa psicológica comprova que 98% das vítimas adultas ainda tem sequelas e 88% possuem transtornos em decorrência do abuso sexual. O caráter de impunidade diante do crime agrava o quadro da vítima. (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Claudio Rodrigues Garcia

**E-mail:** claudiorgarcia@outlook.com

**UF:** SP

**Data da publicação da ideia:** 22/02/2021

**Data de alcance dos apoios necessários:** 23/03/2021

**Total de apoios contabilizados até 09/05/2021:** 54.754

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=148628>



## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

UF	APOIOS
AC	423
AL	471
AM	835
AP	153
BA	2.523
CE	2.005
DF	1.799
ES	1.020
GO	1.502
MA	685
MG	5.207
MS	617
MT	648
PA	1.147
PB	733
PE	1.931
PI	479
PR	2.984
RJ	6.158
RN	718
RO	384
RR	112
RS	3.473
SC	2.125
SE	402
SP	15.985
TO	235
<b>TOTAL</b>	<b>54.754</b>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão	
1   AC	ADRIANA RODRIGUES   AM****@GMAIL.COM
2   AC	AFONSO NETO   AF****@HOTMAIL.COM
3   AC	AFRANIO MARCIO   AF****@HOTMAIL.COM
4   AC	AGLAIA KAUSS   AG****@GMAIL.COM
5   AC	AGNO JOHN ROCHA MAMEDE   WI****@OUTLOOK.COM.BR
6   AC	AKILANE KAYLANE   AK****@GMAIL.COM
7   AC	ALESSANDRA ALMEIDA   LE****@HOTMAIL.COM
8   AC	ALESSANDRA GOMES HERINGER   AL****@HOTMAIL.COM
9   AC	ALEX ROCHA SILVA   AL****@GMAIL.COM
10   AC	ALFREDO MESQUITA   ME****@GMAIL.COM
11   AC	ALICE APARECIDA ALVES PEREIRA   IM****@GMAIL.COM
12   AC	ALICYA NO CROSSFOX   AL****@GMAIL.COM
13   AC	ALISON DA SILVA CRUZ   AL****@HOTMAIL.COM
14   AC	ANA BARELLA   AN****@HOTMAIL.COM
15   AC	ANA CLARA ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
16   AC	ANA CLARA DIAS CALIXTO   DI****@GMAIL.COM
17   AC	ANA CLARA LIMA   AN****@GMAIL.COM
18   AC	ANA CLAUDIA AMOROSO VALENTE   AC****@HOTMAIL.COM
19   AC	ANA FLAVIA PINHEIRO DOS SANTOS   AN****@GMAIL.COM
20   AC	ANA FLORES   20****@ALUNO.UNIMETA.EDU.BR
21   AC	ANA KAROLAYNE ALVES BARROS   AN****@GMAIL.COM
22   AC	ANA LAURA EDUARDO   NI****@GMAIL.COM
23   AC	ANA LUIZA STANICHESQUI   AN****@HOTMAIL.COM
24   AC	ANA MARTINEZ   LU****@GMAIL.COM
25   AC	ANA MENEZES MENEZES   AN****@CASADOAZULEJO.COM.BR
26   AC	ANA PAULA ALMEIDA   AN****@GMAIL.COM
27   AC	ANA SOBRAL   SO****@BOL.COM.BR
28   AC	ANDRE ABRACADO   AN****@GMAIL.COM
29   AC	ANDRE LUCAS DA SILVA CAVALCANTE   AN****@GMAIL.COM
30   AC	ANDRE LUIZ FARIA REIS   LU****@HOTMAIL.COM
31   AC	ANDRESSA BRANDAO OLIVEIRA   DE****@GMAIL.COM
32   AC	ANGELICA JULIANE   AN****@GMAIL.COM
33   AC	ANNA LUIZZA   AL****@GMAIL.COM
34   AC	ANNEM MONTEIRO   AN****@HOTMAIL.COM
35   AC	ANNY CAROLINNY   AN****@GMAIL.COM
36   AC	ANTONIA LAIZA QUEIROZ DA COSTA   LA****@GMAIL.COM
37   AC	ANTONIO PAULO LAFAYETTE STOCKLER DA CRUZ NUNES   AN****@TERRA.COM.BR
38   AC	AQUARELAS DO IVAN   IV****@GMAIL.COM
39   AC	ARIANNA MOTA   AR****@HOTMAIL.COM
40   AC	ARLINDO JAMIL BORTOLUSSI   AJ****@ICLOUD.COM
41   AC	ARTHUR BENJAMIM GUIMARAES   AR****@GMAIL.COM
42   AC	ARTHUR G. COELHO   GC****@GMAIL.COM
43   AC	AURELIANA SAMPAIO DOS SANTOS   MA****@GMAIL.COM
44   AC	AYLA CALLIDORA   AY****@GMAIL.COM
45   AC	B3AR K1LLER   RO****@GMAIL.COM
46   AC	BARBARA COELHO   BA****@GMAIL.COM
47   AC	BEATRIZ ALMEIDA DE SOUSA   AL****@GMAIL.COM
48   AC	BEATRIZ DE ALBUQUERQUE   AL****@GMAIL.COM
49   AC	BEATRIZ FELISBINO   BI****@GMAIL.COM
50   AC	BEATRIZ LADDANZA   BE****@GMAIL.COM
51   AC	BEATRIZ R. OLIVEIRA   BE****@GMAIL.COM
52   AC	BEATRIZ TAYNA   BI****@GMAIL.COM
53   AC	BERNARDO AMORIM   BE****@GMAIL.COM
54   AC	BETANIA BATISTA MARTINS   BE****@HOTMAIL.COM
55   AC	BRISA BRITO   BR****@GMAIL.COM
56   AC	BRUNA BARCELOS   BR****@GMAIL.COM
57   AC	BRUNO PEREIRA   BR****@GMAIL.COM
58   AC	CAIO BONFANTI   CA****@GMAIL.COM
59   AC	CAIO DANIEL   CA****@GMAIL.COM
60   AC	CAMILA CARLI   CA****@GMAIL.COM
61   AC	CAMILE COTTA   MI****@GMAIL.COM
62   AC	CAMI VITORIA MANCIAS   CA****@YAHOO.COM
63   AC	CARLOS RIBEIRO   RO****@GMAIL.COM
64   AC	CARMEN MORAES   CA****@HOTMAIL.COM.BR
65   AC	CAROLINA CARVALHO   CA****@HOTMAIL.COM
66   AC	CAROLINA DOURADO   CA****@GMAIL.COM
67   AC	CAROL NERY   CA****@GMAIL.COM
68   AC	CECILIA PEREGRINI   CE****@HOTMAIL.COM
69   AC	CELIA G FOLEGOTI   CE****@HOTMAIL.COM
70   AC	CIDINHA DO RICARDO   CI****@MARACATINS.COM
71   AC	CINARA AMARAL E SILVA   CI****@GMAIL.COM
72   AC	CIRDISLEI RIBEIRO REZENDE   DI****@HOTMAIL.COM
73   AC	CLARA MARCELLY   CL****@GMAIL.COM
74   AC	CLAUDIANA FERREIRA ANDRADE   CL****@GMAIL.COM
75   AC	CLAUDIO MAFFEI   CL****@OI.COM.BR
76   AC	CLEBER AGUIAR SERRA   CL****@GMAIL.COM
77   AC	CLEVER GONTIJO DE OLIVEIRA   CG****@TERRA.COM.BR
78   AC	COISAS DE MENINAS NEM TAO FEMININAS   DU****@GMAIL.COM
79   AC	DAMARIS PAIXAO DA COSTA SILVA   DA****@GMAIL.COM
80   AC	DAMARYS ELOIR LIMA   DD****@HOTMAIL.COM
81   AC	DAMIANA ALVES   DA****@GMAIL.COM
82   AC	DANIELA DE ANGELI DUTRA   DA****@LIVE.COM
83   AC	DANIEL DINIZ INTERIORES   DA****@HOTMAIL.COM
84   AC	DANIEL DUBANHEVITZ   D.****@HOTMAIL.COM
85   AC	DARTH RED 3   ER****@GMAIL.COM
86   AC	DAYANE DANTAS   DA****@GMAIL.COM
87   AC	DAYSE RUBIM   DA****@GMAIL.COM
88   AC	DEBORA RAYSA GUIMARAES   DE****@GMAIL.COM
89   AC	DINA FALAVIGNA   DL****@UEM.BR
90   AC	DIOGO MARCAL FILHO   DI****@HOTMAIL.COM
91   AC	DONISETE APARECIDO RODRIGUES   DO****@HOTMAIL.COM
92   AC	DUDA DUDINHA   DU****@HOTMAIL.COM
93   AC	DUDA TEIXEIRA   DU****@GMAIL.COM
94   AC	DULCE TERESINHA BARROS MENDES DE MORAIS   DU****@GLOBO.COM
95   AC	EBERTE JUNIOR   EB****@HOTMAIL.COM
96   AC	EDGARD FAVARO   ED****@YAHOO.COM.BR
97   AC	EDIBERTO MORAIS   ED****@GMAIL.COM
AC	EDILENA TEIXEIRA   ED****@HOTMAIL.COM
	EDIWAL CELINHA   ED****@HOTMAIL.COM
	EDMUNDO RODRIGUES DA SILVA   ED****@GMAIL.COM
	EDNA BASQUETO FERNANDES   EB****@GMAIL.COM
	EDNA MATOS   ED****@GMAIL.COM
	EDSON ASSIS DE ARAUJO   ED****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão		
104	AC	EDUARDA CAMARGO   DE****@GMAIL.COM
105	AC	EDUARDA MARQUES   ED****@HOTMAIL.COM
106	AC	EDUARDA MEIRELLES   DU****@GMAIL.COM
107	AC	EDUARDO ANEZIO   DG****@GMAIL.COM
108	AC	EDUARDO JOSE SOUZA DA GAMA   EJ****@GMAIL.COM
109	AC	EDUARDO PATEIRO SALGADO   ED****@GMAIL.COM
110	AC	EDUARDO ROBERTO MAGNABOSCO   ED****@GMAIL.COM
111	AC	EDUARDO RODRIGUES   ED****@GMAIL.COM
112	AC	ELAINE FSK   EF****@HOTMAIL.COM
113	AC	ELENICESILVA SILVA   EL****@HOTMAIL.COM
114	AC	ELIMAR ANDRADE   EL****@GMAIL.COM
115	AC	ELIZABETH SERVIN   BE****@HOTMAIL.COM
116	AC	ELIZABETH URBANETTO   UR****@HOTMAIL.COM
117	AC	EMANUELLY COSTA DE OLIVEIR   CO****@GMAIL.COM
118	AC	EMANUEL MARTINS   EM****@GMAIL.COM
119	AC	EMILIA SILVA   EM****@HOTMAIL.COM
120	AC	EMILLY ALANNA   AL****@GMAIL.COM
121	AC	EMILLY NASCIMENTO   EM****@GMAIL.COM
122	AC	ERICK SOUZA SANTOS   ER****@GMAIL.COM
123	AC	ERIVERTON MAGNO   ER****@GMAIL.COM
124	AC	ESTEFANY FRANCE   ES****@GMAIL.COM
125	AC	ESTER PPA   TR****@GMAIL.COM
126	AC	ESTHEFANI EDUARDA DELFINO   ES****@HOTMAIL.COM
127	AC	EU TEU MEU   LO****@GMAIL.COM
128	AC	EVERTON CUNHA   EV****@GMAIL.COM
129	AC	FABIA MARQUES FREIRE   FA****@OUTLOOK.COM
130	AC	FABIO DENKER   FA****@HOTMAIL.COM
131	AC	FABRICIO GODOY   FM****@YAHOO.COM.BR
132	AC	FERNANDA CATARINO   NA****@GMAIL.COM
133	AC	FERNANDA LAUREANO DE OLIVEIRA   FE****@GMAIL.COM
134	AC	FERNANDO FARIAS   JF****@GMAIL.COM
135	AC	FRANCINE SOUZA DA SILVA   FR****@GMAIL.COM
136	AC	FRANCISCA ALEXANDRA RIBEIRO   PE****@HOTMAIL.COM
137	AC	FRANCISCA JULIE DA SILVA SIQUEIRA   J.****@GMAIL.COM
138	AC	GABI MACIEL   GA****@GMAIL.COM
139	AC	GABRIELA BARROS   GA****@HOTMAIL.COM
140	AC	GABRIEL BERALDO   GA****@HOTMAIL.COM
141	AC	GABRIELLE COLIN   CO****@GMAIL.COM
142	AC	GABRIEL LIMA   GA****@GMAIL.COM
143	AC	GABS SABRINS   GA****@GMAIL.COM
144	AC	GALO SNIPER   GA****@GMAIL.COM
145	AC	GEEH CRAFTGAMS   GE****@GMAIL.COM
146	AC	GENIVALDO OLIVEIRA   CO****@MGSERVSEGUROS.COM.BR
147	AC	GENTIL CAETANO DE SOUZA FILHO   GE****@GMAIL.COM
148	AC	GEORGE GUSTAVO   GE****@HOTMAIL.COM
149	AC	GERRAR VASCONCELOS LIMA   GE****@GMAIL.COM
150	AC	GILBERTO GERALDO MARQUES   GI****@PBH.GOV.BR
151	AC	GIOVANA CRISTO   GI****@GMAIL.COM
152	AC	GIOVANNA OLIVEIRA   GI****@GMAIL.COM
153	AC	GIOVANNA SANTOS DE SOUZA   GI****@GMAIL.COM
154	AC	GIULIANA TOLEDO   GI****@GMAIL.COM
155	AC	GRACA LOPES   GR****@EDU.UNIUBE.BR
156	AC	GRAZIELA TRINDADE   GR****@GMAIL.COM
157	AC	GUIA DEU UMA GAMER   GA****@GMAIL.COM
158	AC	GUILHERME NEVES PINHEIRO   GU****@HOTMAIL.COM
159	AC	GUSTAVO CORTEZ   CO****@GMAIL.COM
160	AC	GUSTAVO DUTRA   GU****@GMAIL.COM
161	AC	HANRI COIFFEUR   HA****@GLOBO.COM
162	AC	HARINA PRATES VILAS BOAS   HP****@GMAIL.COM
163	AC	HEBER DA SILVA CARVALHO   HE****@GMAIL.COM
164	AC	HEDDY PATRICK ALVES GARCIA   PR****@GMAIL.COM
165	AC	HELENA CORDEIRO   MO****@GMAIL.COM
166	AC	HELENA DINIZ   HE****@HOTMAIL.COM
167	AC	HELEN EVILYN DA SILVA SANTOS   HE****@GMAIL.COM
168	AC	HELOISA ANDRADE   DE****@GMAIL.COM
169	AC	HELOISA MARIA RODRIGUES DA CUNHA   HE****@GMAIL.COM
170	AC	HELISA MORAES   HE****@GMAIL.COM
171	AC	HENRIQUE ARAUJO   HE****@HOTMAIL.COM
172	AC	HUGO PRATES   HU****@HOTMAIL.COM
173	AC	IARA STEFANIE NEGRELLI VIEIRA   IA****@GMAIL.COM
174	AC	IARI CELINE   IA****@GMAIL.COM
175	AC	IGOR COLLAZIOL   IG****@HOTMAIL.COM
176	AC	IGOR HENRIQUE VITOR   IG****@GMAIL.COM
177	AC	IGOR VINICIUS DOS SANTOS OLIVEIRA   IG****@GMAIL.COM
178	AC	IRINEU E. M. NUNES   IR****@GMAIL.COM
179	AC	ISABEL CAROLINA ELIAS   EL****@YAHOO.COM.BR
180	AC	ISABELE DURANS   GA****@OUTLOOK.COM
181	AC	ISABELE SANTOS   CR****@GMAIL.COM
182	AC	ISABELLA DOS SANTOS   IS****@GMAIL.COM
183	AC	ISABELLA SACERDOTE   IS****@GMAIL.COM
184	AC	ISABELLA SOUZA NOVAIS   IS****@GMAIL.COM
185	AC	ISABELLY ARAUJO   IS****@GMAIL.COM
186	AC	ISA ZAMPIERI   IS****@HOTMAIL.COM
187	AC	ISMAIA GABRIELA   IS****@GMAIL.COM
188	AC	IVANA BEATRIZ GAVA DE SOUZA   IV****@GMAIL.COM
189	AC	IVAN CARDIM DA SILVA   IV****@GMAIL.COM
190	AC	IZABEL DA SILVA RICCI   RI****@HOTMAIL.COM
191	AC	IZABELE BRILHANTE   IZ****@GMAIL.COM
192	AC	IZABELLA COSMO   IZ****@GMAIL.COM
193	AC	JAIDER FILHO   JA****@GMAIL.COM
194	AC	JAIRO OLIVEIRA   JA****@GMAIL.COM
195	AC	JEFFERSON ANACLETO   JE****@HOTMAIL.COM
196	AC	JENIFFER PAIXAO   JE****@GMAIL.COM
197	AC	JENNIFER MARLY   JE****@YAHOO.COM.BR
198	AC	JENNIFER VITORIA RODRIGUES DA SILVA   JE****@GMAIL.COM
199	AC	JESSICA COSTTA   JE****@GMAIL.COM
200	AC	J.K JUNIOR   JU****@GMAIL.COM
	AC	JOAO FREITAS   JO****@GMAIL.COM
	AC	JOAO PAULO MELAO   JO****@HOTMAIL.COM
	AC	JOAO PEDRO SIMOES   JO****@HOTMAIL.COM
	AC	JORGE CARREIRO   JO****@HOTMAIL.COM
	AC	JOSE LUIS BRIDA   JL****@GMAIL.COM
	AC	JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS   RI****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão	
207	AC   JULIA GABRIEL   JU****@GMAIL.COM
208	AC   JULIANA BRITO   EU****@GMAIL.COM
209	AC   JULIANA MARINHO   JU****@GMAIL.COM
210	AC   JUSSARA MARIA DE ANDRADE   JD****@GMAIL.COM
211	AC   JUTELMA INES   JU****@GMAIL.COM
212	AC   #KAAH GOIS   KA****@GMAIL.COM
213	AC   KARAY POH   HE****@GMAIL.COM
214	AC   KAREN DE MELLO   AL****@GMAIL.COM
215	AC   KARISTON DE LIMA PEDRO   KA****@HOTMAIL.COM
216	AC   KASSANDRAGISELE@GMAIL.COM ROJAS   KA****@GMAIL.COM
217	AC   KASSIA SOUZA   KA****@GMAIL.COM
218	AC   KATIANA RODRIGUES DE SOUZA   KA****@YAHOO.COM.BR
219	AC   KATS SANTIAGO   KA****@GMAIL.COM
220	AC   KENDELly REBECA   KE****@GMAIL.COM
221	AC   KEVI SOUSA   KE****@GMAIL.COM
222	AC   LAFAIETE AUGUSTO DE CAMPOS BELO   LA****@TERRA.COM.BR
223	AC   LAFAIETE FERREIRA   FE****@GMAIL.COM
224	AC   LARA CATRINE MATOS DE NEGREIROS   LA****@GMAIL.COM
225	AC   LARA VITORIA   LA****@GMAIL.COM
226	AC   LARIANE PEREIRA DA SILVA   LA****@GMAIL.COM
227	AC   LARISSA MOTA   LA****@HOTMAIL.COM
228	AC   LARISSA SILVA DE JESUS   LA****@GMAIL.COM
229	AC   LARYSSA VICTORIA ALVES DA SILVA   LA****@GMAIL.COM
230	AC   LAURA GRENDENE MOTA VIEIRA   LA****@GMAIL.COM
231	AC   LAURA QUOS   LA****@GMAIL.COM
232	AC   LAYLA MARQUES   LA****@HOTMAIL.COM
233	AC   LEONARDO GOLDSTEIN   LE****@GMAIL.COM
234	AC   LETICIA JOLIE DA SILVA AZEVEDO   LE****@GMAIL.COM
235	AC   LETICIA LAURA ABRANTES CUNHA   LE****@GMAIL.COM
236	AC   LETICIA SOUZA   LE****@GMAIL.COM
237	AC   LIDIANE PEDRA   LY****@GMAIL.COM
238	AC   LIVIA BEATRIZ   LI****@GMAIL.COM
239	AC   LIVIA MARIA   LI****@GMAIL.COM
240	AC   LIVIA MOURA   CJ****@GMAIL.COM
241	AC   LOHAN KAUE   LO****@GMAIL.COM
242	AC   LOKARMY KAH   LI****@GMAIL.COM
243	AC   LORENA VIEIRA   LO****@GMAIL.COM
244	AC   LORENNNA SILVEIRA DECARLI   LO****@ICLOUD.COM
245	AC   LOUHANNY LOPES   LO****@HOTMAIL.COM
246	AC   LOUISY ELLEN   LO****@HOTMAIL.COM
247	AC   LUANA AYACHE   LU****@HOTMAIL.COM
248	AC   LUCAS BARBOSA LEITE SILVA   NE****@GMAIL.COM
249	AC   LUCAS RODRIGUES DA SILVA   LU****@GMAIL.COM
250	AC   LUCAS SANTOS   LU****@YAHOO.COM
251	AC   LUCAS SILVA   LS****@GMAIL.COM
252	AC   LUCIENE WANGBERG   LU****@HOTMAIL.COM
253	AC   LUDMILA UCHOA DE QUEIROZ   LU****@GMAIL.COM
254	AC   LUDYMILA MAIA   LU****@GMAIL.COM
255	AC   LUIS BEDIN   LU****@GLOBO.COM
256	AC   LUIS HENRIQUE GAMA   LU****@GMAIL.COM
257	AC   LUIZ CAMPOS   PI****@GMAIL.COM
258	AC   LUIZ FERNANDO ALVES   LU****@GMAIL.COM
259	AC   LUMA DE BATISTTI   LU****@GMAIL.COM
260	AC   MANUELE BARBOSA ARANHA   AR****@GMAIL.COM
261	AC   MANUELLA DEL REY   MA****@GMAIL.COM
262	AC   MARCELO BELTRAO GAMA VIEIRA   GA****@BOL.COM.BR
263	AC   MARCELO GONCALVES DE FARIA   MA****@HOTMAIL.COM
264	AC   MARCELO IMBUZEIRO   MA****@UOL.COM.BR
265	AC   MARCIA BEZERRA   MA****@LIVE.COM
266	AC   MARCIA MENDONCA   MA****@GMAIL.COM
267	AC   MARCIA PAULILLO SOMS   MA****@HOTMAIL.COM
268	AC   MARCIO CAVALCANTE NUNES JUNIOR   JU****@GMAIL.COM
269	AC   MARCOS BOCCHI   MA****@GMAIL.COM
270	AC   MARCOS BRITO   MA****@HOTMAIL.COM
271	AC   MARCOS GURGEL DE LIMA   ZE****@GMAIL.COM
272	AC   MARCOS SILVA   MS****@GMAIL.COM
273	AC   MARELI OLGA SEELEND CHIELLE   MA****@GMAIL.COM
274	AC   MARIA APARECIDA PELIM   CI****@GMAIL.COM
275	AC   MARIA CAROLINA   LU****@GMAIL.COM
276	AC   MARIA CRISTINA BRAGA   CR****@HOTMAIL.COM
277	AC   MARIA DO BOLE   MA****@GMAIL.COM
278	AC   MARIA DO CARMO COIMBRA DE ALMEIDA   CO****@GMAIL.COM
279	AC   MARIA DUDA   ME****@GMAIL.COM
280	AC   MARIA DULCE LEME HUNGRIA NALESSO   MA****@HOTMAIL.COM
281	AC   MARIA ELISANGELA NO NES CARNEIRO   M ****@HOTMAIL.COM
282	AC   MARIA IVANIZE ALVARES DE ABREU E FARIA   IV****@YAHOO.COM.BR
283	AC   MARIA JULIA MARTINS   MA****@HOTMAIL.COM
284	AC   MARIA LUCIA OLIVEIRA   MA****@HOTMAIL.COM
285	AC   MARIA LUISA   MA****@GMAIL.COM
286	AC   MARIA LUIZA MAGALHAES ELIAS   MA****@YAHOO.COM.BR
287	AC   MARIA MADALENA BEZERRA DA SILVA   MA****@HOTMAIL.COM
288	AC   MARIA MARTINS   MA****@YAHOO.COM.BR
289	AC   MARIANA ALMEIDA FERNANDINHA   MI****@GMAIL.COM
290	AC   MARIANA CONCEICAO DA COSTA   MA****@GMAIL.COM
291	AC   MARIA OSVINA KAPISKI   MA****@GMAIL.COM
292	AC   MARIA PAULA   ME****@GMAIL.COM
293	AC   MARINA ALVES CORREA   MA****@HOTMAIL.COM
294	AC   MARJA LETICIA CHAVES ANTUNES   MA****@HOTMAIL.COM
295	AC   MARLI ELIAS VEISAC   MA****@GMAIL.COM
296	AC   MARLY JACQUES   MA****@YAHOO.COM.BR
297	AC   MARTA MARTINS   MA****@GMAIL.COM
298	AC   MARY HEBLING   IS****@HOTMAIL.COM
299	AC   MARYNA ANUTE   MS****@GMAIL.COM
300	AC   MATEUS CORTEZ   MA****@HOTMAIL.COM
301	AC   MATEUS DA SILVA DE OLIVEIRA   MA****@GMAIL.COM
302	AC   MATEUS LEAL   GA****@GMAIL.COM
303	AC   MATEUS LIMA   MA****@GMAIL.COM
	AC   MATHEUS GUILHERME   EV****@HOTMAIL.COM
	AC   MATHEUS P   MA****@GMAIL.COM
	AC   MATTHEWS SOUZA   MA****@GMAIL.COM
	AC   MAURICIO COSTA   MA****@HOTMAIL.COM
	AC   MAYARA BONATES   MA****@GMAIL.COM
	AC   MAYNAFLORIANO FLORIANO   MA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão	
310   AC	MEREAIM SOBREIRA   ME****@GMAIL.COM
311   AC	MICHAELY LOREN COIMBRA SEGURADO   MI****@GMAIL.COM
312   AC	MIKAELE S BATISTA   MI****@GMAIL.COM
313   AC	MILENA AVILA   MI****@GMAIL.COM
314   AC	MILENA COLLYER   MI****@GMAIL.COM
315   AC	MIRANEIDE NUNES DA SILVA   MI****@GMAIL.COM
316   AC	MIRELY PEREIRA   MI****@GMAIL.COM
317   AC	MONICA CAVALCANTI   SP****@YAHOO.COM.BR
318   AC	MONICA MACHADO   MO****@HOTMAIL.COM
319   AC	NANY GUIMARAES   NA****@GMAIL.COM
320   AC	NARUTO UZUMAKI   PA****@GMAIL.COM
321   AC	NASSER HUINETON   NA****@GMAIL.COM
322   AC	NATALIA CUNHA   NA****@GMAIL.COM
323   AC	NATHALYA DEA   NA****@GMAIL.COM
324   AC	NATHALYA GONCALVES   NA****@GMAIL.COM
325   AC	NAZARE SUZUKI   MN****@GMAIL.COM
326   AC	NEIFA DE MENDONCA JUNQUEIRA   NE****@HOTMAIL.COM
327   AC	NELLY CINTIA TRINDADE   NE****@UOL.COM.BR
328   AC	NELSI JORNOOKI FRITZEN   NE****@GMAIL.COM
329   AC	NERO SAN   NE****@GMAIL.COM
330   AC	NETO LOMONACO   TO****@GMAIL.COM
331   AC	NEUSA MORASSI   NE****@YAHOO.COM.BR
332   AC	NEYDEMAR VIEIRA DE ALMEIDA   NE****@CLOUD.COM
333   AC	NICOLE CAUANA CORDEIRO DE SOUZA   NI****@GMAIL.COM
334   AC	NIKOLAS DI MEIRA   ND****@GMAIL.COM
335   AC	NN S   XX****@GMAIL.COM
336   AC	ODOLIR BRASIL   OD****@HOTMAIL.COM
337   AC	ORELHA LINEAR   CI****@HOTMAIL.COM
338   AC	PAMELA LIMA SILVA   LS****@GMAIL.COM
339   AC	PAOLA MATAS   PM****@GMAIL.COM
340   AC	PARK KIMBOO   BR****@GMAIL.COM
341   AC	PATRICIA PAZ   PA****@GMAIL.COM
342   AC	PAULO DANIEL   PA****@GMAIL.COM
343   AC	PAULO FARIAS   PA****@GMAIL.COM
344   AC	PAULO ROBERTO   PA****@GMAIL.COM
345   AC	PAULO ROBERTO PIRES ROCKETT   PA****@GMAIL.COM
346   AC	PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANTOS   PE****@GMAIL.COM
347   AC	PEDRO HENRIQUE LUCAS DE OLIVEIRA   OL****@GMAIL.COM
348   AC	PERRERO GAMERLOL#HOST   PE****@GMAIL.COM
349   AC	PLANKETON GAMER   TH****@GMAIL.COM
350   AC	PRISCILA THOME NUZZI   JO****@GMAIL.COM
351   AC	RAFAELA TAUMATURGO DANTAS   RA****@GMAIL.COM
352   AC	RAFAEL GIRASOL   RA****@GMAIL.COM
353   AC	RAFAELLE BECKER   RA****@GMAIL.COM
354   AC	RAFAEL PAVAN   RA****@HOTMAIL.COM
355   AC	RAFAEL ZACHESKY   RA****@GMAIL.COM
356   AC	RAFINHA VERICIMO   RA****@HOTMAIL.COM
357   AC	RANYARA PIMENTA   RA****@GMAIL.COM
358   AC	RAPHAELA A. GIOPPPO   RA****@GMAIL.COM
359   AC	RAQUEL SCHAFFER   RA****@GMAIL.COM
360   AC	REBECCA JAMILLE   RE****@GMAIL.COM
361   AC	REGINA COELI TORRES ROCHA   GI****@HOTMAIL.COM
362   AC	RENAN CARDOSO GOMES DE OLIVEIRA   CA****@GMAIL.COM
363   AC	RENAN GAMES   GA****@GMAIL.COM
364   AC	RHANNA MACHADO ARAUJO   RH****@GMAIL.COM
365   AC	RICARDO CERQUEIRA LIMA DA GRACA PINTO LEITE   RI****@GMAIL.COM
366   AC	RITA FERREIRA   RI****@GMAIL.COM
367   AC	RIVAERCIA SOUZA   RI****@GMAIL.COM
368   AC	ROBERTO CELOTTI   BE****@UOL.COM.BR
369   AC	ROBERTO DE CASTRO ALVES   RC****@HOTMAIL.COM
370   AC	RODRIGO GOMES PEIXOTO   PE****@GMAIL.COM
371   AC	RODRIGO PIRES   KA****@GMAIL.COM
372   AC	ROGERIO BERNARDO LIMA   RO****@GMAIL.COM
373   AC	RONALDO SOUTO NOGUEIRA   RO****@GMAIL.COM
374   AC	ROSA MARIA PAULA MONTEIRO   RO****@HOTMAIL.COM
375   AC	ROSANGELA DAROCHA PINTO DE ABREU SANTOS   RS****@GMAIL.COM
376   AC	ROSEBEL CUNHA NALESSO   RO****@TERRA.COM.BR
377   AC	ROSENOR DUTRA MURRER   RO****@HOTMAIL.COM
378   AC	SAMANTHA COUTINHO   SA****@GMAIL.COM
379   AC	SANDRA SUDARIO DA SILVA   SA****@HOTMAIL.COM
380   AC	SARA ALEMAO   SA****@GMAIL.COM
381   AC	SARA MILY   SA****@GMAIL.COM
382   AC	SERGIO SIQUEIRA COSTA REIS   SE****@GMAIL.COM
383   AC	SIL DE LIMA   RE****@GMAIL.COM
384   AC	SILVIO TAPIOCA BASTOS   SI****@HOTMAIL.COM
385   AC	SINVAL TOLDOS   SI****@GMAIL.COM
386   AC	SOFIA LARA   SO****@GMAIL.COM
387   AC	SOFIA ROGERIO   SR****@GMAIL.COM
388   AC	SOL DA NOITE   CA****@GMAIL.COM
389   AC	SOPHIA BERSANO   SO****@GMAIL.COM
390   AC	SOPHIA NEGREIRO   SO****@GMAIL.COM
391   AC	SUELENE SUASSUNA SILVESTRE DE ALENCAR   SU****@GMAIL.COM
392   AC	SUELI BESSA DO NASCIMENTO   IH****@GMAIL.COM
393   AC	SUZIE MORAES   MO****@GMAIL.COM
394   AC	SYNDIA EMANUELE CAVALCANTE DA SILVA   SY****@GMAIL.COM
395   AC	TALYSSON BARBOSA BONFANTE   TA****@GMAIL.COM
396   AC	TANIA MARA BAJERSKI BRUGNOLO   TA****@YAHOO.COM.BR
397   AC	TELMA PIMENTA   CO****@GMAIL.COM
398   AC	TESTE KK   TE****@GMAIL.COM
399   AC	THAIS MARCUZ   TH****@GMAIL.COM
400   AC	THAISSA ELOYANA   TH****@GMAIL.COM
401   AC	THAIS _-   TA****@GMAIL.COM
402   AC	THALLESON ALMEIDA   CO****@GMAIL.COM
403   AC	THERESA CARLOTA C. OLIVEIRA   TH****@GMAIL.COM
404   AC	THIAGO DE FREITAS PEREIRA   TH****@GMAIL.COM
405   AC	TIAGO LUCAS MAGALHAES ARANTES   TI****@GMAIL.COM
406   AC	TIA JO   JA****@HOTMAIL.COM
	TITA NUNES   TI****@GMAIL.COM
	TRIZ BIA   LI****@GMAIL.COM
	VAGNER AVILA   VA****@GMAIL.COM
	VANESSA GOMES   VA****@GMAIL.COM
	VANIA AVELINO   AV****@GMAIL.COM
	VICTOR LUAN   LU****@GMAIL.COM





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão	
413	AC   VINICIUS SANTOS LAUREANO   VI****@GMAIL.COM
414	AC   VINICIUS SCHNEIDER   VI****@HOTMAIL.COM
415	AC   VITORIA DANKAR   VI****@GMAIL.COM
416	AC   VITORIA MARTINS LIMAS   VI****@GMAIL.COM
417	AC   VITORIA SAMPAIO   VI****@GMAIL.COM
418	AC   VIVIANE DE PAULA   VI****@GMAIL.COM
419	AC   WILIAN LUNA   LI****@GMAIL.COM
420	AC   YASMIM VIEIRA MARINO   YA****@GMAIL.COM
421	AC   YASMIN OLIVEIRA   YA****@GMAIL.COM
422	AC   YXNK VULT   CR****@GMAIL.COM
423	AC   ZEBRA TOMA CAFE   ZE****@GMAIL.COM
424	AL   ADELAINE GONCALVES DE OLIVEIRA   AD****@GMAIL.COM
425	AL   ADELMO NETO   NE****@LIVE.COM
426	AL   ADLLA CARVALHO   AD****@GMAIL.COM
427	AL   ADNAEL SOARES   AD****@GMAIL.COM
428	AL   ADRIELLE FERREIRA DA SILVA GALDINO   AD****@HOTMAIL.COM
429	AL   AGUIDA SILVA   AG****@GMAIL.COM
430	AL   ALANA CANUTO   CA****@GMAIL.COM
431	AL   ALAN CARDOSO   AL****@GMAIL.COM
432	AL   ALBERT CASTRO   AL****@GMAIL.COM
433	AL   ALCKMIN ANDRE MARINHO SILVA   AL****@GMAIL.COM
434	AL   ALDO ALDINHO   AL****@GMAIL.COM
435	AL   ALEX ABEL DOS SANTOS   AL****@GMAIL.COM
436	AL   ALEXIA ALVES   RO****@GMAIL.COM
437	AL   ALEXSANDRA VICTORIA BRITO   AL****@GMAIL.COM
438	AL   ALICIA GABRIEL DALMEIDA   AL****@HOTMAIL.COM
439	AL   ALINE OLIVEIRA   AL****@OUTLOOK.COM
440	AL   ALLINSON MATHEUS   AL****@GMAIL.COM
441	AL   ALVARO ARAUJO BARROS   LO****@GMAIL.COM
442	AL   AMANDA KETLLYN   AM****@GMAIL.COM
443	AL   AM CRED   AM****@GMAIL.COM
444	AL   AMI UNIVERSE   FA****@GMAIL.COM
445	AL   ANA BEATRIZ DOS SANTOS LUCIO   AN****@GMAIL.COM
446	AL   ANA CARINE SANTOS TENORIO CABRAL DA COSTA   CA****@GMAIL.COM
447	AL   ANA CARLA ALBUQUERQUE   AN****@GMAIL.COM
448	AL   ANA CAROLINA   CA****@GMAIL.COM
449	AL   ANA CLARA   AN****@GMAIL.COM
450	AL   ANA CLARA VIEIRA RAMOS OLIVEIRA   AN****@GMAIL.COM
451	AL   ANA GUIMARAES   AN****@GMAIL.COM
452	AL   ANA LAISSA   16****@GMAIL.COM
453	AL   ANA LUISA DE SOUZA TENORIO   AN****@GMAIL.COM
454	AL   ANA LUIZA FREITAS DA SILVA   AN****@CLOUD.COM
455	AL   ANALYNE ALMEIDA DOS SANTOS   AN****@GMAIL.COM
456	AL   ANANDA _   AN****@GMAIL.COM
457	AL   ANA RAQUEL   AN****@GMAIL.COM
458	AL   ANA SARAH PONTES   AN****@OUTLOOK.COM
459	AL   ANDREA GAMA   AN****@CECA.UFAL.BR
460	AL   ANDRESSA LETICIA DO NASCIMENTO   AN****@GMAIL.COM
461	AL   ANE CAROLINE DE ALMEIDA NASCIMENTO   AC****@GMAIL.COM
462	AL   ANNA CAROLYNA LIMA DE ALMEIDA GOMES   HW****@GMAIL.COM
463	AL   ANNE JAEMIN   AN****@GMAIL.COM
464	AL   ARIELE VITALINO DE OLIVEIRA   VI****@GMAIL.COM
465	AL   ARLETE OLIVEIRA   AR****@OUTLOOK.COM
466	AL   ARYELLI EVELY SILVA   EV****@GMAIL.COM
467	AL   AVALON ROSE   DE****@GMAIL.COM
468	AL   AYISSA POLYANNA   AY****@GMAIL.COM
469	AL   BARBARA LORRANY DA SILVA   BA****@GMAIL.COM
470	AL   BEATRIZ BREDa   BI****@GMAIL.COM
471	AL   BEATRIZ MACHADO   SA****@GMAIL.COM
472	AL   BEATRIZ OLIVEIRA ALVES   BE****@GMAIL.COM
473	AL   BEATRIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA   AD****@GMAIL.COM
474	AL   BEATRIZ SILVA   BE****@HOTMAIL.COM
475	AL   BEATRIZ VASCONCELOS   BE****@GMAIL.COM
476	AL   BIAH YARA   BE****@GMAIL.COM
477	AL   BI ANCA   BI****@HOTMAIL.COM
478	AL   BRENDA AVILA   BR****@OUTLOOK.COM
479	AL   BRUNA EMANUELLY   EM****@GMAIL.COM
480	AL   BRUNA LETICIA DE FREITAS HOLANDA   BR****@GMAIL.COM
481	AL   BRUNA MOURA   SB****@GMAIL.COM
482	AL   BRUNO KUSANAGIBR   BR****@GMAIL.COM
483	AL   BRUNO SERRAO   BR****@GMAIL.COM
484	AL   CAMILA ESTEFANE   CA****@GMAIL.COM
485	AL   CARINE LOPES   CA****@GMAIL.COM
486	AL   CARLA EVELLYN FERREIRA DOS SANTOS   CA****@GMAIL.COM
487	AL   CARLA MELO   CA****@GMAIL.COM
488	AL   CARLOS HENRIQUE DA SILVA BARBOSA   MA****@GMAIL.COM
489	AL   CARLOS NOBRE   CA****@GMAIL.COM
490	AL   CAROL GADELHA   CA****@CLOUD.COM
491	AL   CAROLINA CAVALCANTE   CA****@GMAIL.COM
492	AL   CAROLINA LIMA   CA****@HOTMAIL.COM
493	AL   CAROLINA SILVA   CA****@IP.UFAL.BR
494	AL   CECILIA LIMA   CS****@GMAIL.COM
495	AL   CECY BE   AV****@GMAIL.COM
496	AL   CHARLOTTE BOMFIM   CH****@GMAIL.COM
497	AL   CHOI MIRAN   WI****@GMAIL.COM
498	AL   CHRISTIANNE LIRA   CH****@GMAIL.COM
499	AL   CHRYSITIAN CHRYSITCHEW COSTA   CH****@GMAIL.COM
500	AL   CIBELE DOS SANTOS OLIVEIRA   CS****@GMAIL.COM
501	AL   CLARA BARBOSA   CL****@GMAIL.COM
502	AL   CLAUDIENE MENESES DA SILVA   CL****@GMAIL.COM
503	AL   CLAUDIUS GERMANICUS KUMMER   CL****@HOTMAIL.COM
504	AL   CLAUDYANE INACIO   CL****@GMAIL.COM
505	AL   CLEIBER JUNNIOR   CL****@GMAIL.COM
506	AL   CRISTIANO XIMENES   XI****@HOTMAIL.COM
507	AL   DAFINY LARA ASSUNCAO DE ASSIS   DA****@GMAIL.COM
508	AL   DANDARA LIMA   DA****@GMAIL.COM
509	AL   DANIELE SOUZA OFC   DA****@GMAIL.COM
	DANIEL OLIVEIRA   DO****@GMAIL.COM
	DARLA BEATRICE   DB****@GMAIL.COM
	DAVY GAMA   DY****@GMAIL.COM
	DAYANA LIMA DA SILVA LIMA   DA****@GMAIL.COM
	DAYSIANE SILVA   DA****@LIVE.COM
	DAYSIELLE VITORIA SILVA DOS SANTOS   DA****@GMAIL.COM





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão		
516	AL	DENISE CALACA   DE****@GMAIL.COM
517	AL	DE POUCOS UM TUDO   MC****@GMAIL.COM
518	AL	DEYSE MIRELLY OLIVEIRA MUNIZ   DE****@GMAIL.COM
519	AL	DEYSIELLE NASCIMENTO   DE****@GMAIL.COM
520	AL	DINOSSAURO DE CHAPEU   IC****@GMAIL.COM
521	AL	DIOGO ALVES   AL****@GMAIL.COM
522	AL	DRIELLI PONTES   DR****@GMAIL.COM
523	AL	EDUARDA ELISIO   ED****@GMAIL.COM
524	AL	EDUARDA LOPES   LI****@GMAIL.COM
525	AL	EDUARDA REBECA GOMES MELO   EM****@GMAIL.COM
526	AL	EDUARDA TAVARES   DU****@HOTMAIL.COM
527	AL	ELIONAY THAUANY   EL****@GMAIL.COM
528	AL	ELIZABETH SANTOS   KR****@GMAIL.COM
529	AL	ELIZANDRA OLAN OLIVEIRA DA SILVA   EL****@GMAIL.COM
530	AL	ELO CARD   SL****@GMAIL.COM
531	AL	ELOISA COSTA MATIAS   EL****@HOTMAIL.COM
532	AL	ELTON LUCAS   LU****@YAHOO.COM
533	AL	EMANNUEL FENANDO   SP****@GMAIL.COM
534	AL	EMANUEL SOL   BI****@HOTMAIL.COM
535	AL	EMERSON LUIZ RODRIGUES DA SILVA   BE****@GMAIL.COM
536	AL	EMILLY MAIA   ME****@HOTMAIL.COM
537	AL	EMILLY OLIVEIRA DA SILVA   E.****@HOTMAIL.COM
538	AL	EMILLY THAIS   TH****@GMAIL.COM
539	AL	EMILY BEATRIZ   BE****@GMAIL.COM
540	AL	EMILY CAMILLE MENDES DOS SANTOS   KE****@GMAIL.COM
541	AL	EMILY GOMES   GO****@GMAIL.COM
542	AL	ERICA PONTES   ER****@OUTLOOK.COM.BR
543	AL	ERICA SILVA   ER****@GMAIL.COM
544	AL	ESHILEY GIOVANA   WH****@GMAIL.COM
545	AL	ESTRELA MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE   SO****@GMAIL.COM
546	AL	EVELINE PIMENTEL   EV****@GMAIL.COM
547	AL	EVELLY LIRA   EV****@GMAIL.COM
548	AL	EVELLYN SARASWATI   VI****@GMAIL.COM
549	AL	EWERLAINY FERREIRA   MA****@GMAIL.COM
550	AL	FABIANA KARLA DOS SANTOS RIBEIRO   FK****@GMAIL.COM
551	AL	FERNANDA RIBEIRO   FE****@GMAIL.COM
552	AL	FERNANDA TANGO DIDIER   NA****@GMAIL.COM
553	AL	FERNANDO CLIVEM   FE****@GMAIL.COM
554	AL	FERNANDO MARCIO   NA****@GMAIL.COM
555	AL	FLAVIA LISBOA FARIAS   FL****@GMAIL.COM
556	AL	FLAVIO STERN   DI****@PLADIM.COM.BR
557	AL	GABRIEL INACIO   GA****@HOTMAIL.COM
558	AL	GABRIEL KRAMER   GA****@GMAIL.COM
559	AL	GABRIELLE ANDRADE   GA****@HOTMAIL.COM
560	AL	GABRIELLY ATAIDE   MA****@GMAIL.COM
561	AL	GABRIEL MARIANO   08****@GMAIL.COM
562	AL	GABRIEL QUIRINO   GQ****@GMAIL.COM
563	AL	GABRIELY RIBEIRO   GA****@GMAIL.COM
564	AL	GABRIELY RODRIGUES TEIXEIRA   GA****@GMAIL.COM
565	AL	GEORGIA MACHADO   GE****@GMAIL.COM
566	AL	GEOVANE VENTURA   GE****@GMAIL.COM
567	AL	GEOVANNA APARECIDA SANTOS SILVA APARECIDA   GE****@GMAIL.COM
568	AL	GILDO NETO   GI****@GMAIL.COM
569	AL	GIOVANA ALVES   GI****@OUTLOOK.COM
570	AL	GIOVANNA ALICE   SG****@GMAIL.COM
571	AL	GISELE SOUZA   GI****@OUTLOOK.COM
572	AL	GIULLIA CAVALCANTE   CA****@GMAIL.COM
573	AL	GLEICE KELLY MEDEIROS SANTOS TORRES   GL****@HOTMAIL.COM
574	AL	GLORYA KARYNNE AMANCIO GAMA   KG****@GMAIL.COM
575	AL	GRAZIELLI PEREIRA DE LIMA   EA****@GMAIL.COM
576	AL	GRAZIELLY GOMES   GR****@GMAIL.COM
577	AL	HANNY SANTANA FERREIRA   HA****@GMAIL.COM
578	AL	HELENA SANTOS BOMFIM BELO   HE****@GMAIL.COM
579	AL	HENRIQUE HOTMART   HE****@GMAIL.COM
580	AL	HILARY RAYNE MEDEIROS DA SILVA   HI****@GMAIL.COM
581	AL	HILLARY OLIVEIRA 0.2   HI****@GMAIL.COM
582	AL	HINGRID EDUARDA CAVALCANTE CORREIA   ED****@HOTMAIL.COM
583	AL	HUGO WILTOM   HU****@GMAIL.COM
584	AL	IAGO MAURICIO   IA****@GMAIL.COM
585	AL	IAN TONIAL   DA****@GMAIL.COM
586	AL	IASMIN AGNES CORDEIRO BRANDAO   IA****@GMAIL.COM
587	AL	IERROR 404   GL****@GMAIL.COM
588	AL	IGOR GABRIEL VIEIRA DA SILVA   GI****@GMAIL.COM
589	AL	IGOR RAFAEL   IG****@GMAIL.COM
590	AL	ILA QUEIROZ   KU****@GMAIL.COM
591	AL	ILOVE KPOP   KA****@GMAIL.COM
592	AL	ILSON M. S. PRAZERES   IL****@GMAIL.COM
593	AL	INAULENE MARIA DOS SANTOS SILVA   IN****@GMAIL.COM
594	AL	INGRYD PIMENTEL   GO****@GMAIL.COM
595	AL	IRACEMA EMANUELLA SANTOS DUARTE ARAUJO   EM****@GMAIL.COM
596	AL	IRANI MAGALHAES DE OLIVEIRA TENORIO   IR****@GMAIL.COM
597	AL	ISABELA M.   BE****@GMAIL.COM
598	AL	ISABELLA MAGALHAES   LE****@GMAIL.COM
599	AL	ISABELLE PACHECO DE CARVALHO   IS****@GMAIL.COM
600	AL	ISABELLY BERNADINO   IS****@GMAIL.COM
601	AL	ISABELLY RAYZA   IS****@GMAIL.COM
602	AL	ISA BISMARCK   IS****@GMAIL.COM
603	AL	ISRAEL VICTOR   IS****@GMAIL.COM
604	AL	IVANILDO ANTONIO FERREIRA DA SILVA   IV****@HOTMAIL.COM
605	AL	IZABELA VALERIA ALVES DA SILVA   IZ****@HOTMAIL.COM
606	AL	IZAURA MOURA   IZ****@GMAIL.COM
607	AL	JACKELYNE LIMA   JA****@GMAIL.COM
608	AL	JACKSON VIEIRA DOS SANTOS   JA****@HOTMAIL.COM
609	AL	JAIANE SILVA INACIO   JA****@GMAIL.COM
610	AL	JAMILLY RIKELLY DA SILVA SANTOS   RI****@GMAIL.COM
611	AL	JARLENE BEATRIZ LIMA DA SILVA   BE****@GMAIL.COM
612	AL	JAYANE VITORIA   VJ****@GMAIL.COM
	AL	JEFFERSON MATHEUS   JE****@GMAIL.COM
	AL	JEIMY LOHANY   JE****@GMAIL.COM
	AL	JENNIFFER JULIE   JJ****@GMAIL.COM
	AL	JEONGYEON_UNNIE_ONCE   MA****@GMAIL.COM
	AL	JHENESSE KESIA SILVA SANTOS   JH****@GMAIL.COM
	AL	JJPLAYER GAMES   JU****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 148628

Nº   UF   Cidadão	
619	AL   JOANA FRANCOZO   JO****@GMAIL.COM
620	AL   JOANA JENIFFER   JO****@GMAIL.COM
621	AL   JOAO GUILHERME   OO****@GMAIL.COM
622	AL   JOAO PEDRO FERREIRA DO NASCIMENTO   JP****@GMAIL.COM
623	AL   JOELMA JORDAO   JO****@GMAIL.COM
624	AL   JONATHAN CAETANO   JO****@GMAIL.COM
625	AL   JONATHAS MROTZECK   JO****@GMAIL.COM
626	AL   JORDAN NASCIMENTO   JO****@GMAIL.COM
627	AL   JORGE VALENTIM DE ARAUJO   AD****@GMAIL.COM
628	AL   JOSE MATHEUS   JM****@GMAIL.COM
629	AL   JOSE RONALDO DA SILVA   MA****@GMAIL.COM
630	AL   JOSICLEIDE MELO   JO****@GMAIL.COM
631	AL   JOSIELE GOMES   JO****@GMAIL.COM
632	AL   JOSSIELI LOPES DA SILVA   JO****@GMAIL.COM
633	AL   JOYCE FERREIRA   JO****@GMAIL.COM
634	AL   JOYCE TEIXEIRA   JO****@GMAIL.COM
635	AL   JOYCE VITORIA GUEDES DE SOUZA SILVA   GU****@GMAIL.COM
636	AL   JUCIANA DAYSE BEZERRA DOS SANTOS   BE****@HOTMAIL.COM
637	AL   JULIA ARCHANGELO   JU****@GMAIL.COM
638	AL   JULIA DOS SANTOS SILVA   JU****@GMAIL.COM
639	AL   JULIA LEMOS BARBOSA   JU****@GMAIL.COM
640	AL   JULIA MAGALHAES   JU****@LIVE.COM
641	AL   JULIA STHEFANY DE OLIVEIRA ALCANTARA   JU****@GMAIL.COM
642	AL   JULIA VILNEN   AJ****@GMAIL.COM
643	AL   JULYA LILIAN CANDIDO CARNAUBA   LI****@GMAIL.COM
644	AL   JULYAN BOMFIM   JU****@HOTMAIL.COM
645	AL   KAMILA MERCIA   KA****@GMAIL.COM
646	AL   KAMILA SOUZA   SO****@GMAIL.COM
647	AL   KAMILLY CAVALCANTI   KA****@GMAIL.COM
648	AL   KAREN DE LIMA CUNHA   KA****@GMAIL.COM
649	AL   KARINE FERREIRA   KA****@GMAIL.COM
650	AL   KARLA GABRIELY DA SILVA ROCHA   KA****@GMAIL.COM
651	AL   KARLA VANESSA ROBERTO SOUZA PIMENTEL   KA****@HOTMAIL.COM
652	AL   KAROL FARIAS   KE****@GMAIL.COM
653	AL   KASPBRAKBOY BR   JO****@GMAIL.COM
654	AL   KAUANY ESTEPHANE   KA****@GMAIL.COM
655	AL   KAUE MATEUS   KA****@GMAIL.COM
656	AL   KAWANE KEYLLA   KA****@GMAIL.COM
657	AL   KELL M.   KE****@GMAIL.COM
658	AL   KEYLA MARIANA SANTOS FERREIRA   KE****@GMAIL.COM
659	AL   KIRARI MOMOBAMI   CL****@GMAIL.COM
660	AL   LAIRA VERAS   DE****@GMAIL.COM
661	AL   LAISA ARAUJO   NA****@HOTMAIL.COM
662	AL   LAIS CANUTO   CR****@GMAIL.COM
663	AL   LAIS FURTADO   FU****@GMAIL.COM
664	AL   LAIS MAXI   LA****@GMAIL.COM
665	AL   LARA ANDRADE   LA****@HOTMAIL.COM
666	AL   LARA COUTINHO   LA****@GMAIL.COM
667	AL   LARA PEIXOTO   LA****@HOTMAIL.COM
668	AL   LARA VITORIA   LA****@GMAIL.COM
669	AL   LARISSA COSTA BRANDAO   CO****@GMAIL.COM
670	AL   LARISSA EMILLY   EM****@GMAIL.COM
671	AL   LARISSA ESTHER DE ARAUJO TEIXEIRA   LA****@GMAIL.COM
672	AL   LARISSA GABRIELA   LA****@OUTLOOK.COM
673	AL   LAUANA JANETE FERREIRA DE MELO   LA****@GMAIL.COM
674	AL   LAURA GIOVANA ALVES DE SOUZA   DO****@GMAIL.COM
675	AL   LAURA JORDANNA   LA****@HOTMAIL.COM
676	AL   LAURA JULIANA DOS SANTOS CASSIANO   LA****@GMAIL.COM
677	AL   LEANDRO DIONIZIO MEDEIROS   LE****@GMAIL.COM
678	AL   LEANDRO PEREIRA   LE****@GMAIL.COM
679	AL   LEE FELIX   LE****@GMAIL.COM
680	AL   LEGEND GAMESTM   JO****@GMAIL.COM
681	AL   LEONARDO JORGE   OI****@GMAIL.COM
682	AL   LETZ BARBOSA   LE****@GMAIL.COM
683	AL   LIANA VIANA   LI****@GMAIL.COM
684	AL   LIDYA BANDEIRA DE MIRANDA   LI****@GMAIL.COM
685	AL   LILIAN DE BRITO CARVALHO   NA****@GMAIL.COM
686	AL   LILIANE VIEIRA   LI****@GMAIL.COM
687	AL   LILLIA IAMAR LEITE MACIEL GAMA   LI****@GMAIL.COM
688	AL   LIVIA ADRIANE   LI****@GMAIL.COM
689	AL   LIVIA CAROLINE BARBOSA SILVA   LI****@ICLOUD.COM
690	AL   LIVIA MARIA   LM****@GMAIL.COM
691	AL   L K   LA****@GMAIL.COM
692	AL   LORRANY CARVALHO DE ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
693	AL   LUAN ANGELO AMORIM   IT****@GMAIL.COM
694	AL   LUANA PATRICIA BARROS COLLACO   LU****@HOTMAIL.COM
695	AL   LUANE CARLOS   LU****@GMAIL.COM
696	AL   LUANE SOARES DE SANTANA   LU****@ICLOUD.COM
697	AL   LUANNA SUASSUNA   07****@GMAIL.COM
698	AL   LUCAS CAETANO COSTA   LU****@HOTMAIL.COM
699	AL   LUCAS MARINHO SANTOS   GA****@GMAIL.COM
700	AL   LUCAS MARINHO SANTOS   LU****@HOTMAIL.COM
701	AL   LUCAS TENORIO   LU****@GMAIL.COM
702	AL   LUCCA GAMA   LU****@GMAIL.COM
703	AL   LUCIA MARI   LU****@GMAIL.COM
704	AL   LUCIANA ARAUJO SILVA XAVIER   LU****@GMAIL.COM
705	AL   LUCIANA TAVARES   LU****@GMAIL.COM
706	AL   LUCIAN LIMA COSTA   LU****@HOTMAIL.COM
707	AL   LUIZA SILVA   LU****@GMAIL.COM
708	AL   LUIZ FHELIPE DA SILVA ALVES   FH****@HOTMAIL.COM
709	AL   LUIZ HENRIQUE   LU****@GMAIL.COM
710	AL   LUMA KAYRI   LU****@GMAIL.COM
711	AL   LUMARIA SILVA   SI****@GMAIL.COM
712	AL   LYANNA STARK   OL****@GMAIL.COM
713	AL   MAIARA FALCAO   MA****@HOTMAIL.COM
714	AL   MANUELLY NASCIMENTO   MA****@GMAIL.COM
715	AL   MARCELA DA SILVA LIMA   MA****@OUTLOOK.COM
	MARCELLE MOURA FARIAS   MA****@HOTMAIL.COM
	MARCELO CANUTO DA SILVA   MA****@GMAIL.COM
	MARCELO CASADO   MA****@ARAPIRACA.UFAL.BR
	MARCELO DE LIMA   DE****@GMAIL.COM
	MARCELO MENEZES   MA****@GMAIL.COM
	MARCELO VASCONCELOS   MA****@GMAIL.COM



8



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4159, DE 2023

Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

**AUTORIA:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....  
 .....  
 .....

II - valorização e promoção do voluntariado e da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

” (NR)

**Art. 2º** O art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

.....  
 I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, incluído o trabalho voluntário, de redes de economia solidária e da livre associação;  
 .....  
 .....

V - adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho, incluído o trabalho voluntário, para a juventude;



SENADO FEDERAL

(NR)

.....”

**Art. 3º** O Capítulo II, “Dos Direitos dos Jovens”, do Título I, “Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude”, da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção III-A:

**“Seção III-A**

**Do Direito ao Voluntariado**

**Art. 16-A.** O jovem tem direito a um ambiente e a iniciativas que estimulam seu engajamento social por meio de voluntariado.

*Parágrafo único.* Voluntariado designa a iniciativa não remunerada de pessoas físicas, isoladas ou conjuntamente, prestada a pessoa física, a órgão ou entidade da administração pública ou a entidade privada de qualquer natureza jurídica, que vise ao benefício e à transformação da sociedade por meio de ações cívicas, de desenvolvimento sustentável, culturais, educacionais, científicas, recreativas, religiosas, ambientais, de assistência à pessoa ou de promoção e defesa dos direitos humanos e dos animais.

**Art. 16-B.** A ação do poder público na efetivação do direito do jovem ao voluntariado contempla a adoção das seguintes iniciativas:

I – fomento a projetos e iniciativas que estimulem a oferta de atividades voluntárias pelo setor público e privado e pelas organizações da sociedade civil;

II – integração, gestão e disponibilização de dados, estatísticas e informações sobre oportunidades de voluntariado no país;

III – fomento a projetos de cooperação nacional e internacional para promoção do voluntariado;

IV – realização de campanhas de estímulo e divulgação de ações e projetos transformadores por meio do voluntariado.” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL

## JUSTIFICAÇÃO

A população brasileira é composta por mais de 49 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, o que corresponde a 20% aproximadamente da população total do país. Segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), 6,9 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade realizaram algum tipo de trabalho voluntário no ano da pesquisa, sendo mais de 830 mil com idade entre 14 e 24 anos.

No mesmo período, a região Norte se destaca com as maiores taxas entre as regiões do país. O estado do Amazonas, em 2016, ultrapassou a média nacional: 5,2% da população entre 14 e 24 anos realizava trabalho voluntário, seguido pelo Pará e pelo Amapá, respectivamente, com 4,7% e 4,3% dos jovens nessa atividade. Ainda assim, os números do voluntariado no país, principalmente no universo de jovens brasileiros, são baixos.

O voluntariado apresenta efeitos positivos diversos para a vida das pessoas. Um deles diz respeito à promoção de uma maior conscientização social e ambiental ao possibilitar que os voluntários conheçam diferentes realidades e contribuam para a transformação de vidas por meio da solidariedade.

Adicionalmente, as atividades voluntárias promovem a transformação pessoal. Pelo voluntariado, as pessoas doam parte do seu tempo em favor do outro e aplicam seus talentos para ajudar o próximo. Assim, voluntários desenvolvem espírito de cooperação, de solidariedade, de empatia



SENADO FEDERAL

e de atenção pelo próximo. A prática do voluntariado constitui, nesse viés, um ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo, entre o governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado.

O voluntariado ainda ajuda a formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos pois desenvolve habilidades, desperta talentos e incentiva o engajamento social de quem o realiza.

Por essas razões, torna-se relevante assegurar a essa parcela da população o direito a um ambiente e a iniciativas que estimulam seu engajamento social por meio de voluntariado, bem como fomentar ações de incentivo à participação da juventude em atividades voluntárias. Nesse sentido, propõe-se que o poder público deve fomentar projetos e iniciativas que estimulem a oferta de atividades voluntárias pelo setor público e privado e pelas organizações da sociedade civil; integrar e disponibilizar dados, estatísticas e informações sobre oportunidades de voluntariado no país; fomentar projetos de cooperação nacional e internacional para promoção do voluntariado; e realizar campanhas de estímulo e divulgação de ações e projetos transformadores por meio do voluntariado.

Estamos convencidos que a proposição aperfeiçoa a legislação sobre os direitos dos jovens no país, razão pela qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL

Senadora **DAMARES ALVES**

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013 - Estatuto da Juventude - 12852/13  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12852>
- art2
- art15



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 28, DE 2024

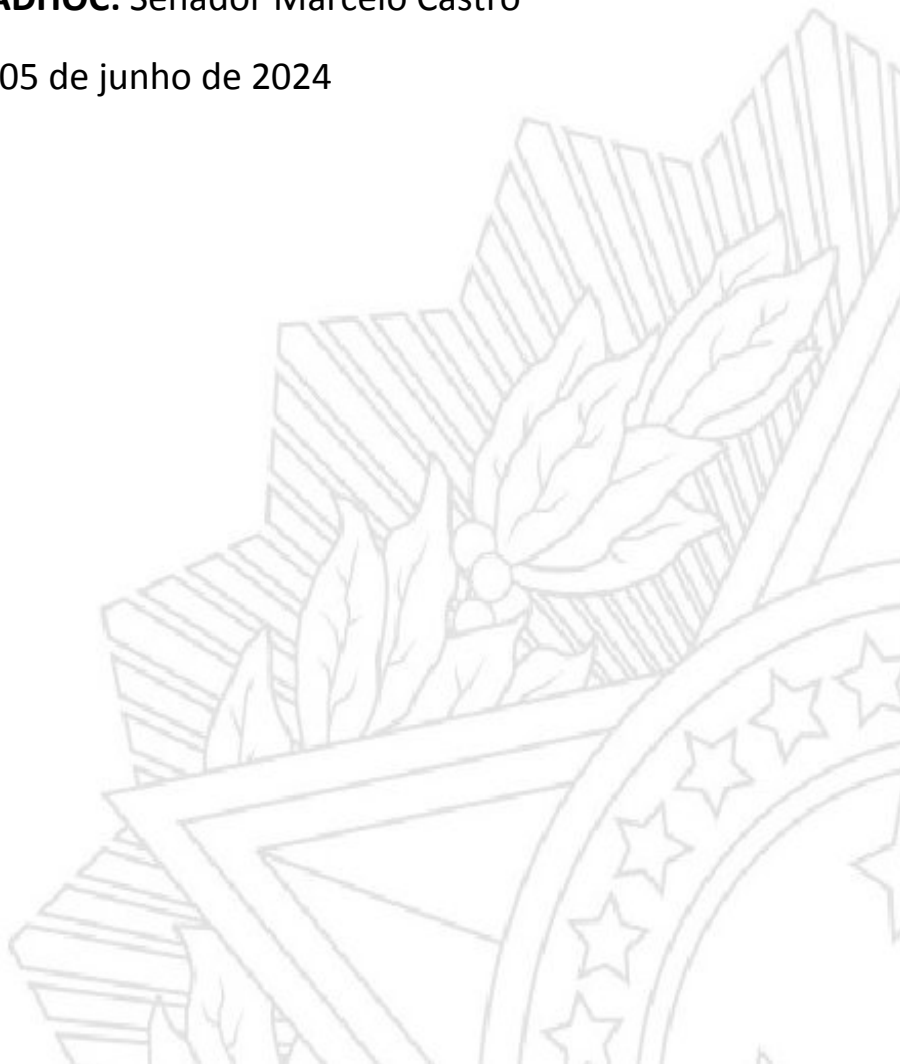
Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 4159, de 2023, da Senadora Damares Alves, que Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa

**RELATOR:** Senador Flávio Arns

**RELATOR ADHOC:** Senador Marcelo Castro

05 de junho de 2024





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 4.159, de 2023, da Senadora Damares Alves, que *altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado*.

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 4.159, de 2023, de autoria da Senadora Damares Alves, que *altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado*.

O art. 1º do referido PL altera o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, para incluir o *voluntariado* entre os princípios da norma.

O art. 2º do PL, por sua vez, altera o art. 15 da referida lei, que dispõe sobre as medidas que o poder público deve adotar na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda, para incluir o *trabalho voluntário* nos incisos I e V.

O art. 3º da proposta acrescenta nova seção, intitulada *Do Direito ao Voluntariado*, ao Capítulo II (Dos Direitos dos Jovens) do Título I (Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude) da Lei nº 12.852, de 2013. Por meio da nova seção, adicionam-se à referida lei os artigos 16-A e 16-B. O art. 16-A estabelece o direito do jovem ao trabalho voluntário e estabelece o

conceito de voluntariado. O art. 16-B, por sua vez, elenca iniciativas que podem ser adotadas pelo poder público na promoção do voluntariado para juventude.

O art. 4º, por fim, determina que a lei em que se transformar o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora argumenta que o PL tem por objetivo fomentar oportunidades de trabalho voluntário para os jovens, uma vez que essa modalidade colabora para formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos, desenvolve habilidades, desperta talentos e incentiva o engajamento social.

O projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sem ter recebido emendas até o momento. Da CAS, seguirá à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde será apreciado em caráter terminativo.

## **II – ANÁLISE**

Do ponto de vista constitucional e regimental, não há reparos a fazer no projeto.

Quanto ao mérito, a proposta é relevante e oportuna, pois normatiza mais uma alternativa para o desenvolvimento da juventude brasileira, por meio do trabalho voluntário, que traz benefícios não apenas para os jovens, mas para a sociedade como um todo.

Para a juventude, o trabalho voluntário oportuniza o desenvolvimento de habilidades valiosas ao sucesso pessoal e profissional, como liderança, trabalho em equipe, comunicação, empatia e resolução de problemas. Além disso, o projeto de lei promove uma cultura de cidadania ativa e de responsabilidade social desde cedo, uma vez que os jovens podem desempenhar papel significativo na melhoria de suas comunidades e na solução de problemas locais.

Vale destacar, também, que o voluntariado oferece aos jovens a oportunidade de aplicar o que aprendem na escola em situações do mundo real. Por fim, a proposta também tem potencial para fomentar, entre os jovens, um senso de propósito e satisfação, o que pode melhorar sua saúde mental e bem-estar emocional.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.159, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



## Relatório de Registro de Presença

16ª, Extraordinária

Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)		
TITULARES		SUPLENTE
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ALAN RICK
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
GIORDANO		4. DAVI ALCOLUMBRE
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	5. CARLOS VIANA PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	6. WEVERTON
LEILA BARROS	PRESENTE	7. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)		
TITULARES		SUPLENTE
FLÁVIO ARNS		1. OTTO ALENCAR PRESENTE
MARA GABRILLI		2. NELSON TRAD
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO
JUSSARA LIMA	PRESENTE	4. VANDERLAN CARDOSO
PAULO PAIM		5. TERESA LEITÃO PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ANA PAULA LOBATO		7. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)		
TITULARES		SUPLENTE
ROMÁRIO	PRESENTE	1. ROGERIO MARINHO
EDUARDO GIRÃO		2. MAGNO MALTA
WILDER MORAIS		3. JAIME BAGATTOLI
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)		
TITULARES		SUPLENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS PORTINHO
DR. HIRAN	PRESENTE	2. VAGO
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. CLEITINHO

## Não Membros Presentes

LUCAS BARRETO  
PROFESSORA DORINHA SEABRA  
ANGELO CORONEL

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 4159/2023)**

NA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATOR “AD HOC” O SENADOR MARCELO CASTRO, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR FLÁVIO ARNS, E A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO.

05 de junho de 2024

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

## **PARECER Nº                   , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.159, de 2023, da Senadora Damares Alves, que *altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.159, de 2023, que *altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.*

A proposição é composta de quatro artigos.

O primeiro artigo modifica o inciso II do art. 2º do Estatuto da Juventude para incluir a valorização e promoção do voluntariado entre os princípios que devem reger as políticas públicas de juventude.

O segundo artigo propõe alteração nos incisos I e V do art. 15 do Estatuto da Juventude para incluir o trabalho voluntário entre as medidas



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

do poder público para efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda.

O terceiro artigo busca acrescentar a Seção III-A ao Capítulo II do Título I do Estatuto da Juventude para dispor sobre o direito ao voluntariado. Para tanto, propõe acrescentar os arts. 16-A e 16-B ao texto do Estatuto para: i) estabelecer o direito do jovem a um ambiente e a iniciativas que estimulem seu engajamento social por meio do voluntariado; ii) definir voluntariado para os fins de aplicação da lei; iii) estabelecer as iniciativas que devem ser contempladas pelo poder público na efetivação do direito do jovem ao voluntariado. As iniciativas elencadas são: o fomento a projetos e iniciativas que estimulem a oferta de atividades voluntárias; a integração, gestão e disponibilização de dados e informações sobre oportunidades de voluntariado no país; o fomento a projetos de cooperação nacional e internacional para promoção do voluntariado; e realização de campanhas de estímulo e divulgação de ações e projetos por meio do voluntariado.

Ao final, o PL prevê a entrada em vigor da lei que a proposição se tornar na data de sua publicação.

Na justificativa, a autora argumenta que o voluntariado contribui para a conscientização social e ambiental, fortalece o espírito de cooperação e solidariedade e favorece o desenvolvimento de habilidades. Dessa forma, considera essencial garantir iniciativas aos jovens que incentivem seu engajamento social por meio do voluntariado.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seguiu à apreciação da CDH, em decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção da juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a proteção à juventude é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso XV, da Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais.

Como é competência do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, de acordo com o art. 48 da Lei Maior, sob o aspecto da constitucionalidade formal do texto, entendemos não haver óbices para que, com ulterior sanção presidencial, disponhamos sobre a matéria.

No que tange à constitucionalidade material, a proposição está em conformidade com as disposições da Lei Maior, inserindo-se no conjunto de medidas adotadas pelo Estado brasileiro para a promoção dos direitos dos jovens e para a construção de uma sociedade justa e solidária, alicerçada na dignidade da pessoa humana e voltada à erradicação da pobreza e da marginalização.

O Projeto de Lei atende, também, ao requisito de juridicidade, por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico.

No mérito, consideramos plenamente justificável a iniciativa.

O voluntariado tem uma longa trajetória no Brasil, remontando a 1543, com a fundação da Santa Casa de Santos. Contudo, ao longo dos séculos, essa prática se expandiu, desenvolveu e diversificou, tornando-se parte integrante de diversos setores da sociedade.

Atualmente, de acordo com a Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021, realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e o Datafolha, o país conta com 57 milhões de voluntários



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

ativos, que atuam nos mais diversos segmentos, desde organizações educacionais a causas emergenciais humanitárias.

A pesquisa aponta que 56% da população adulta diz fazer ou já ter feito alguma atividade voluntária na vida. Revela, ainda, que o tempo médio mensal dedicado à atividade voluntária no país é de 18 horas por mês.

O trabalho voluntário, além de beneficiar inúmeras pessoas, é uma experiência transformadora para quem o realiza, proporcionando contato com novas realidades, desenvolvimento de habilidades e maior engajamento cidadão. Ele fortalece a cultura de paz, a cooperação pelo bem comum, a promoção da igualdade de gênero e a autonomia dos indivíduos, gerando impactos positivos tanto para quem recebe o auxílio quanto para quem o oferece.

No entanto, a pesquisa evidencia que a idade média dos voluntários no Brasil é de 43 anos. Portanto, não são os mais jovens que dedicam mais tempo ao trabalho voluntário no país. Por isso, torna-se essencial e urgente incentivar essa valiosa forma de exercício da cidadania na juventude.

Esse incentivo, além de promover o crescimento pessoal do jovem, pode ser medida eficaz para a criação de uma cultura de voluntariado para as atuais e futuras gerações, movendo-os ao exercício da solidariedade e participação ativa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ante o apresentado, entendemos que a proposição se encontra digna de acolhida, pois contribuirá para o desenvolvimento de habilidades essenciais entre os jovens, ampliando oportunidades, incentivando o engajamento social e formando cidadãos mais conscientes e comprometidos com o bem comum.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

### **III – VOTO**

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.159, de 2023.

Sala da Comissão,                      de agosto de 2025.

**Senadora Professora Dorinha Seabra, Presidente**

**Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora**

9



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4792, DE 2023

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.

**AUTORIA:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências*, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.

**Art. 2º** O art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, bem como à inclusão digital.

§ 1º .....

.....

X – garantia de acesso aos benefícios de políticas públicas de inclusão digital.

.....” (NR)

**Art. 3º** O Título II da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo XI:

“TÍTULO II

Dos Direitos Fundamentais

.....

CAPÍTULO XI

Da Inclusão Digital





**Art. 42-A.** É assegurada a inclusão digital à pessoa idosa.

§ 1º O direito de que trata o *caput* deste artigo inclui a garantia de:

I – conectividade;

II – educação acerca do uso seguro de tecnologias digitais como aplicações de internet e de inteligência artificial, entre outras, e seus efeitos sobre a fruição de direitos;

III – integridade mental frente ao desenvolvimento das tecnologias digitais; e

IV – proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 2º A família, a sociedade e o poder público têm a obrigação de promover a inclusão digital da pessoa idosa.

§ 3º A fim de garantir o direito de que trata o *caput* deste artigo, o poder público criará programas, desenvolverá materiais educativos e melhorará a infraestrutura tecnológica necessária.

§ 4º A criação de produtos e serviços digitais, inclusive de sistemas informáticos, deverá sempre considerar as especificidades da pessoa idosa, preferencialmente desenvolvidos em linguagem acessível às diferentes faixas etárias, bem como seja compreensível diferentes níveis de escolaridade. ”

**Art. 4º** O art. 54 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 54.** .....

§ 1º As prestações de contas de que tratam o *caput* deste artigo deverão ser realizadas em meio digital acessível a qualquer cidadão, preferencialmente em linguagem acessível às diferentes faixas etárias, bem como seja compreensível por diferentes níveis de escolaridade.

§ 2º Os Conselhos da Pessoa Idosa deverão manter portal na internet no qual serão disponibilizados, no mínimo:

I - as prestações de contas de que tratam o *caput* deste artigo;

II - lista ordinal com as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à pessoa idosa, segundo a quantidade de infrações e de reclamações de que foram alvo;

III - ferramentas do poder público para a criação de oportunidades que efetivem a inclusão digital da pessoa idosa;



IV - ferramentas de capacitação para servidores e funcionários que trabalhem no atendimento à pessoa idosa.” (NR)

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

Com o vigésimo aniversário da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa Idosa, uma lei altamente necessária e que muito enche de orgulho o Congresso Nacional, cioso de suas obrigações para com a população idosa no Brasil.

Contudo, como ocorre com qualquer lei, atualizações se fazem necessárias de tempos em tempos.

O envelhecimento populacional é uma tendência mundial, assim como a digitalização de todos os setores da sociedade. Em consequência disso, os cidadãos não adaptados às transformações tecnológicas correm o risco de exclusões e dificuldades no acesso a bens e serviços. Portanto, com a incrível ascensão digital verificada na vida cotidiana nas últimas duas décadas, parece-nos imperioso que a legislação ampare a pessoa idosa na necessidade hoje inescapável de se inserir no mundo digital.

Contudo, o termo “inclusão digital” deve ser compreendido de forma ampla, a fim de se assegurarem todas as medidas indispensáveis para efetivação das prerrogativas dos idosos no contexto atual e futuro. Logo, a inclusão de que trata a presente proposta não diz respeito somente ao acesso à internet, mas a outras tecnologias digitais que já se integram à rotina humana, a exemplo da inteligência artificial.

A inclusão digital também significa acesso à educação a fim de que as pessoas idosas tenham conhecimento suficiente para lidar com essas novas tecnologias e, também, entendam como a fruição de serviços e produtos por meio das novas ferramentas podem afetar seus direitos de forma positiva ou negativa, o que, por óbvio, deve incluir a proteção de dados pessoais dos idosos no contexto digital.

Ressalte-se, ainda, a importância de atualizarmos nosso ordenamento jurídico para garantirmos a integridade mental das pessoas



idosas frente às novas tecnologias. As discussões da proteção de direitos diante da neurotecnologia reconhecem a inegável importância do cérebro na vida humana, por se tratar do órgão que gera toda a atividade mental e cognitiva do ser humano, incluindo pensamentos, percepções, memórias, imaginação, emoções e consciência.

Com os avanços já observados na neurotecnologia, constata-se a possibilidade de se decifram as formas de funcionamento dos neurônios e como eles dão origem à atividade mental. Isso inclui maior compreensão acerca do tecido cerebral e sobre como alterá-lo com o objetivo de, por exemplo, buscar soluções para doenças como Alzheimer, retardo mental, esquizofrenia e paralisia cerebral. Enuncia-se, igualmente, a tendência de que os cérebros serão totalmente mapeados, podendo inclusive ser conectados à internet.

Dessa maneira, mostra-se necessário que, entre os direitos fundamentais da pessoa idosa previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, seja inserido o direito à inclusão digital de forma ampla. Pensar de maneira diversa seria relegar a pessoa idosa à exclusão, do que decorreria a pouca fruição de direitos que hoje se mostram intrinsecamente atrelados e baseados em aplicações digitais.

Assim, nos alegramos em apresentar este projeto de lei que, ademais de prever o citado direito fundamental, ainda estabelece obrigações do poder público no sentido de dar eficácia a tal direito. E, ainda, determina que os conselhos da pessoa idosa devem colaborar para tal eficácia, por meio de portal na internet no qual se encontrem prestações de contas, ranking das piores entidades de atendimento, bem como ferramentas de inclusão e de capacitação de pessoas que trabalhem no atendimento à pessoa idosa.

O vigésimo aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa é oportunidade que não se pode deixar escapar a fim de albergar direitos necessários na atual revolução técnico-científica.

Contamos com o apoio dos Pares.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
  - art3
  - art54
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - 13709/18  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.792, de 2023, do Senador Ciro Nogueira, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.*

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.792, de 2023, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.*

O art. 1º delinea o objeto da proposição.

O art. 2º altera o art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para prever, no *caput*, o direito à inclusão digital e para incluir, no § 1º, a garantia de acesso aos benefícios de políticas públicas de inclusão digital.

O art. 3º acresce o Capítulo XI no Título II do Estatuto da Pessoa Idosa, no qual cria o art. 42-A, que assegura a inclusão digital à pessoa idosa, a qual abrange a garantia de conectividade, a educação acerca do uso seguro de tecnologias digitais, a integridade mental frente ao desenvolvimento das tecnologias digitais e a proteção de dados pessoais. Ademais, atribui à família, à sociedade e ao poder público a obrigação de promover a inclusão digital da pessoa idosa. Determina que o poder público criará programas, desenvolverá materiais educativos e melhorará a infraestrutura tecnológica necessária para lograr essa finalidade. Finalmente, especifica que a criação de produtos e

serviços digitais, inclusive de sistemas informáticos, deverá sempre considerar as especificidades da pessoa idosa.

O art. 4º acrescenta os §§ 1º e 2º no art. 54 do Estatuto da Pessoa Idosa, para prever, respectivamente, que as prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento deverão ser realizadas em meio digital acessível a qualquer cidadão, e que os Conselhos da Pessoa Idosa deverão manter portal na internet para disponibilização, no mínimo, das informações que especifica.

O art. 5º informa que a lei que resultar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação aponta que as alterações sociais ocorridas após o advento do Estatuto da Pessoa Idosa denotam a necessidade de amparo das pessoas idosas em sua inserção no mundo digital. Assim, postula acerca da necessidade de albergar o direito à inclusão digital de forma ampla, visando a assegurar as prerrogativas das pessoas idosas no contexto atual e no futuro.

A proposição foi despachada à CDH e seguirá à Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção das pessoas idosas, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

No mérito, a proposição representa um avanço significativo na proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa ao reconhecer, de forma explícita, a importância da inclusão digital como instrumento essencial da cidadania moderna. De fato, a exclusão digital tende a aprofundar desigualdades já existentes, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como é o caso da população idosa.

Ao propor a inserção do direito à inclusão digital no Estatuto da Pessoa Idosa, a iniciativa reforça o compromisso do Estado com a efetivação

da dignidade da pessoa humana, princípio fundante da República, e com a promoção da igualdade material, exigindo políticas públicas voltadas à superação das barreiras tecnológicas enfrentadas por essa faixa etária.

Além disso, a proposta tem o mérito de tratar a inclusão digital de maneira abrangente, ao prever não apenas o acesso às tecnologias, mas também ações educativas, proteção de dados pessoais e atenção à saúde mental diante das transformações digitais. Essa abordagem integral contribui para garantir que a pessoa idosa possa exercer seus direitos de forma autônoma, segura e informada, evitando tanto a marginalização tecnológica quanto os riscos decorrentes do uso inadequado das tecnologias.

Por fim, ao envolver a família, a sociedade e o poder público na promoção da inclusão digital, a proposição reafirma a responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, onde o envelhecimento seja tratado com respeito, cuidado e participação.

### III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.792, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

10





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 474/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 8.251, de 2017, da Câmara dos Deputados, que “Altera a alínea a do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão ‘serviço social’ por ‘assistência social’”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/11/2023 14:37:41.790 - MESA

DOC n.1274/2023



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 5329/2023 [3 de 4]



LexEdit



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5329, DE 2023

(nº 8251/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social”.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1584928&filename=PL-8251-2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1584928&filename=PL-8251-2017)



[Página da matéria](#)



Altera a alínea a do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão "serviço social" por "assistência social".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A alínea a do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136. ....

.....

III - .....

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- art136\_cpt\_inc3\_alii1

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.329, de 2023 (PL nº 8.251, de 2017, na Casa de origem), da Deputada Maria do Rosário, que *altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social”*.

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 5.329, de 2023 (PL nº 8.251, de 2017, na Casa de Origem), de autoria da Deputada Maria do Rosário.

A proposição pretende, no art. 1º, alterar a alínea “a” do inciso III do *caput* do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), para substituir a expressão “serviço social” por “assistência social. O art. 2º trata de cláusula de vigência, que é imediata.

Em suas razões, a autora menciona que as expressões “serviço social” e “assistência social” não se confundem, sendo a segunda a mais correta para designar a “política pública prevista na Constituição Federal e direito de cidadãos e cidadãs, assim como a saúde, a educação, a previdência social etc. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constituindo-se como uma das áreas de trabalho de assistentes sociais”. Por este motivo, faz-se necessário ajuste no ECA, para evitar que a imprecisão cause prejuízos às crianças e adolescentes, caso a lei seja interpretada de forma literal.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matéria referente à proteção à infância e à juventude, o que torna regimental o exame do projeto.

Relativamente à **constitucionalidade**, não há empecilho quanto à iniciativa de lei, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente à seguridade social, nos termos do art. 22 da Lei Maior.

No tocante à **juridicidade**, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

A proposição também atende aos requisitos de **técnica legislativa**, em especial da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

O **mérito** do projeto é inquestionável. O art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e a serem colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em observância desse mandamento constitucional, o ECA confere diversas funções ao Conselho Tutelar, das quais destacamos a que consta da alínea “a” do inciso III do art. 136, que estabelece que é atribuição do Conselho promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, **serviço social**, previdência, trabalho e segurança.

O **serviço social** geralmente designa as atividades profissionais exercidas por assistentes sociais. Quando analisamos a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre essa profissão, percebemos que a expressão tanto pode designar o curso de nível superior correspondente como o próprio âmbito de atuação dos assistentes sociais.

A **Assistência Social**, por sua vez, é um dos pilares da Seguridade Social, direito reconhecido pela Constituição a quem dela necessitar, conforme o art. 203.

A atuação profissional de assistentes sociais é relevante, mas não esgota todas as políticas públicas e ações de assistência social, que compreendem, entre outras, a concessão de prestações financeiras como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o acesso a serviços de proteção social prestados de modo interdisciplinar por profissionais de diversas áreas do conhecimento, entre elas, Antropologia, Pedagogia, Sociologia e Direito. Essas são as categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais, de acordo com as normas estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em outras palavras, se a Assistência Social compreende um conjunto de ações mais abrangente que o domínio do Serviço Social, não se sustenta a limitação atual que o projeto pretende corrigir.

A alteração, portanto, não é justificada por mero preciosismo terminológico. Com a mudança proposta, o risco de uma interpretação literal subsidiar uma resposta negativa a uma demanda formulada por Conselho Tutelar em favor de criança ou adolescente será sensivelmente reduzido.

### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei nº 5.329, de 2023, e, no mérito, por sua **aprovação**.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

11





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2388732&filename=PL-385-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2388732&filename=PL-385-2024)



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 89 e 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 89. A função de membro dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Lei de cada ente da Federação disporá, respeitadas as disposições previstas no art. 89-A desta Lei, sobre a perda da função de membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente respectivo.”(NR)

“Art. 260-I. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais divulgarão amplamente à sociedade:

.....

Parágrafo único. As informações de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo deverão compor relatório detalhado acerca das atividades de cada Conselho a ser obrigatoriamente





apresentado e divulgado, no mínimo, em periodicidade semestral.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 89-A:

“Art. 89-A. São deveres fundamentais dos membros dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais:

I - promover a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;

II - respeitar e cumprir a Constituição Federal, as leis e as demais normas estabelecidas;

III - zelar pelo prestígio, pelo aprimoramento e pela valorização do respectivo Conselho, bem como pela preservação de suas prerrogativas;

IV - exercer a função de membro de Conselho com dignidade e respeito aos princípios e às normas que regem a administração pública e com boa-fé, probidade, zelo e eficiência para produzir os resultados esperados pela sociedade;

V - apresentar-se ao Conselho respectivo e participar das sessões, das reuniões e dos demais compromissos nos termos da lei ou do regimento aplicável;

VI - examinar e avaliar todos os assuntos, questões, projetos e expedientes





submetidos a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII - tratar com respeito os demais membros do Conselho respectivo, os agentes e servidores públicos e as demais pessoas com as quais mantenham contato no exercício da função;

VIII - prestar contas do exercício da função de membro de Conselho à sociedade e aos Poderes, órgãos e entidades públicos na forma da lei, disponibilizando as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à fiscalização pertinentes;

IX - respeitar as decisões legítimas dos Poderes, órgãos e entidades públicos.

Parágrafo único. O descumprimento de dever fundamental de que trata o *caput* deste artigo sujeitará os membros dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal ou municipais à perda da função por meio de processo administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório, ou por decisão judicial nos termos da lei."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 4 de agosto de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 460/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 385, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 06/08/2025 18:42:17.557 - Mesa

DOC n.858/2025



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)  
- 8069/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
  - art89
  - art260-9



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 385, de 2024, da Deputada Laura Carneiro, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Vem para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 385, de 2024, proveniente da Câmara dos Deputados.

A proposição almeja alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA) para regular com mais precisão os deveres de membros dos Conselhos nacional, estaduais, distrital e municipais de direitos da criança e do adolescente, bem como para comandar a divulgação de informações pelos mesmos Conselhos.

Para tanto, o primeiro artigo da proposição adiciona parágrafo ao art. 89 do ECA, estabelecendo que cada ente da federação legisle sobre a perda da função de membro do respectivo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

Adiciona, ainda, parágrafo único ao art. 260-I do ECA para determinar que as informações de que tratam os incisos IV, V e VI de seu caput componham relatório detalhado a ser apresentado e divulgado semestralmente. Os incisos mencionados se referem à divulgação de projetos



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

aprovados, ao total de recursos recebidos, discriminados por projeto beneficiado, e à avaliação de seus resultados. Outrossim, há ligeira alteração no caput do art. 260-I, substituindo-se a expressão “comunidade” pela expressão “sociedade”.

Em seguida, o art. 2º da proposição adiciona o art. 89-A ao Estatuto para prescrever, em nove incisos, os deveres fundamentais dos membros dos Conselhos a que temos nos referido. Seu parágrafo único remete o descumprimento desses deveres a processo administrativo regulado pela legislação (nacional, estadual, distrital e municipal) atinente à perda da função de Conselheiro, legislação cuja existência foi determinada pelo novo parágrafo único do art. 89, que a proposição cria, como foi visto.

O art. 3º do Projeto de Lei nº 385, de 2024, estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em suas razões, a deputada autora aduz que “muitos desses conselhos, em que pese a sua representação paritária e o vultoso aporte de recursos, não funcionam adequadamente”, fazendo-se necessário regular a perda da função de membro de Conselho de Direitos de Criança ou Adolescente.

Após seu exame por esta Comissão, a matéria seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão o dever de examinar matéria relativa à proteção de crianças e de adolescentes, o que torna regimental este exame.

Como a matéria ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos direcionar nossa análise para ótica dos Direitos Humanos.

A ideia da proposição é a de fortalecer a atuação dos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente. E faz isso respeitando as competências legislativas dos entes federados que sediam Conselhos de Direitos, conforme seja a legislação local.





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

A ideia é razoável e oportuna, com disposições alinhadas com as melhores expectativas que se deve ter acerca da função pública. O resultado advindo será benéfico para o desempenho da nobre função de membro de Conselho de Direitos de Criança e de Adolescente.

Cumpra observar que se trata de público-alvo vulnerável. Nessa medida, a proposição é nitidamente protetiva e deve proporcionar a melhora da qualidade da atenção recebida, em todos os níveis, pelas crianças e pelos adolescentes. De igual forma, os Conselheiros também serão beneficiados no desempenho de suas funções.

O art. 1º da proposição não declina seu objeto e âmbito de aplicação conforme determinado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, razão pela qual ofereceremos pequena emenda de redação, que, por óbvio, em nada altera a proposição.

### III – VOTO

Conforme as razões trazidas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 385, de 2024, com a seguinte **emenda de redação**:

#### **EMENDA Nº - CDH (REDAÇÃO)**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 385, de 2024, a seguinte redação, renumerando-se em seguida os demais:

“Art. 1º Esta Lei prescreve deveres funcionais de membros dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais e determina sua responsabilização administrativa conforme lei do ente federado que sediar o respectivo Conselho.”

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

, Relator

12



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

**AUTORIA:** Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que *dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o atual parágrafo único:

“**Art. 2º** .....

.....

§ 2º As bibliotecas das escolas públicas de educação básica brasileiras oferecerão em seus acervos, de acordo com previsão orçamentária, obras que abordem temáticas em defesa da equidade de gênero e da proteção das mulheres.” (NR)

**Art. 2º** Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Respeito às mulheres também se aprende na escola – sobretudo no Brasil, onde esse tipo de violência lamentavelmente ainda é uma realidade cotidiana. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil.





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Esse número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. Além disso, a edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios da população em geral apresentou queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021. Por fim, outro dado igualmente alarmante: do total de feminicídios registrados em 2021, dois terços foram de mulheres negras.

Para enfrentar esse cenário, a escola pode cumprir um papel importante, não apenas abordando essa realidade no currículo, mas também oferecendo em suas bibliotecas obras que tratem das temáticas em defesa da equidade de gênero e da proteção das mulheres. Desse modo, oportunizar que toda a comunidade escolar possa acessar material a respeito do assunto, sobretudo os estudantes, seus pais e responsáveis.

Viabilizar essa ferramenta importante de combate à violência de mulheres e meninas é atuar preventivamente, educando a sociedade como um todo e avançando nessa luta de forma didática e educativa ao inserir essa temática nas escolas.

Com essa intenção é que apresentamos este Projeto de Lei, no intuito de fomentar que iniciativas nesse sentido, a exemplo da “*Prateleira Maria da Penha*”, lançada recentemente no Estado do Ceará, também possam se disseminar como realidade nos demais entes subnacionais.

Pedimos apoio das nobres Senadoras e dos nobres Senadores para a aprovação do Projeto.

Sala das Sessões,

Senadora AUGUSTA BRITO



---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.244, de 24 de Maio de 2010 - Lei das Bibliotecas; Lei da Biblioteca Escolar - 12244/10

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12244>

- art2



SENADO FEDERAL  
*Gabinete da Senadora Ivete da Silveira*

## **PARECER Nº       , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 577, de 2024, da Senadora Augusta Brito, que *altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 577, de 2024, que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para determinar que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

Para isso, a proposição acrescenta um segundo parágrafo ao *caput* do art. 2º da Lei nº 12.244, de 2010, determinado que os acervos das bibliotecas das escolas públicas de educação básica ofereçam, conforme previsão orçamentária, “obras que abordem temáticas em defesa da equidade de gênero e da proteção das mulheres”.

O art. 2º da proposição põe em vigor lei que de si resulte na data de sua publicação.



Em suas razões, a autora aponta impressionantes números de violência contra a mulher no ano de 2022: mais de dez mulheres violentamente mortas por dia em nosso País; enquanto os homicídios caíam, em 2022, os feminicídios aumentavam. E de cada três mulheres assassinadas, duas eram negras. A autora sintetiza sua ideia normativa na frase com que abre suas razões: “Respeito às mulheres também se aprende na escola”.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão e, em seguida, irá ao exame terminativo da Comissão de Educação e Cultura.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

A análise da matéria é regimental, pois o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê o exame, por esta Comissão, de matéria atinente aos direitos da mulher.

Não se vê qualquer óbice na matéria. Ao contrário, a proposição se ambienta muito bem em nosso ordenamento constitucional e jurídico. Apoia-se sobre ideias generosas e que, ademais, encontram eco na sociedade – tanto as de justiça quanto a da leitura como meio para motivar a coexistência humana. Nem só de violência vive o Brasil – ele vive também de sua capacidade de reagir a ela. A proposição é uma excelente ideia normativa – digna do Brasil.

Faremos apenas um pequeno reparo na proposição para adequar seu art. 1º às determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

## III – VOTO

Pelas razões demonstradas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 577, de 2024, com a seguinte emenda:

### EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 577, de 2024, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 1º Esta Lei determina a presença no acervo das bibliotecas das escolas públicas de educação básica de obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

13



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

**AUTORIA:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI)



[Página da matéria](#)

Minuta

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho entre as ações, os esforços e as campanhas relacionados ao Agosto Lilás.

**Art. 2º** O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“**Art. 3º**

*Parágrafo único.*

IV – o Projeto Abrigo Vermelho, que consiste na instalação de dispositivos de monitoramento de segurança pública, em pontos de embarque e de desembarque de veículos de transporte coletivo urbano, localizados em áreas de maior insegurança para as usuárias, de forma contínua e permanente, nos termos do regulamento.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos inúmeros esforços pelo fim da violência contra a mulher, é constrangedor perceber que se locomover pelas cidades brasileiras (especialmente as grandes) ainda é especialmente perigoso para as cidadãs.

Infelizmente, são frequentes os relatos de usuárias do transporte coletivo urbano submetidas a situações de violência nos pontos



de embarque e de desembarque de passageiros, sobretudo à noite. Não raro, elas precisam esperar, por longos períodos, a chegada do próximo veículo, em locais sem movimento e mal iluminados. Por isso, ficam expostas à ação de criminosos pelo simples fato de não terem alternativa de transporte.

Aqui convém dizer que veículos de transporte coletivo não são apenas os ônibus. A depender da cidade, também há uso de metrô, de veículos leves sobre trilhos e de embarcações.

De acordo com a pesquisa "Meu Ponto Seguro", realizada pela Think Olga e pela ASK-AR, divulgada no ano de 2019, quase oito em cada dez mulheres entrevistadas afirmaram que já se sentiram inseguras ao esperar transporte público em um ponto de ônibus na cidade em que moram. Uma das conclusões da pesquisa foi apontar que os pontos de ônibus são alguns dos locais onde as mulheres se sentem mais inseguras nas cidades.

Outro estudo realizado em nove capitais do País no ano de 2021 pelos Institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber e da ONU Mulheres, revelou que setenta e um por cento das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência durante seus deslocamentos.

Os pontos de ônibus, em particular, são percebidos como espaços de vulnerabilidade extrema, devido à ausência de policiamento, de iluminação pública inadequada e de falta de mecanismos de auxílio ou de socorro. Assim, a instalação de dispositivos de monitoramento em pontos críticos pode reduzir a sensação de insegurança e estimular o uso do transporte público por mulheres.

Em São Paulo, o problema inspirou uma proposta intitulada *Abrigo Amigo*, que consiste na instalação, em determinados pontos de ônibus, de painel interativo, conectado à internet e equipado com câmera noturna, com microfone, com sensor de presença e com botão virtual. Ao ser acionado, o sistema inicia uma videochamada com uma atendente, que oferece companhia e ajuda em caso de necessidade, inclusive para acionar os serviços de segurança pública. Trata-se de uma inovadora ideia, fruto de uma bem-sucedida parceria entre o governo estadual e a empresa Eletromídia, que, inclusive, foi agraciada pela campanha, em 2023, com o prêmio Leão de Ouro, em Cannes, na categoria Mídia.

Cientes de relatos aterrorizantes, mas, também, de iniciativas inspiradoras como a que nos referimos anteriormente, buscamos oferecer uma solução para aumentar a segurança das mulheres brasileiras. Nossa ideia é incluir o Projeto *Abrigo Vermelho* entre as ações e estratégias do Agosto Lilás. O referido Projeto consiste na instalação de dispositivos eletrônicos nos pontos de embarque e de desembarque monitorados pelos órgãos de Segurança Pública em áreas urbanas identificadas como de maior insegurança para as usuárias do transporte coletivo urbano.

Entendemos que a iniciativa respeita o pacto federativo ao não



impor diretamente obrigações aos entes subnacionais, limitando-se a delinear diretrizes gerais que podem ser adotadas voluntariamente por estados e por municípios. Isso porque cabe a estados, ao Distrito Federal e aos municípios a operação do sistema de transporte coletivo e, ainda, compete aos municípios a instalação de equipamentos de infraestrutura urbana.

Veja-se: é dos municípios a faculdade de, por meio de regulamento, identificar os fatores relevantes para a implantação de cada ponto de embarque e desembarque, bem como detalhar que tecnologias deverão estar presentes em cada abrigo, com o objetivo de ajustá-lo à realidade local e à sua disponibilidade orçamentária. Além disso, é de competência preponderante dos municípios pôr em prática e fiscalizar a execução da política pública planejada.

No mesmo sentido, a Lei 12.587, de 2012, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, atribui aos estados a responsabilidade por gerir e por integrar os aglomerados urbanos e as regiões metropolitanas, além de prestar serviços de transporte coletivo intermunicipal urbano.

Dessa forma, optamos por um desenho normativo que, de um lado, preserva a competência do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios para dispor sobre a operação de transporte coletivo urbano e intermunicipal e sobre a infraestrutura urbana e, de outro, projeta para um futuro próximo as linhas gerais de uma ação que garantirá, quando efetivamente implementada pelos entes federados subnacionais, a proteção a todas as mulheres que precisarem fazer uso de transporte coletivo urbano para circular pelas cidades brasileiras.

Assim, solicitamos o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora JUSSARA LIMA



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012 - Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana;  
Lei de Mobilidade Urbana - 12587/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12587>
- Lei nº 14.448 de 09/09/2022 - LEI-14448-2022-09-09 - 14448/22  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14448>
  - art3\_par1u





SENADO FEDERAL  
*Gabinete da Senadora Ivete da Silveira*

## **PARECER Nº       , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 979, de 2025, da Senadora Jussara Lima, que *altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

### **I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 979, de 2025, de autoria da Senadora Jussara Lima, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que inclui o Projeto Abrigo Vermelho entre as ações relacionadas ao mês de proteção à mulher, o Agosto Lilás.

O projeto modifica o parágrafo único do art. 3º dessa Lei, introduzindo inciso que dispõe sobre a instalação de aparelhos de monitoramento contínuo nos pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo urbano identificados como inseguros para as mulheres, conforme regulamentação específica.

A proposição prevê vigência imediata para a lei resultante.

Na justificativa, a autora enfatiza os constantes relatos de violência enfrentados pelas usuárias de transporte público, destacando a necessidade de iniciativas para garantir a segurança das mulheres nesses espaços.

A matéria foi encaminhada para análise da CDH e da Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Até o momento, a proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção aos direitos das mulheres, razão pela qual a análise da matéria pela Comissão dá-se em conformidade com o Regimento.

A proposta encontra respaldo em pesquisas sobre violência em espaços públicos, especialmente em transporte coletivo. Dados recentes indicam que a violência de gênero nesses ambientes é alarmante, afetando de maneira significativa a liberdade e a segurança das mulheres.

As pesquisas destacam que uma mulher é vítima de assédio nas ruas a cada 1,5 segundo; além disso, uma mulher sofre violência física em espaços públicos a cada 7,2 segundos no Brasil. Ademais, 54% das mulheres já sofreram importunação ou assédio sexual dentro de ônibus em algum momento de suas vidas e 51% não se sentem seguras enquanto aguardam em pontos de ônibus, locais frequentemente identificados como ambientes de extrema vulnerabilidade. Apontam, ainda, que 63,6% das mulheres evitam chegar ou sair de casa muito tarde por receio de violência, e cerca de uma em cada quatro mulheres deixa de usar transporte público por motivos de segurança.

Vê-se, portanto, que a medida pretendida pelo PL constitui política pública relevante e oportuna, pois lida com temas caros aos direitos das mulheres, notadamente o exercício pleno do direito à liberdade de ir e vir. Além disso, aborda uma questão relevante acerca das desigualdades econômicas de gênero, uma vez que o transporte coletivo é fundamental para o acesso a oportunidades de emprego e educação, bem como a serviços públicos essenciais.

Vale ressaltar que projetos semelhantes ao Abrigo Vermelho já demonstraram eficácia significativa em outros países. Destacam-se o projeto-piloto de monitoramento por câmeras em tempo real, em Londres, Reino

Unido, e a instalação, nos ônibus, de câmeras e botões de emergência conectados diretamente às forças policiais, em Nova Délhi, Índia.

No Brasil, o programa "Abrigo Amigo", implementado em São Paulo, que utiliza painéis digitais interativos e botão de emergência, registrou mais de 3 mil chamadas de socorro desde sua implantação em 2021, reduzindo efetivamente os episódios de violência. O programa inspirou iniciativas similares em outros municípios do País, como Campinas, Rio de Janeiro e Cuiabá.

A proposta respeita plenamente o ordenamento constitucional, sobretudo o pacto federativo, uma vez que as diretrizes gerais poderão ser adaptadas por estados e municípios conforme suas realidades e capacidades orçamentárias.

Tendo isso em vista, conclui-se que o Projeto Abrigo Vermelho representa um avanço essencial para garantir a segurança e os direitos das mulheres, alinhando-se às melhores práticas nacionais e internacionais de enfrentamento à violência de gênero.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 979, de 2025.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

14



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1986, DE 2025

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida.

**AUTORIA:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI)



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 16.** Nas ações públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, somente será admitida renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, mediante prévia solicitação da própria ofendida, e desde que, antes do recebimento da denúncia, seja ouvido o Ministério Público.

Parágrafo único. O não comparecimento da ofendida à audiência prevista no *caput* não implica retratação ao direito de representação.”  
(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Como é sabido, a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), admite a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, desde que oferecida antes do recebimento da denúncia.

Contudo, de forma completamente contrária ao espírito da Lei, muitos juízes têm designado, de ofício, referida audiência, ainda que não tenha havido qualquer manifestação da vítima. Na prática, a jurisprudência de alguns



Tribunais pátrios estabeleceu que a audiência do art. 16 da Lei Maria da Penha é obrigatória em todos os casos de ação pública condicionada, a exemplo dos crimes de ameaça, calúnia, difamação etc.

O mesmo ocorre quanto ao entendimento desses Tribunais de que é admissível a retratação tácita ou a renúncia do direito de representação mediante o não comparecimento da mulher vítima de violência doméstica a essa audiência do art. 16.

A toda evidência, referidos entendimentos são completamente contrários ao texto constitucional e às obrigações internacionais que o Brasil se obrigou a cumprir para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Estamos de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), na ADI 7267/DF, e com o Superior Tribunal de Justiça, no Tema 1167 dos Recursos Repetitivos, que dispuseram que a função da referida audiência é justamente de permitir que a vítima, assistida por equipe multidisciplinar, possa livremente expressar sua vontade. Diante disso, não cabe ao juiz designar, de ofício, a audiência se a própria ofendida não a requereu.

Diante desse quadro, havemos por bem apresentar esta proposição legislativa, que atende às jurisprudências mencionadas e, seguramente, aprimora a legislação de combate à violência doméstica e familiar.

Por essas razões, pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora JUSSARA LIMA



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
- art16





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, da Senadora Jussara Lima, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida.*

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 1.986, de 2025, de autoria da Senadora Jussara Lima, que “altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida”.

O PL propõe alterar o art. 16 da Lei Maria da Penha para estabelecer que, nas ações penais públicas condicionadas à representação da vítima, somente será admitida renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, mediante prévia solicitação da própria ofendida, e desde que, antes do recebimento da denúncia, seja ouvido o Ministério Público. A proposta também prevê que o não comparecimento da vítima à audiência não será interpretado como retratação tácita.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Na justificação, a autora sustenta que juízes têm designado de ofício a audiência do art. 16 da Lei Maria da Penha e que tribunais admitem a renúncia tácita pela ausência da vítima, práticas contrárias à Constituição e aos compromissos internacionais do Brasil. Amparada na ADI 7267/DF do STF e no Tema 1167 do STJ, afirma que a audiência só deve ocorrer se solicitada pela ofendida, de modo a garantir sua autonomia, e que o projeto busca positivar esse entendimento para fortalecer a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.

Após a análise desta Comissão, a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

**II – ANÁLISE**

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno.

A proposta surge como resposta legislativa a duas distorções identificadas na prática forense: (i) a designação de ofício da audiência pelo juiz, ainda que a vítima não tenha manifestado interesse em renunciar à representação; e (ii) a interpretação do não comparecimento da vítima à audiência como retratação tácita, levando à extinção da punibilidade do agressor sem manifestação expressa da parte interessada.

Essas práticas foram repudiadas pelos tribunais superiores. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema Repetitivo nº 1167, fixou o entendimento de que a audiência do art. 16 somente deve ser realizada quando houver manifestação prévia da vítima no sentido de renunciar à representação.

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, na ADI 7267/DF, declarou a inconstitucionalidade tanto da designação de ofício ou a requerimento de outra parte da audiência para renúncia à representação pela vítima de violência doméstica, como também da presunção de renúncia ou retratação tácita pelo não comparecimento à audiência designada para esse fim.



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

A Corte reconheceu que tais práticas violam o princípio da dignidade da pessoa humana, a autonomia da vontade da mulher e os compromissos internacionais firmados pelo Brasil na Convenção de Belém do Pará.

O mérito do projeto, portanto, é inegável: ele corrige distorções relevantes e reforça a proteção legal da vítima, transformando em norma expressa aquilo que hoje depende de interpretação jurisprudencial, com o objetivo de evitar que práticas revitimizantes persistam nos graus inferiores de jurisdição, que nem sempre respeitam a jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores. Trata-se de medida constitucionalmente legítima e alinhada à política pública de enfrentamento à violência de gênero.

No entanto, a redação proposta no PL pode ser aprimorada, a fim de conferir maior clareza à ordem e à natureza dos requisitos para a renúncia à representação. O uso das expressões “desde que” e “seja” abre margem a interpretações equivocadas, sobretudo quanto à possibilidade de a oitiva do Ministério Público, se realizada antes do recebimento da denúncia, autorizar a retratação em momento posterior, em desacordo com a lógica do dispositivo. Para evitar tais distorções, apresentamos emenda com ajustes de redação ao *caput* do art. 16 da Lei Maria da Penha.

Cumprе registrar, ainda, que a abrangência prática da proposição é limitada, pois a maioria dos crimes praticados contra mulheres em contexto doméstico já é processada por ação penal pública incondicionada, sobretudo após a recente alteração legislativa que, em 2024, tornou incondicionada a ação do crime de ameaça quando cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

Diante disso, também apresentamos emenda para estabelecer que os crimes contra a honra, quando praticados no âmbito da Lei Maria da Penha, sejam processados por ação penal pública condicionada à representação. A alteração retira da vítima o ônus exclusivo da queixa-crime, que impõe custos financeiros, necessidade de advogado e sujeição a prazos decadenciais curtos, ao mesmo tempo em que preserva sua autonomia quanto à persecução penal.



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Além disso, a emenda amplia o alcance do presente PL, de modo a estender aos crimes contra a honra as garantias de que a audiência de retratação só pode ocorrer mediante solicitação da ofendida e de que o não comparecimento não pode ser interpretado como renúncia tácita.

Assim, o Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, ao lado das emendas ora propostas, consolida em texto legal garantias já reconhecidas pela jurisprudência e amplia o alcance do art. 16 da Lei Maria da Penha, fortalecendo a proteção da dignidade da mulher e a efetividade da política pública de enfrentamento à violência de gênero.

**III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, e das seguintes emendas.

**EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)**

Dê-se ao *caput* do art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, a seguinte redação:

“**Art. 16.** Nas ações públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, somente será admitida renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada para essa finalidade, mediante prévia solicitação da própria ofendida, apresentada antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

.....” (NR)

**EMENDA Nº - CDH**



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, renumerando-se como 3º o atual art. 2º:

“**Art. 2º.** O art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 145.** .....  
.....

§ 2º Procede-se mediante representação quando os crimes previstos neste Capítulo forem praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A.’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

O PL altera a Lei Maria da Penha o art. 16, que está sendo modificado para deixar claro que, em caso de renúncia à representação, quando o se tratar de crime de perseguição, será necessária solicitação expressa da própria ofendida. Além disso, a ausência da vítima não confere retratação tácita.

15

16





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Art. 1º** Esta Lei estabelece a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais (PNAPAPS-PCT).

*Parágrafo único.* A execução da PNAPAPS-PCT observará o disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que disciplina o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; na Política Nacional de Meio Ambiente, criada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA); na Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB); na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reforça a autonomia de decisão dos povos e comunidades tradicionais e nos programas de promoção à soberania e segurança alimentar e nutricional executados em todo o território nacional, podendo articular entre os entes da Federação medidas já contempladas sob essas normas e abranger novas iniciativas baseadas nesta Lei.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – Territórios Tradicionais (demarcados ou não): os espaços necessários a reprodução física, cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Soberania Alimentar: realização do direito dos povos em definirem as políticas que os afetam com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir, garantindo a soberania sobre a sua cultura e sobre os bens da natureza e constituindo princípio fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Segurança Alimentar e Nutricional: realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

V – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras;

VI – Alimentos da Sociobiodiversidade: envolvem a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais (agrobiodiversidade) e o uso e o manejo destes recursos junto com o conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares;

VII – Autoconsumo/consumo familiar: consumo de alimentos da sociobiodiversidade de forma tradicional que abrange:



SF/21250.26080-72



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

- a) a produção de alimentos para consumo familiar;
- b) a venda ou o fornecimento a retalho ou a granel de produtos da produção primária, direto ao consumidor final;
- c) a agroindustrialização, inclusive quanto às condições estruturais e de controle de processo.

VIII – Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

**Art. 3º** A Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais observa os seguintes princípios:

I – a visão multidimensional da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo aspectos ambientais, culturais, econômicos, sanitários e sociais;

II – o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação, em consonância com o art. 6º da Constituição Federal de 1988;

III – a conscientização de produtores, distribuidores e consumidores a respeito da importância da segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais;

IV – a responsabilidade compartilhada sobre os alimentos, desde a sua produção até seu consumo e descarte final;

V – a cooperação entre os entes da Federação, organizações com e sem fins lucrativos, bem como os demais segmentos da sociedade, respeitados os princípios da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e do atendimento ao interesse público;



SF/21250.26080-72



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

VI – a conciliação entre focalização de recursos e universalização de direitos, segundo critérios de justiça social que não admitam prejuízo absoluto a nenhuma dessas perspectivas, de modo a atender às necessidades de povos e comunidades tradicionais adequadamente.

CAPÍTULO III  
DOS OBJETIVOS

**Art. 4º** A Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais tem como objetivos promover:

I – acesso a mercados para os produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia provenientes das organizações econômicas de povos e comunidades tradicionais;

II – sistemas produtivos de interesse de povos e comunidades tradicionais que valorizem suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem;

III – pesquisas para entender o uso e os processos de gestão dos principais sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais;

IV – ações de educação contextualizada, agroecologia e organização social que promovam os sistemas produtivos e alimentícios desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais, valorizando o conhecimento local e o empoderamento desses grupos;

V – intercâmbio de experiências em organização social, sistemas agroecológicos e produtos da sociobiodiversidade entre povos e comunidades tradicionais;

VI – articulação de estratégias entre o Governo Federal e os Fóruns Nacionais e Estaduais de Agroecologia, Educação Ambiental e Economia Solidária que favoreçam o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais;



SF/21250.26080-72



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

VII – ações de crédito e assistência técnica e extensão rural de base agroecológica voltadas para o desenvolvimento de sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais;

VIII – implantação de um Sistema Nacional de Informações de Produtos da Agrobiodiversidade dos povos e comunidades tradicionais (SINPA-PCT).

*Parágrafo único.* O Poder Público federal fica autorizado a estabelecer programas de cooperação federativa e parcerias com os estados, o Distrito Federal, os municípios e entes privados, a fim de alcançar os objetivos da Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais.

**Art. 5º** Os Povos e Comunidades Tradicionais, definidos conforme o art. 2º desta Lei, estão isentos do pagamento de Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO IV  
DOS INSTRUMENTOS

**Art. 6º** Os programas de promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais devem priorizar os seguintes instrumentos:

I – a difusão de informações, nos meios de comunicação, sobre a história e a função social dos alimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais;

II – a inclusão, nas atividades do ensino fundamental e médio, de conteúdos que valorizem as tradições alimentares de povos e comunidades tradicionais, bem como que promovam a discussão sobre a educação alimentar e nutricional;

III – a capacitação dos agentes públicos responsáveis pela execução de programas de assistência técnica e extensão rural, compras públicas e promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais;



SF/21250.26080-72



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

IV – a regular inclusão de receitas típicas de povos e comunidades tradicionais nos cardápios dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, e suas respectivas redes;

V – o planejamento, o contínuo monitoramento e a avaliação de resultados de cada programa de promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais, segundo indicadores e metas pré-estabelecidos, e a divulgação destas informações à sociedade, obrigatórios quando houver a utilização de recursos públicos;

VI – assistência técnica voltada para o desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 7º** Fica instituída a obrigatoriedade de inclusão de alimentos da sociobiodiversidade na alimentação de que trata a Lei nº 11.947, de 2009, que estabelece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em percentual mínimo obrigatório de 5% das compras realizadas.

*Parágrafo único.* O regulamento poderá estabelecer, além do percentual mínimo de compra de 5% de alimentos da sociobiodiversidade que deverá ser ofertado pelo PNAE, percentual maior com base em estudos que identifiquem a capacidade produtiva existente para atender à demanda de consumo em cada Estado da Federação.

**Art. 8º** Serão simplificadas as exigências documentais para acesso a políticas públicas que visam a criar condições para garantir a segurança alimentar aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais.

§ 1º Em processos de compra pública, doação simultânea e alimentação escolar, quando a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem no mesmo território, em territórios próximos com relações tradicionais ou ainda forem oriundos e destinados para os mesmos povos e



SF/21250.26080-72



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

comunidades, adequando-se o conceito de autoconsumo e família estendida, dispensa-se o atesto dos órgãos de vigilância animal e sanitária, aplicando-se o respeito aos métodos tradicionais de produção e consumo, bem como o pressuposto de que o encurtamento do circuito de comercialização e o manuseio tradicional diminuem o risco sanitário, ao tempo que garantem maior qualidade alimentar e nutricional.

§ 2º Em processos de compra pública, doação simultânea e alimentação escolar, se houver uma única pessoa jurídica no território do povo ou comunidade tradicional e se a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem nessa mesma terra, será dispensado o chamamento público.

§ 3º As Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para pessoas físicas de povos ou comunidades tradicionais podem ser substituídas pelas Certidões de Atividade Rural ou outros documentos comprobatórios simplificados que já sejam emitidos pelos órgãos oficiais.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for necessário à sua aplicação.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A soberania e a segurança alimentar e nutricional, atualmente, tem se tornado uma preocupação para a sociedade brasileira. A grave crise econômica por que passa o País nos últimos anos foi um dos fatores decisivos para que o Brasil tenha retornado ao triste mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2017, situação que tem se agravado desde então.

Outro desafio para a soberania e a segurança alimentar e nutricional brasileira está relacionado aos hábitos alimentares da população e seus meios de produção. Nesse contexto, no âmbito de diversas reuniões nos anos de 2016 e 2017 realizadas no Ministério Público Federal do Amazonas, alguns problemas graves foram mencionados para a qualidade da alimentação de povos e comunidades tradicionais, a exemplo da ausência ou



SF/21250.26080-72



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

insuficiência de alimentação escolar nos territórios de povos e comunidades e de alimentos ofertados com prazos de validade vencidos.

Mesmo nos casos em que há efetiva entrega da alimentação escolar nas aldeias, bem como nas comunidades tradicionais, diversas são as denúncias de que muitas vezes a comida ofertada não atende à cultura e à tradição indígenas. De acordo com essas fontes, é comum que produtos processados e ultraprocessados, muitas vezes enlatados, estejam presentes na alimentação escolar consumida por povos e comunidades tradicionais.

Entre os prejuízos culturais e sanitários citados pelos indígenas, decorrentes da não observância de sua cultura e tradições alimentares, podem-se elencar: interferência nos hábitos alimentares ocasionando a recusa de crianças indígenas aos alimentos tradicionalmente produzidos em seus espaços socioculturais; aumento exponencial de casos de diabetes, pressão alta, entre outras doenças crônicas não transmissíveis pelo alto consumo de alimentos ultraprocessados; abandono gradativo das práticas de cultivo tradicionais e desinteresse dos mais jovens.

Na perspectiva ambiental, pode-se considerar que o fornecimento de alimentos industrializados em terras indígenas gera um aumento exponencial de resíduos (lixo não orgânico) nas aldeias, que em sua imensa maioria não possuem formas adequadas de descarte de referidos resíduos (sacos plásticos, latas, entre outros). Tais impactos prejudicam diretamente o bem viver destes povos originários, ao tempo em que causam prejuízos socioambientais e sanitários graves nas aldeias.

Dentre as medidas que já têm sido implementadas para combater os referidos malefícios, cita-se a experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) indígena no Amazonas, sob a responsabilidade da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA), que mostrou diversos resultados positivos da ampla inserção de produtos da alimentação tradicional desses povos na alimentação escolar, incluindo produtos de origem animal e processados vegetais, com adequação das normas sanitárias à cultura e tradição desses povos. Entre os benefícios observados, citam-se: a geração de renda; a valorização da biodiversidade e do etnoconhecimento local; a melhoria da qualidade da alimentação nas escolas, contribuindo, assim, com a soberania e a segurança alimentar e nutricional; e o direito humano à alimentação adequada (DHAA) com impacto direto na saúde humana, das comunidades,



SF/21250.26080-72





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

o incentivo à economia local, e a redução de gastos públicos e de impacto ambiental.

Importante também registrar que a valorização dos alimentos de povos e comunidades tradicionais foi reconhecida, em 2020, pelo Prêmio Innovare. Na oportunidade, reconheceu-se o trabalho da CATRAPOA para viabilizar a oferta de alimentação regional e saudável na alimentação escolar nos municípios do Estado do Amazonas, com foco nos hábitos tradicionais de consumo de produtos de origem animal e vegetal processada produzidos pelos povos indígenas, incluindo os que formam a base de sua alimentação, como farinha de mandioca, beiju, peixe, polpas de frutas.

Entendemos que a experiência amazônica ora citada contribui para que se organizem, em normas legais, diretrizes e princípios para uma política nacional de promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais. Na oportunidade, além de definir conceitos e estimular o trabalho articulado entre os três níveis de governo para auferir mais efetividade à política em questão, o projeto que apresentamos pretende normatizar o disposto na Nota Técnica nº 3/2017/COPE/CGPC/ DPDS-FUNAI, na Nota Técnica nº 1/2017/SFA/MAPA, na Nota Técnica nº 6/2019/COPROD/CGPT/DISAT/ICMBio e na Nota Técnica nº 3/2016/6ªCCR/MPF, entre outras, que consolidam o entendimento de que os alimentos ofertados pelos produtores indígenas locais estão em conformidade com a definição de autoconsumo e de família estendida, que estão baseados na indissociabilidade entre produção, preparo e consumo da alimentação escolar indígena – a ideia é que esse entendimento não-etnocentrista da realidade se estenda a todos os povos e comunidades tradicionais.

A categoria do autoconsumo também está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 25, parágrafo único, nos termos seguintes: *entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos próximos de afinidade e afetividade*.

Entendemos, portanto, que parte da legislação pátria respalda o entendimento de que arranjos familiares não se restringem ao nuclear, inclusive na implementação de políticas sociais (assistenciais). Estes outros arranjos, como o entendimento de família estendida em um mesmo território



SF/21250.26080-72



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

indígena, permitem melhor entendimento sobre a organização social de povos e comunidades tradicionais, a respeito das imbricações dos arranjos familiares em sua estrutura produtiva.

O conceito de autoconsumo, portanto, é imprescindível para que se simplifiquem as exigências documentais para acesso a políticas públicas que visam a criar condições para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais. Este é um dos grandes avanços que se pretende conquistar com a política que propomos neste Projeto de Lei (PL). Tal medida já tem sido possibilitada no contexto emergencial da pandemia de Covid-19 com a Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, e deve ser prevista permanentemente, dada sua importância para o Brasil.

Na convicção de que os ilustres pares concordarão com a importância do PL que ora se apresenta, solicitamos o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JAQUES WAGNER



SF/21250.26080-72



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2021

Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - artigo 6º
  - artigo 231
- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>
- Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - 11346/06  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11346>
- Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009 - Lei da Alimentação Escolar - 11947/09  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11947>
- Lei nº 14.021 de 07/07/2020 - LEI-14021-2020-07-07 - 14021/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14021>



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

## EMENDA Nº - CDH

(ao PL 880 de 2021)

Dê-se ao inciso VI do artigo 3º do PL 880 de 2021, a seguinte redação:

“Art.3º.....

.....

VI – a conciliação entre focalização de recursos e universalização de direitos, segundo critérios de justiça social que não admitam prejuízo absoluto a nenhuma dessas perspectivas, de modo a atender às necessidades de povos e comunidades tradicionais adequadamente, **conciliando a produção de alimentos com a proteção da biodiversidade, dos cursos d’água, das florestas e dos animais silvestres.**” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O artigo 3º trata dos princípios da Política Nacional de Promoção da alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e o inciso VI destaca a conciliação entre a focalização de recursos e a universalização de direitos,

O termo empregado, conciliação, foi colocado de maneira extremamente feliz, pois conciliar é o que tradicionalmente se procede nas comunidades que têm a natureza como fonte de recursos a serem explorados de forma ordeira visando a perpetuação e não o esgotamento.

**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Como exemplo citamos as comunidades indígenas e sua relação intrínseca com a floresta, a fonte de alimento.

A presente emenda pretende enfatizar que essa conciliação entre os recursos e direitos das próprias comunidades deve se estender a proteção da biodiversidade, dos cursos d'água, das florestas e dos animais silvestres.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

**EMENDA Nº - CDH**

(ao PL 880 de 2021)

Dê-se ao inciso VI do artigo 2º do PL 880 de 2021, a seguinte redação:

“Art.2º .....

.....

VI – Alimentos **e Produtos** da Sociobiodiversidade: envolvem a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais (agro biodiversidade) e o uso, **beneficiamento** e o manejo destes recursos junto com o conhecimento e cultura dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares. ” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 2º trata das definições e termos utilizados, que são itens importantes para o entendimento e a aplicação prática da Lei.

A emenda apresentada pretende ampliar o escopo de abrangência do termo alimento, considerando também os produtos, alimentícios ou não, que são frutos do beneficiamento e do manejo dos recursos.

Sala das Sessões,



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Senador **WEVERTON**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

## EMENDA Nº - CDH

(ao PL 880 de 2021)

Dê-se ao inciso VII do artigo 2º do PL 880 de 2021, a seguinte redação:

“Art.2º .....

.....

VII – Autoconsumo/consumo familiar: consumo de alimentos e **produtos** da socio biodiversidade que abrangem **a produção e a coleta ou extrativismo de alimentos para consumo familiar, compreendendo o consumo da produção alimentar dos povos e comunidades tradicionais.** ” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O artigo 2º trata das definições e termos utilizados, que são itens importantes para o entendimento e a aplicação prática da Lei.

O inciso VII define o auto consumo/consumo familiar, colocando a abrangência do termo como a produção para consumo familiar, a venda a retalho ou a granel e a agroindustrialização.

Considera-se pouco adequado tratar de venda a granel direta ao consumidor final e agroindustrialização, dentro do exercício de conceitualização de autoconsumo.

**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Pondera-se não misturar os conceitos a sugestão é a supressão da redação das alíneas "b" e "c", tratando do assunto que é relevante e carece de regulamentação, com conceitualização em incisos próprios. Por outro lado, é importante fazer a ligação do autoconsumo com a produção

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

**EMENDA Nº - CDH**

(ao PL 880 de 2021)

Acrescente-se os incisos IX e X ao artigo 2º do PL 880 de 2021:

“Art.2º .....

.....

**IX - Serviços ambientais: ações realizadas intencionalmente, visando à preservação e à conservação dos ecossistemas, dos bens naturais e da biodiversidade, as quais podem ser apoiadas, estimuladas ou recompensadas por meios econômicos e não econômicos;**

**X– Agroecologia: aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003 , e sua regulamentação;**

**JUSTIFICAÇÃO**

Os serviços socioambientais são um tipo específico de serviços ambientais associados aos PCTs e seus modos de vida.

**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

Nesse sentido, sugere-se promover o conhecimento tradicional associado às áreas de plantio, rios e biodiversidade dos PCTs pela valorização de suas tradições e pela conexão dos produtos da socio biodiversidade aos mercados (públicos e privados).

Assim, essa lei pode ser entendida como um mecanismo, que, além de gerar renda, segurança e qualidade alimentar, gera também uma gama de serviços socioambientais, sendo um mecanismo para retribuir e potencializar esses serviços.

Busca-se deixar mais clara a relação dos modos de vida com uma série de impactos socioecológicos que podem ser retribuídos através de políticas públicas complementares e relações diferenciadas com o setor privado. (Exemplos de contribuições/impactos associados: monitoramento territorial, gestão territorial, promoção de biodiversidade, promoção da agro biodiversidade, tecnologias de manejo da paisagem etc.)

Adota-se a definição de agroecologia prevista no Decreto 7794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

## EMENDA Nº - CDH

(ao PL 880 de 2021)

Dê-se ao inciso II do artigo 3º do PL 880 de 2021, a seguinte redação:

“Art.3º.....

.....

II – o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação **adequada e saudável**, em consonância com o art. 6º da Constituição Federal de 1988. ” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O artigo 3º trata dos princípios da Política Nacional de Promoção da alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e o inciso II destaca o reconhecimento do direito à alimentação.

Porém, deve-se considerar que o direito à alimentação se estende ao reconhecimento das diferenças entre os seres humanos, quanto a idade, local de moradia, cultura, dentre outras.

Assim, é importante destacar que a alimentação deve ser adequada a essas diversas características dos povos e comunidades, devendo também ser saudável, isenta de químicos nocivos e rica em nutrientes.

Sala das Sessões,



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Senador WEVERTON



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

## EMENDA Nº - CDH

(ao PL 880 de 2021)

Acrescente-se os incisos VII ao artigo 3º do PL 880 de 2021:

“Art.3º.....  
.....

**VII - o fomento de atividades produtivas sustentáveis, como estratégia para promover o combate ao desmatamento, a manutenção do ecossistemas naturais brasileiros, o incremento do uso de sistemas produtivos agroecológicos e agroflorestais e a promoção dos serviços e contribuições socioambientais associados aos modos de vida e manejo da paisagem por povos e comunidades tradicionais.**

## JUSTIFICAÇÃO

O artigo 3º trata dos princípios da Política Nacional de Promoção da alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais.

Considera-se importante incluir um princípio que trate do fomento de atividades produtivas, ligando a promoção dos produtos da sociobiodiversidade com a política ambiental.

**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

O fomento a atividades produtivas sustentáveis aparece como eixo de trabalho ao lado do monitoramento e controle e do ordenamento fundiário e territorial no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal PPCDAm (3ª fase).

Na 4ª fase (2016-2020), foi incluído ainda um quarto eixo de instrumentos normativos e econômicos.

Vale considerar instrumentos desta importante política que sejam coincidentes com esta proposta de Lei.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

**EMENDA Nº - CDH**

(ao PL 880 de 2021)

Dê-se ao inciso III do artigo 4º do PL 880 de 2021, a seguinte redação:

“Art.4º.....

.....

III – pesquisas para entender o uso, os processos de gestão dos principais sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais e seus impactos socioambientais.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 4º trata dos objetivos da Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais.

Consideramos que, além de entender o uso e formas de manejo tradicionais é importante entender e aprofundar o conhecimento sobre seus impactos, especialmente na relação dos povos com o manejo e promoção da paisagem, fugindo de uma visão meramente produtivista, agregando outros valores ao manejo tradicional do território.

Sala das Sessões,



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Senador **WEVERTON**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

**EMENDA Nº - CDH**

(ao PL 880 de 2021)

Dê-se ao inciso IV do artigo 4º do PL 880 de 2021, a seguinte redação:

“Art.4º.....

.....

VII – ações de crédito e assistência técnica e extensão rural de base agroecológica voltadas para **a promoção, valorização e conexão com mercados públicos e privados** de sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais. ” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 4º trata dos objetivos da Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais.

A presente emenda propõe a substituição do termo “desenvolvimento”, detalhando melhor o que se espera da ação de crédito e assistência técnica e extensão rural.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Senador **WEVERTON**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

**EMENDA Nº - CDH**

(ao PL 880 de 2021)

Acrescente-se os incisos IX, X, XI e XII ao artigo 4º do PL 880 de 2021:

“Art.4º.....

.....

**IX – fomento de atividades produtivas sustentáveis como medida complementar de combate ao desmatamento;**

**X – definição de mecanismos complementares à comercialização dos produtos oriundos dos sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais, para pagamento por serviços socioambientais e a garantia de preços mínimos, que retribuem os povos e comunidades tradicionais pelas contribuições socioecológicas e ambientais por eles geradas.**

**XI - respeito à pluriatividade, característica da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, bem como à sazonalidade e diversidade de padrões de produtos da sociobiodiversidade.**



SENADO FEDERAL

Gabinete do SENADOR WEVERTON

**XII - incentivos à organização social e produtiva e às articulações com órgãos de assistência técnica e extensão rural. ” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 4º trata dos objetivos da Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e a presente emenda apresenta, como sugestão, mais quatro objetivos possíveis e que não se encontravam contemplados no escopo inicial do PL.

As quatro sugestões agregam valores às atividades produtivas, redução do desmatamento, comercialização de produtos, serviços socioambientais, respeito a pluralidade cultural e articulação governamental.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



SENADO FEDERAL  
Gabinete do SENADOR WEVERTON

## EMENDA Nº - CDH

(ao PL 880 de 2021)

Acrescente-se os incisos VII, VIII, IX, X e XI, ao artigo 6º do PL 880 de 2021:

“Art.6º.....  
.....  
.....

**VII - acesso a crédito simplificado, com avaliação de risco e custo operacional consequente com os objetivos de promoção de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e agroindustrialização de produtos do agroextrativismo;**

**VIII - mecanismos para pagamento por serviços socioambientais e garantia de preços mínimos complementares à comercialização dos produtos oriundos desses sistemas produtivos desenvolvidos em territórios tradicionais;**

**IX - incentivos às cadeias da restauração florestal e do turismo de base comunitária para valorização e fortalecimento dos modos de vida, sistemas agrícolas tradicionais e atividades agroextrativistas.**

**X - incentivo fiscal para substituição de matérias primas convencionais por produtos da sociobiodiversidade, nos moldes da Lei Federal n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991.**

**XI - implantação do Sistema Nacional de Informações de Produtos da Agrobiodiversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (SINPA-PCT). ” (NR)**

## JUSTIFICAÇÃO

**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

O artigo 6º trata dos instrumentos para a os programas de promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais.

As cinco sugestões dos incisos presentes nesta emenda, agregam valores à relação dos instrumentos por meio de acesso a crédito simplificado, mecanismos de pagamento de serviços socioambientais, incentivos à cadeia de restauração florestal e a substituição das matérias primas e, por fim, a proposta de implantação do Sistema Nacional de Informações de Produtos da Agrobiodiversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (SINPA-PCT).

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 880, de 2021, do Senador Jaques Wagner, que *institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 880, de 2021, do Senador Jaques Wagner, que institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais (PNAPAPS-PCT).

Destacadamente, a proposição traz as seguintes disposições:

No **art. 1º**, define o objetivo da lei, que é criar a mencionada Política, estabelecendo os parâmetros legais de sua abrangência, a partir das normas correlatas em vigor.

Na sequência, o **art. 2º** define as categorias fundamentais da Política que institui, a saber: povos, comunidades e territórios tradicionais, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, alimentos da sociobiodiversidade, autoconsumo/consumo familiar e equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O **art. 3º** dispõe sobre os princípios da Política, que incluem a visão multidimensional da soberania e da segurança alimentar e nutricional, o reconhecimento do direito humano à alimentação, a conscientização sobre a segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais, a cooperação entre os entes da Federação e demais segmentos sociais para aplicação da Política, além da conciliação entre focalização de recursos e universalização de direitos.

O **art. 4º**, por sua vez, dispõe que a Política tem, entre seus objetivos, implantar o Sistema Nacional de Informações de Produtos da Agrobiodiversidade dos povos e comunidades tradicionais (SINPA-PCT), além de atuar para promover:

- acesso a mercados para os produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia provenientes dos povos e comunidades tradicionais;
- sistemas produtivos de interesse desses povos;
- pesquisas para entender o uso e os processos de gestão desenvolvidos em territórios tradicionais;
- ações de educação específicas, que valorizem a experiência das comunidades tradicionais;
- intercâmbio de experiência entre os povos e as comunidades tradicionais;
- articulação entre poder público e fóruns especializados; e
- ações de crédito e assistência técnica.

O parágrafo único do art. 4º autoriza o Poder Público federal a estabelecer programas de cooperação federativa e parcerias com os estados, o Distrito Federal, os municípios e entes privados, a fim de alcançar os objetivos da Política.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O **art. 5º** isenta os povos e as comunidades tradicionais do pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária.

O **art. 6º**, por seu turno, define que os programas de promoção da alimentação de povos e comunidades tradicionais devem priorizar, entre outros instrumentos, a capacitação dos agentes públicos responsáveis pela execução de programas de assistência técnica e extensão rural, o planejamento e contínuo monitoramento dos resultados de cada programa, a partir da definição de indicadores e metas pré-estabelecidos, além de promover a difusão de informações concernentes ao tema.

O **art. 7º** institui a obrigatoriedade de inclusão de alimentos da sociobiodiversidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em percentual mínimo obrigatório de 5% das compras realizadas.

O **art. 8º** trata da simplificação de procedimentos para o acesso a políticas públicas em benefício dos povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais, inclusive aquelas relacionadas com a compra pública, doação simultânea e alimentação escolar.

O **art. 9º** determina que o Poder Executivo regule o que for necessário para que as disposições do texto sejam aplicadas.

E, por fim, o **art. 10** estabelece que a lei advinda da aprovação da matéria entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o autor aponta a necessidade de que o País cuide de sua segurança alimentar e nutricional, investindo na valorização de hábitos alimentares e no respeito à cultura dos povos e comunidades tradicionais. Adverte para o risco de interferências que causam prejuízos culturais e sanitários, além de nutricionais, como a oferta de alimentos ultraprocessados, produtos diretamente relacionados ao aumento de doenças associadas à alimentação de baixa qualidade.

A matéria foi distribuída para a análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Comissão de Meio Ambiente



## **SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

(CMA) e da Comissão de Assuntos Sociais, (CAS) que terá a deliberação terminativa.

No prazo regimental, foram apresentadas dez emendas, todas de autoria do Senador Weverton, cujo teor será analisado adiante.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal cabe à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos, o que torna regimental a análise do PL nº 880, de 2021, por este Colegiado.

No mérito, a proposição oferece uma política pública abrangente para tratar do respeito, da proteção e promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais.

Formula princípios, objetivos e instrumentos de defesa da qualidade dos alimentos e fortalecimento da ação do poder público no enfrentamento a problemas graves que envolvem a alimentação disponível para povos e comunidades tradicionais, a exemplo do baixo valor nutricional e mesmo da insuficiência da merenda escolar nas terras indígenas.

A política estabelecida na proposição em análise adota instrumentos para estimular a reprodução, com adaptações, de boas práticas identificadas nesse campo, como a experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) indígena no Amazonas, sob a responsabilidade da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA), que conseguiu garantir a presença de produtos da alimentação tradicional destes povos na alimentação escolar, incluindo produtos de origem animal e processados vegetais, com adequação das normas sanitárias à cultura e tradição destes povos.

Durante sua tramitação, recebeu dez emendas apresentadas pelo Senador Weverton, cuja análise por esta relatoria resultou nas seguintes providências:

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Emenda nº 1** – altera o inciso VI do art. 3º do PL para prever a conciliação de recursos focalizados e universalizados com a produção de alimentos e a proteção da biodiversidade. A preocupação com o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais articulada com a agroecologia, a educação ambiental e a economia solidária já estão previstas nos arts. 4º e 6º do PL, de maneira mais consentânea com os conceitos envolvidos na medida.

**Emenda nº 2** – altera a definição prevista no inciso VI do art. 2º do PL para incluir, além de alimentos, outros produtos não destinados à nutrição no escopo da matéria. Entendemos que a política criada no PL é coerente em seu conjunto com a segurança alimentar e nutricional, e tem sua vantagem justamente no fato de ser centralizada nessa questão.

**Emenda nº 3** – altera o inciso VII do art. 2º para suprimir a menção a venda a granel do conceito de autoconsumo. Ponderamos que a definição adotada pela matéria está em consonância com a definição contida no Decreto nº 8.471, de 22 de junho de 2015, que trata do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Não seria recomendável, neste momento, modificar o conceito na matéria, tornando-o distinto da norma regulamentadora já em vigor.

**Emenda nº 4** – visa acrescentar dois novos incisos ao art. 2º da proposição, de maneira a inserir a definição de “serviços ambientais” e de “agroecologia”. Consideramos apropriado inserir as definições, que tornam o texto coerente com as demais alterações que a seguir analisamos.

**Emenda nº 5** – tem o propósito de incluir a expressão “adequada e saudável” no inciso II do art. 3º, que se refere ao direito à alimentação. É procedente a sugestão contida na emenda, que, por isso, merece acolhida.

**Emenda nº 6** – insere o inciso VII no art. 3º com a finalidade de alinhar a política de segurança alimentar e nutricional ao fomento de atividades produtivas sustentáveis como estratégia para, entre outros, o combate ao desmatamento. Verificamos que o inciso I do mesmo artigo já dispõe sobre a visão multidimensional da política alimentar, concatenando-a, entre outros, aos aspectos ambientais. Consideramos preferível manter o texto do PL por seu

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

caráter mais especificamente relacionado à defesa da segurança alimentar e nutricional.

**Emenda nº 7** – inclui no texto do inciso III do art. 4º a previsão de que as pesquisas para compreender os processos produtivos dos povos e comunidades tradicionais incluirão a avaliação de seus impactos socioambientais. Trata-se de alteração que aprimora o sentido da proposição e, portanto, será acolhida.

**Emenda nº 8** – a alteração específica no inciso VII do art. 4º como se daria o desenvolvimento dos sistemas produtivos presentes nos territórios tradicionais, de maneira a dispor que será por meio da “promoção, valorização e conexão com mercados públicos e privados”. A medida também aprimora o texto original, sendo, portanto, acolhida.

**Emenda nº 9** – insere os incisos IX, X, XI e XII no art. 4º da proposição, com a finalidade de dispor sobre: fomento de atividades produtivas associadas complementarmente ao combate ao desmatamento, garantia de preços mínimos e de retribuição por serviços ambientais prestados, além de respeito à pluriatividade e incentivos a organização social articulada com órgãos da assistência técnica e extensão. Apesar de considerarmos que as disposições estão contidas de maneira transversal ao longo da proposição, as alterações propostas ressaltam as medidas e reforçam o caráter multidimensional do sistema produtivo das comunidades tradicionais. Por isso, acolhemos a emenda.

**Emenda nº 10** – altera a redação do inciso VII e inclui os incisos VII, VIII, IX, X e XI no art. 6º do PL, com a finalidade de agregar valores à relação dos instrumentos previstos na proposição, detalhando que, entre eles, constará o acesso a crédito simplificado, mecanismos de pagamento de serviços socioambientais, incentivos à cadeia de restauração florestal e a substituição das matérias primas. As alterações também contribuem ao aprimoramento da proposição, razão pela qual acolhemos a emenda.

Por fim, apresentamos cinco emendas para sanar falhas de técnica legislativa: *i)* suprimimos, da ementa, a expressão “e dá outras providências”, por ser inespecífica; *ii)* tornamos mais conciso o parágrafo único do art. 1º, a fim de



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

evitar remissões legais não essenciais; *iii*) no art. 2º, inciso VII, suprimimos o termo “consumo familiar” para evitar a expressão “autoconsumo/consumo familiar” por ser imprecisa e desnecessária, uma vez que a alínea “a” do citado inciso já dispõe que o autoconsumo inclui o consumo familiar; *iv*) suprimimos o art. 9º por inconstitucionalidade e redundância, uma vez que a prerrogativa de regulamentar a matéria é inerente ao Poder Executivo; e, por último, *v*) suprimimos o parágrafo único do art. 4º, uma vez que se trata de dispositivo de natureza meramente autorizativa e, portanto, inconstitucional.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 880, de 2021, com as emendas seguintes, pela aprovação das emendas nºs 4, 5, 7, 8, 9 e 10 e pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 3 e 6.

#### EMENDA Nº -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 880, de 2021, a seguinte redação:

“Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais.”

#### EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 880, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

*Parágrafo único.* A execução da PNAPAPS-PCT será articulada, no que couber, com o disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e em outras normas aplicáveis.”





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**EMENDA Nº -CDH**

Dê-se ao inciso VII do *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 880, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

VII – Autoconsumo: consumo de alimentos da sociobiodiversidade de forma tradicional que abrange:

.....”

**EMENDA Nº -CDH**

Suprima-se o parágrafo único do art. 4º do Projeto de Lei nº 880, de 2021.

**EMENDA Nº -CDH**

Suprima-se do Projeto de Lei nº 880, de 2021, o art. 9º, renumerando como art. 9º o atual art. 10.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**17**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 184/2024/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.760, de 2023, da Câmara dos Deputados, que "Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo".

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5760, DE 2023

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2365997&filename=PL-5760-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2365997&filename=PL-5760-2023)



[Página da matéria](#)



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas para assegurar a promoção e a proteção dos direitos humanos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, a fim de lhes garantir o exercício efetivo do direito à segurança, à saúde, à dignidade humana e ao trabalho decente, especialmente para proteção e acolhimento daqueles resgatados do trabalho em condição análoga à de escravo.

Art. 2º É dever do poder público e dos empregadores assegurar às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos, em seu ambiente de trabalho, a proteção efetiva contra todas as formas de abuso, assédio, discriminação e violência e contra a redução a condição análoga à de escravo, a fim de lhes garantir o exercício efetivo ao trabalho decente.

Parágrafo único. O poder público deverá:

I - garantir a participação dos sindicatos e das demais entidades representativas das trabalhadoras e dos





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

trabalhadores domésticos na formulação das políticas públicas e no estabelecimento de mecanismos de proteção da categoria;

II - criar mecanismos que facilitem o pleno acesso à justiça e a adequada investigação, processamento, responsabilização e reparação relacionados às denúncias de violação dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos;

III - criar programas específicos de acolhimento, reinserção e readaptação das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos vítimas de abuso, discriminação, assédio ou violência ou submetidos a trabalho em condição análoga à de escravo.

Art. 3º Atendidos os critérios de elegibilidade, terá prioridade para a concessão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, a pessoa que tiver sido resgatada de situação de trabalho em condição análoga à de escravo.

Art. 4º O § 9º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 129. ....

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, pessoa com relação de trabalho doméstico ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de trabalho doméstico, de coabitação ou de hospitalidade:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

....." (NR)

Art. 5º O *caput* do art. 2º-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de 6 (seis) parcelas de seguro-desemprego no valor de 1 (um) salário-mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo.

....." (NR)

Art. 6º O art. 11-A da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11-A. A entrada do Auditor-Fiscal do Trabalho no âmbito do domicílio do empregador para verificação do cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico dependerá de autorização do empregador ou do trabalhador, caso ali resida.

.....

§ 2º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, salvo quando for constatada infração por falta de anotação na CTPS ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência, embaraço à





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

fiscalização ou prática de redução a condição análoga à de escravo.

....." (NR)

Art. 7º O art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 11. ....

Parágrafo único. Verificados indícios de redução a condição análoga à de escravo ou outra forma de violência doméstica contra a trabalhadora doméstica, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência deverá comunicá-la, em até 48 (quarenta e oito) horas, à unidade regional do Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho." (NR)

Art. 8º A Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo I-A:

## "CAPÍTULO I-A

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DECORRENTES DA  
REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

Art. 30-A. Nos casos em que for constatada a redução a condição análoga à de escravo do empregado doméstico, a autoridade policial ou judicial ou os órgãos de fiscalização das normas que regem as relações de trabalho, no âmbito das respectivas competências, deverão determinar:

I - a inclusão da vítima no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

(CadÚnico), de que trata o art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, bem como nos cadastros de programas sociais em âmbitos estadual, municipal ou distrital;

II - a expedição de ordem judicial para a inclusão da vítima entre os beneficiários do seguro-desemprego, nos termos do art. 2º-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e

III - o acolhimento institucional imediato e o abrigo emergencial da vítima, quando necessário.

Parágrafo único. No caso da vítima ser mulher, a autoridade policial ou judicial aplicará, no que couber, o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), inclusive para adoção de medidas protetivas de urgência."

Art. 9º Os custos decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da seguridade social da União, observados as disposições da lei de diretrizes orçamentárias e o limite das disponibilidades financeiras.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente





---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
  - art129\_par9
- Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015 - Lei da PEC das Domésticas (2015) - 150/15  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2015;150>
- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>
  - art2-3
  - art2-3\_cpt
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>
  - art6-6
- Lei nº 10.593, de 6 de Dezembro de 2002 - LEI-10593-2002-12-06 - 10593/02  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10593>
  - art11-1
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
  - art11
- Lei nº 14.601, de 19 de Junho de 2023 - Lei do Programa Bolsa Família (2023) - 14601/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14601>



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº      , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.760, de 2023, do Deputado Reimont, que *estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

## **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 5.760, de 2023, que *estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.*

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O art. 1º delimita o objeto da proposição.

O art. 2º disciplina o dever do poder público de assegurar às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos, em seu ambiente de trabalho, a proteção efetiva contra todas as formas de abuso, assédio, discriminação e violência e contra a redução a condição análoga à de escravo. Para tanto, determina que o poder público garanta participação de sindicatos desses trabalhadores na elaboração de políticas públicas para a categoria, crie mecanismos que facilitem o pleno acesso à justiça e responsabilização, assim como elabore programas específicos de acolhimento, reinserção e readaptação das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos vítimas de abuso, discriminação, assédio ou violência ou submetidos a trabalho em condição análoga à de escravo.

O art. 3º estabelece a prioridade para a concessão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, à pessoa que tiver sido resgatada de situação de trabalho em condição análoga à de escravo.

O art. 4º altera o art. 129, § 9º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para incluir a pessoa com relação de trabalho doméstico no rol de sujeitos passivos da lesão corporal qualificada por violência doméstica.

O art. 5º altera o art. 2º-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para aumentar o valor das parcelas de seguro-desemprego concedidas ao trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo.

O art. 6º altera o art. 11-A da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, para permitir a entrada de Auditor-Fiscal do Trabalho no âmbito do domicílio do empregador para verificação do cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico com a autorização do empregador ou do trabalhador, caso ali resida. Altera também seu § 2º para determinar a observância do critério da dupla lavratura quando for constatada a prática de redução a condição análoga à de escravo.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O art. 7º cria um parágrafo único no art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, verificados indícios de redução a condição análoga à de escravo ou outra forma de violência doméstica contra a trabalhadora doméstica, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência deverá comunicá-la, em até 48 (quarenta e oito) horas, à unidade regional do Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho.

O art. 8º cria, na Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, o Capítulo I-A, referente às medidas protetivas de urgência decorrentes da redução a condição análoga à de escravo. Nesse capítulo, insere o art. 30-A, que comanda à autoridade policial ou judicial ou os órgãos de fiscalização das normas que regem as relações de trabalho, nos casos em que for constatada a redução a condição análoga à de escravo do empregado doméstico, que determine: (i) a inclusão da vítima no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), bem como em outros cadastros de programas sociais em âmbitos estadual, municipal ou distrital; (ii) a expedição de ordem judicial para a inclusão da vítima entre os beneficiários do seguro-desemprego; e (iii) o acolhimento institucional imediato e o abrigo emergencial da vítima, quando necessário. Em sede do parágrafo único, especifica que, sendo a vítima mulher, a autoridade policial ou judicial aplicará, no que couber, o disposto na Lei Maria da Penha, inclusive para adoção de medidas protetivas de urgência.

O art. 9º elucida que os custos decorrentes da lei que resultar da proposição correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da seguridade social da União.

O art. 10 especifica que a lei que resultar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação argumenta que a proposição busca prevenir que as vítimas resgatadas em trabalho escravo retornem à mesma condição em razão de sua vulnerabilidade e da insuficiência da atuação do poder público.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

A proposição foi despachada para análise da CDH, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PL nº 5.760, de 2023, atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, a proposição busca enfrentar um problema histórico e estrutural: a vulnerabilidade de trabalhadores resgatados e em situação de trabalho em condição análoga à de escravo. A situação torna-se ainda mais alarmante no setor do trabalho doméstico, que combina fragilidades institucionais de fiscalização com um quadro de múltiplas vulnerabilidades. Isso porque a categoria é composta, em sua maioria, por mulheres negras e de baixa renda, que sofrem a interseccionalidade de desigualdades de gênero, raça e classe. Trata-se, portanto, de um segmento historicamente relegado à invisibilidade social, fortemente marcado pela herança escravocrata do País e pelas barreiras persistentes ao pleno exercício da cidadania e da dignidade no trabalho.

Nesse contexto, a proposição assume caráter reparador e protetivo ao estabelecer medidas de prevenção, responsabilização e acolhimento que vão além da mera resposta punitiva. O fortalecimento da fiscalização, aliado à garantia de participação sindical na formulação de políticas públicas, permite que os próprios trabalhadores tenham voz ativa na construção de estratégias de proteção. A majoração do seguro-desemprego para vítimas de trabalho forçado e a prioridade na concessão de benefícios sociais, como o Bolsa Família, constituem respostas concretas às necessidades emergenciais desse grupo, criando uma rede mínima de proteção destinada a interromper o ciclo de exploração e vulnerabilidade. Essas ações são fundamentais para assegurar condições materiais que viabilizem não apenas a sobrevivência, mas também a reintegração social e econômica, reduzindo o risco de revitimização.



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Ademais, a proposição enfrenta de modo específico a violência no âmbito do trabalho doméstico ao prever a inclusão dessa categoria na tipificação de lesão corporal qualificada pela violência doméstica e ao articular seus dispositivos com a Lei Maria da Penha. Tais inovações reconhecem que a violência contra trabalhadores domésticos, sobretudo trabalhadoras, é frequentemente atravessada por relações de poder marcadas por gênero, classe e raça, exigindo respostas mais firmes e céleres do Estado. Ao trazer essa dimensão de especial proteção, a proposição reforça o entendimento de que a dignidade do trabalho doméstico deve ser assegurada com a mesma intensidade destinada a qualquer outra forma de trabalho, rompendo com a tradição histórica de marginalização dessa atividade.

Assim, a proposição projeta um futuro de maior equidade social, fortalecendo a rede de garantias fundamentais para que trabalhadoras e trabalhadores domésticos possam exercer plenamente seus direitos. Trata-se de medida que consolida o compromisso do Estado brasileiro com a erradicação definitiva de práticas análogas à escravidão e com a promoção de trabalho digno, livre e protegido.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.760, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

18



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CDH**

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- representante Defensoria Pública da União;
- a Senhora Érika Linhares, Fundadora da Empresa de Consultoria B-

Have;

- o Exmo. Sr. Fábio Félix, Deputado Distrital;
- a Senhora Irina Bacci, Diretora Técnica da Pan American Development Foudation no Brasil;
- a Senhora Marina Reidel, Coordenadora LGBTQI+ do Fundo Positivo;
- o Senhor Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+;
- a Senhora Rafaelly Wiest, Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI+;
- a Senhora Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores.





## JUSTIFICAÇÃO

A Audiência Pública em questão promoverá o debate sobre o respeito aos direitos humanos no marco do 77º (septuagésimo sétimo) aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, para considerar o reconhecimento da dignidade humana, direitos iguais e inalienáveis, liberdade, justiça e a paz no mundo.

Esse debate foi sugerido pela Aliança Nacional LGBTI+, uma entidade que atua nacionalmente e cuja missão é contribuir para a promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e pessoas de outras orientações sexuais e identidades de gênero diversas (LGBTI+), por entender que atualmente estamos passando por momentos no mundo e no Brasil em que o diálogo entre setores divergentes está cada vez mais difícil, pois as manifestações se apresentam sem respeito, sem civilidade, pelo contrário, são agressivas e violentas.

Vale lembrar que todo o dia 10 de dezembro é comemorado o “Dia Internacional dos Direitos Humanos” e é de suma importância debater e refletir sobre tudo isso, com vistas à retomada das iniciativas voltadas para a cultura da paz!

Sala da Comissão,                      de    de    .

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)



19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/24318.32445-84

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2024

Dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil, estabelecendo a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

§ 1º A potencialidade da vida humana pré-uterina e a vida humana pré-uterina e uterina são expressões da dignidade humana.

§ 2º A tutela dos direitos de personalidade alcança, no que couber e nos limites de sua aplicabilidade, os nascituros, os natimortos e as pessoas falecidas.

§ 3º É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à gravidez, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4º O nascituro que gozar de absoluta viabilidade fetal, presumida esta quando a gravidez comprovadamente tiver mais do que vinte e duas semanas, terá direito inviolável ao nascimento sadio e harmonioso, restringível apenas no caso em que houver comprovado risco grave à vida da gestante em decorrência da manutenção da gravidez, situação em que se procederá à tentativa de antecipação do parto e de manutenção da vida extrauterina da pessoa recém-nascida.”





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/24318.32445-84

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem como fundamento a crença na dignidade inerente à vida humana, desde o momento da concepção. A ciência moderna demonstra que, a partir da 22ª semana de gestação, o feto já apresenta desenvolvimento cerebral significativo, com capacidade de sentir dor e reagir a estímulos externos.

Assim, ao reconhecer os direitos do nascituro de modo eficaz no Código Civil brasileiro, visamos à proteção da vida humana contra quaisquer espécies de procedimentos abortivos, especialmente a partir da presunção de viabilidade fetal, entendida como a capacidade de sobrevivência extrauterina, que se dá, via de regra, na 22ª semana de gestação. A partir dessa viabilidade de vida extrauterina, já devemos falar no próprio direito à vida *stricto sensu*, e não mais em direitos do nascituro, de modo absolutamente etéreo.

É importante ressaltar que não se trata de qualquer espécie de vitimização de mulheres, sobretudo daquelas que eventualmente tenham sofrido violações em sua dignidade sexual, mas de uma tentativa de proteção de nossas futuras crianças, o futuro da nossa nação. Nesse sentido, aliás, estamos ressaltando, mesmo a partir da presunção de viabilidade fetal, a possibilidade única de interrupção da gestação quando houver manifesto risco à vida da gestante. Ou seja, gestantes e crianças são protegidas no projeto.

Nesse sentido, ao estabelecer direitos ao nascituro e vedar o aborto a partir da 22ª semana de gestação, além de promover a dignidade humana, este projeto de lei busca proteger a vida humana em seu estágio mais frágil, promover a saúde da mulher e fomentar um debate construtivo sobre a temática. Acreditamos





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/24318.32445-84

que esta medida contribui para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

Dessa forma, conclamamos os nobres Pares, sobretudo aqueles que se preocupam com a proteção da vida e da dignidade humanas, para a aprovação da matéria, que certamente significará um enorme avanço no ordenamento jurídico brasileiro.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2524, DE 2024

Dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil, estabelecendo a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>



## **PARECER Nº      , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.524, de 2024, do Senador Mecias de Jesus, que *dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil, estabelecendo a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez.*

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 2.524, de 2024, de autoria do Senador Mecias de Jesus, altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para *estabelecer a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez.*

O projeto é estruturado em dois artigos.

O primeiro acrescenta quatro parágrafos ao art. 2º do Código Civil, para dispor que, 1) a potencialidade da vida humana pré-uterina e a vida humana pré-uterina e uterina são expressões da dignidade humana; 2) a tutela dos direitos de personalidade alcança, no que couber e nos limites de sua aplicabilidade, os nascituros, os natimortos e as pessoas falecidas; 3) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação gravídica, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e 4) o nascituro que gozar de absoluta viabilidade fetal, presumida esta quando a gravidez comprovadamente tiver mais do que vinte e duas semanas, terá direito inviolável ao nascimento sadio e harmonioso, restringível apenas no caso em que houver comprovado risco grave à vida da gestante em decorrência da manutenção da gravidez, situação em que se





procederá à tentativa de antecipação do parto e de manutenção da vida extrauterina da pessoa recém-nascida.

O segundo artigo do projeto estabelece a cláusula de vigência, que é imediata.

O autor argumenta que: *“ao estabelecer direitos ao nascituro e vedar o aborto a partir da 22ª semana de gestação, além de promover a dignidade humana, este projeto de lei busca proteger a vida humana em seu estágio mais frágil, promover a saúde da mulher e fomentar um debate construtivo sobre a temática”*.

O texto foi encaminhado para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a deliberação terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

## **II – ANÁLISE**

De acordo com o art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos humanos e aos direitos da mulher, o que torna regimental o exame do presente projeto de lei.

Em obediência à competência da CDH, iniciamos esta análise com remissão à Constituição da República, que assegura, no caput do art. 5º, a inviolabilidade do direito à vida.

A Constituição Federal de 1988 consagra no caput do artigo 5º o direito à vida como o primeiro e mais fundamental de todos os direitos, isto é, o direito a partir do qual todos os demais se sustentam.

Como aduz o Prof. Cabette e Danilo Martins, é bastante claro e evidente que a proteção da vida não admite “distinções de qualquer

natureza”, graduações ou discriminações que ponham fora de seu âmbito protetivo algum “ser” humano<sup>1</sup>.

Dessa forma, se a vida é pressuposto de todo e qualquer outro direito, sua preservação durante o desenvolvimento intrauterino garante não somente a vida de um indiscutível “ser” humano, mas também o acesso desse ser ao nascimento e, daí em diante, ao gozo e exercício de toda uma série de direitos aos quais também jamais teria acesso acaso lhe fosse vedada a saída do ventre materno com vida e o ingresso no mundo e nas relações interpessoais.

Já no Código Civil, o art. 2º prescreve que a personalidade civil das pessoas começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90), por meio do disposto no artigo 8º, garante o direito à “atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral”. A norma tem por objetivo assegurar não somente a saúde da parturiente, mas da criança durante e após a gestação.

Como se pode notar, o marco é claro. O direito à defesa dos interesses do nascituro é assegurado pelo nosso ordenamento jurídico desde a concepção. Tanto é assim que nosso ordenamento garante aos ainda não nascidos os direitos de receber doação (art. 542 do CC); herança (art. 1798, CC); de ser curatelado (art. 1779 do CC) e até mesmo o direito de a mãe receber indenização por morte do seguro DPVAT pela morte de seu filho ainda no ventre em razão de acidente automobilístico (REsp. nº 1.415.727).

Dessa forma o nascituro já é titular do direito à vida. Não fosse assim não haveria cabimento para os chamados “alimentos gravídicos”, os quais seriam passíveis de repetição de indébito, acaso o conceito fosse natimorto.

Assim, a personalidade do nascituro não é condicional, mas apenas certos efeitos de certos direitos dependem do nascimento com vida, notadamente os direitos patrimoniais materiais, como a doação e a herança.

---

<sup>1</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos; MARTINS, Danilo de Almeida. A insustentável pretensão de negar curador ao nascituro. Revista Prática Forense.2023, p. 14. <https://pallottamartins.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Rev.-Pratica-Forense-n.-73.pdf>

Nesses casos, o nascimento com vida é elemento do negócio jurídico que diz respeito à sua eficácia total, aperfeiçoando-a.

Nesse sentido, o Enunciado 1, aprovado na I Jornada de Direito Civil realizada em Brasília pelo Conselho da Justiça Federal, proclama: “A proteção que o Código defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura”.

Já no âmbito internacional, o “Pacto de São José da Costa Rica” ou “Convenção Americana de Direitos Humanos”, consagra a proteção da vida humana desde a concepção de forma expressa em seu artigo 4º, número 1.

Ainda, a “Convenção sobre os Direitos da Criança” (1989), declara que os Estados Partes devem respeitar os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de [...] nascimento.

Assim, conclui-se que na esteira da Constituição Federal e dos Tratados Internacionais relativos ao tema, o ordenamento brasileiro não permite concluir que o nascituro seja uma coisa ou algo, mas uma pessoa humana ou alguém, abrigada pelo reconhecimento da dignidade inerente a toda pessoa humana e, portanto, tendo posta em abrigo sua vida<sup>2</sup>.

No campo médico, o próprio juramento de Hipócrates, um ato solene e tradicional efetuado pelos médicos quando do término de sua formação acadêmica, estabelece, em sua versão original:

Eu juro, por Apolo médico, por Esculápio, Hígia e Panacea, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, a promessa que se segue:

[...] A ninguém darei por prazer, nem remédio mortal nem um conselho que induza a perda. **Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva** (grifo nosso).

---

<sup>2</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos; MARTINS, Danilo de Almeida. A insustentável pretensão de negar curador ao nascituro. Revista Prática Forense. <https://pallottamartins.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Rev.-Pratica-Forense-n.-73.pdf>

Nesse sentido, o Direito Penal concretiza a proteção a esse bem jurídico fundamental por meio da tipificação do crime de aborto. Nos termos do art. 128 do Código Penal, a interrupção da gravidez somente é admitida, de forma excepcional, nas hipóteses de risco de vida para a gestante ou de gravidez resultante de estupro. Adicionalmente, por decisão do Supremo Tribunal Federal, sem a participação do Poder Legislativo, admitiu-se a possibilidade de aborto em casos de anencefalia fetal.

Neste último caso, vale lembrar, que na ADPF 54 o STF não ampliou a possibilidade de interrupção da gravidez sem impor limite temporal, uma vez que o principal argumento dos ministros no julgamento da ação é o de que nesses casos de anencefalia, não haveria vida, por considerarem se tratar de “malformações incompatíveis com a vida”.

Com efeito, no Código Penal, nada se encontra acerca do conceito do aborto. Isto porque o artigo 128, do Código Penal, que tipifica o crime de aborto provocado por terceiro, trata-se de uma norma penal em branco, isto é, uma norma incompleta, em que a descrição da conduta punível se mostra lacunosa ou incompleta, o que a torna dependente de outra.

Dessa forma, a definição do que vem a ser o aborto é encontrada nas portarias do Ministério da Saúde, tal como se dá no caso da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), em que a especificação do que vem a ser droga está na portaria 344/98 do Ministério da Saúde.

Assim, de acordo com essas normativas, o aborto sempre foi tipificado legalmente como a interrupção da gestação em fetos com idade gestacional abaixo das 20/22 semanas de gestação, tal como disposto nas normativas do Ministério da Saúde, que desde 1999 assim dispõe<sup>3</sup>, *in verbis*:

*Idade Gestacional acima de 20 semanas*

Nesses casos, não se recomenda a interrupção da gravidez. Deve-se oferecer acompanhamento pré-natal e psicológico, procurando-se facilitar os mecanismos de adoção, se a mulher assim o desejar.

E em uma versão de 2005<sup>4</sup>:

<sup>3</sup> Ministério da Saúde. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescente. Norma Técnica

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_tratamento\\_agravos\\_violencia\\_sexual\\_%20mulher\\_adolescentes\\_1999.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_tratamento_agravos_violencia_sexual_%20mulher_adolescentes_1999.pdf)

<sup>4</sup> Ministério da Saúde. Nota técnica. Atenção Humanizada ao Abortamento.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_abortamento.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf)

## ATENÇÃO CLÍNICA AO ABORTAMENTO

# 4

### I. ASPECTOS CLÍNICOS

**Abortamento** é a interrupção da gravidez até a 20<sup>a</sup>-22<sup>a</sup> semana e com produto da concepção pesando menos que 500g. **Aborto** é o produto da concepção eliminado no abortamento.

Em outra versão da norma técnica do Ministério da Saúde, em 2012<sup>5</sup>:

#### GESTAÇÕES COM MAIS DE 20 SEMANAS DE IDADE GESTACIONAL

Não há indicação para interrupção da gravidez após 22 semanas de idade gestacional. A mulher deve ser informada da impossibilidade de atender a solicitação do abortamento e aconselhada ao acompanhamento pré-natal especializado, facilitando-se o acesso aos procedimentos de adoção, se assim o desejar.

E ainda, em outra versão de 2022<sup>6</sup>:

Há que se salientar que, sob o ponto de vista médico, não há sentido clínico na realização de aborto com excludente de ilicitude em gestações que ultrapassem 21 semanas e 6 dias. Nesses casos, cuja interface do abortamento toca a da prematuridade e, portanto, alcança o limite da viabilidade fetal, a manutenção da gravidez com eventual doação do bebê após o nascimento é a conduta recomendada.

<sup>5</sup> Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes.  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)

<sup>6</sup> Ministério da Saúde. Atenção técnica para prevenção, avaliação e conduta nos casos de abortamento.  
<https://static.poder360.com.br/2022/06/cartilha-aborto.pdf>

Da mesma forma, a OMS caracteriza o abortamento como a interrupção da gravidez antes de 20-22 semanas ou com um feto até 500 gramas (g) ou de 16,5 cm, ou seja, antes de atingida a viabilidade<sup>7</sup>.

Portanto, a própria palavra aborto se refere ao momento anterior da viabilidade fetal. Após esse marco temporal, o abortamento toca a prematuridade e, portanto, alcança o limite da viabilidade fetal.

Nesse ponto, importante refutar a nota técnica 02/2024, emitida durante o segundo ano do governo Lula, que afirma que segundo a OMS/CID-11, “aborto induzido” é a extração/expulsão do embrião ou feto independentemente da duração da gestação, isto é, sem relação com idade gestacional, peso fetal ou “viabilidade” (itens 3.4–3.5).

Isto porque a prática clínica reconhece sim diferenças substantivas por idade gestacional. Sob o ponto de vista médico, não há sentido clínico na realização de aborto com excludente de ilicitude em gestações que ultrapassem 21 semanas e 6 dias. Nesses casos, com a prematuridade e viabilidade fetal, a manutenção da gravidez com eventual doação do bebê após o nascimento é a conduta recomendada.<sup>8</sup>

Isto porque abortos após 13 semanas são, tipicamente, de dois tipos: médicos ou cirúrgicos. Abortos médicos envolvem um medicamento ou uma combinação de medicamentos administrados à paciente para induzir o aborto. A morte fetal ocorre, então, por meio de feticídio direto (uma injeção de cloreto de potássio diretamente no coração fetal ou uma injeção de digoxina diretamente no feto ou no líquido amniótico) ou como resultado do trauma do trabalho de parto.

Quando realizado após as 20-22 semanas, o aborto é feito por meio da indução da assistolia fetal, que é um ato médico que ocasiona o feticídio (óbito do feto) antes do parto, quando há probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas. O procedimento é consistente na administração de injeção, contendo agente farmacológico, sendo os mais comuns a digoxina, o cloreto de potássio (KCl) e a lidocaína, capazes de levar à parada cardíaca do feto.

Através do exame de ultrassom, o médico identifica o coração da criança, que reage à agressão com movimentos constantes, tentando

<sup>7</sup> Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. 2ª ed. Genebra: OMS; 2013.

<sup>8</sup> Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 44/2022-DAPES/SAPS/MS.



escapar. Ao localizar a veia do órgão, depois de vários minutos ou até horas tentando acertá-lo, o médico injeta a substância em uma grande agulha, que causa uma dor intensa, e, através dessa substância, essa criança vai ao óbito intraútero. A partir daí, se realiza o parto, seja por via cesariana ou por via vaginal, já com o bebê morto, para que os médicos e a gestante não respondam pelo crime de infanticídio.

Diante da excruciante dor que provoca, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, em 2012, já classificava como método inaceitável o uso dessa substância - o cloreto de potássio - no processo de eutanásia de animais, por meio da Resolução 1.000/2012<sup>9</sup>, artigo 15, inciso X. Interessante notar que nesse caso não houve qualquer questionamento judicial quanto à legitimidade do Conselho de Medicina Veterinária.

Ademais, essa substância compõe a injeção letal usada nos EUA e em países como China e Vietnã nos condenados à pena de morte, associada ao barbitúrico, anestésico que induz ao coma; brometo de pancurônio, relaxante que paralisa os pulmões e o diafragma; e cloreto de potássio, que causa parada cardíaca e, consequentemente, a morte<sup>10</sup>.

A ação do cloreto de potássio, em função de ser um íon cardiotoxico, consiste na excitação das fibras nervosas do tipo C, o que promove extrema dor antes do resultado morte. Portanto, não pode ser utilizado em hipótese alguma, estando os médicos veterinários e operadores sujeitos a punições previstas na legislação quando da sua utilização.

No caso da criança por nascer, a aplicação de tal substância caracteriza tortura, uma vez que, como comprovado pela ciência, o feto humano responde a diversos estímulos ambientais como ruído, pressão, dor e frio<sup>11</sup>. Um estudo observou que um feto de 23 semanas, por exemplo, expressava uma careta de dor ao ser picado com uma agulha com anestésico, prestes a ser submetido a uma cirurgia cardíaca no útero<sup>12</sup>.

Frequentemente, afirma-se que existe um consenso de que a dor não é possível antes do desenvolvimento do córtex e antes de as vias

<sup>9</sup> Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012.

[https://www.feis.unesp.br/Home/comissaodeeticaeusoanimal/resolucao-1000-11-05-2012--cfmv\\_-eutanasia.pdf](https://www.feis.unesp.br/Home/comissaodeeticaeusoanimal/resolucao-1000-11-05-2012--cfmv_-eutanasia.pdf)

<sup>10</sup> CARNEIRO, Raquel (Super Interessante). Como é a execução por injeção letal? (2017). Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-e-uma-execucao-por-injecao-letal/>>.

<sup>11</sup> CAULDWELL, Charles B. Anesthesia for Fetal Surgery. New concepts and techniques in pediatric anesthesia. 2002.

<sup>12</sup> Bernardes et al. Ultrasound in Obstetrics & Gynecology, v. 59, p. 394-395, 2021

periféricas estarem conectadas ao córtex por meio da medula espinhal e do tálamo. Esse desenvolvimento, de forma geral, não ocorre antes das 24 semanas de gestação. Por isso, muitos órgãos médicos e reportagens na imprensa afirmam que a dor não é possível antes das 24 semanas — que é justamente o ponto em que a maioria dos abortos deixa de ser legal na maior parte do mundo.

Todavia, um estudo demonstrou que um paciente com danos extensos nas regiões corticais — tradicionalmente consideradas essenciais para a dor — continuava a sentir dor<sup>13</sup>. Outro estudo mostrou ativação de áreas geralmente associadas à dor em indivíduos com insensibilidade congênita à dor, quando expostos a estímulos nocivos<sup>14</sup>. Embora não sejam provas definitivas, esses dois estudos parecem dissociar de forma clara a experiência da dor do córtex.

Além disso, defensores da possibilidade de dor fetal já haviam especulado que a atividade neural na subplaca cortical poderia sustentar a experiência da dor no feto<sup>15</sup>, que começa a se projetar no estágio inicial do desenvolvimento.

Ainda, estudos demonstram que tanto o feto humano quanto o recém-nascido possuem substratos anatômicos e fisiológicos necessários para a percepção nociceptiva. O desenvolvimento das vias nervosas que transmitem estímulos dolorosos ocorre relativamente cedo: fibras nervosas nociceptivas e conexões centrais já estão presentes durante a gestação, e estímulos nocivos desencadeiam respostas hormonais e comportamentais mensuráveis<sup>16</sup>.

Ademais, um estudo criou uma escala com 7 movimentos faciais (como franzir a testa, apertar os olhos, abrir os lábios, alongar horizontal/verticalmente a boca e deflexão do pescoço) que conseguiram discriminar situações de dor aguda de situações de repouso ou sob estímulo

<sup>13</sup> Feinstein JS, Khalsa SS, Salomons TV, et al. Preserved emotional awareness of pain in a patient with extensive bilateral damage to the insula, anterior cingulate, and amygdala. *Brain Struct Funct* 2016;221(3):1499–511

<sup>14</sup> Salomons TV, Iannetti GD, Liang M, et al. The “pain matrix” in pain-free individuals. *JAMA Neurol* 2016;73(6):755

<sup>15</sup> The current IASP pain definition<sup>31</sup> states that pain is “an unpleasant sensory and emotional experience ... resembling that associated with actual tissue damage,” and that (note): “verbal description is only one of several behaviors to express pain, inability to communicate does not negate the possibility that a human ... experiences pain.” Thus, according to this definition, our data indicate AP group participants exhibited an acute nociceptive-related facial response, that may have been experienced as pain, something that remains to be determined.

<sup>16</sup> ANAND, KJS et al. Pain and its effect in the human neonate and fetus. *The New England Journal of Medicine*.



sonoro. Todos os fetos do grupo da dor aguda tiveram pontuação  $\geq 5$  nessa escala, enquanto os controles nunca passaram de 4. Assim, foi verificado que os fetos do grupo submetido ao estímulo doloroso mostraram um conjunto de expressões faciais diferentes dos grupos de controle<sup>17</sup>.

Ressalte-se que a sujeição a estímulos dolorosos está associada a efeitos prejudiciais de longo prazo<sup>18 19</sup> no neurodesenvolvimento, como deficiências comportamentais, emocionais e de aprendizado mais tarde na vida, assim como alteração na própria sensibilidade à dor e ainda incidência de complicações posteriores<sup>20</sup> no desenvolvimento neurológico e/ou psicológico<sup>21</sup>.

As evidências científicas sugerem que o aborto é terrivelmente doloroso para o feto<sup>22</sup> e “causa efeitos adversos de curto e longo prazo no sistema nervoso central em desenvolvimento”<sup>23</sup>, além de que “os procedimentos fetais invasivos claramente provocam uma resposta de estresse.”<sup>24 25</sup>

Importante notar que a definição atual de dor da Associação Internacional para o Estudo da Dor, IASP, em inglês, afirma que a dor é “uma experiência sensorial e emocional desagradável ... semelhante àquela associada a um dano real nos tecidos” e que “a descrição verbal é apenas um dos vários comportamentos para expressar dor”<sup>26</sup>. Assim, a incapacidade de

<sup>17</sup> BERNARDES, Lisandra S. et al. Sorting pain out of salience: assessment of pain facial expressions in the human fetus. *Pain Reports*. 2021. Disponível em: <https://observatorio-api.fm.usp.br/server/api/core/bitstreams/fdef4e07-0f65-40a0-af01-ecf8d06f6f08/content>

<sup>18</sup> JOHNSTON, C. Céleste; STEVENS, Bonnie J. Experience in a neonatal intensive care unit affects pain response. *Pediatrics*, v. 98, n. 5, p. 925-930, 1996.

<sup>19</sup> TAYLOR, Alyx; FISK, Nicholas M.; GLOVER, Vivette. Mode of delivery and subsequent stress response. *The Lancet*, v. 355, n. 9198, p. 120, 2000.

<sup>20</sup> VANHATALO, Sampsa; VAN NIEUWENHUIZEN, Onno. Fetal pain?. *Brain and Development*, v. 22, n. 3, p. 145-150, 2000.

<sup>21</sup> ALVES, Endel. *Dor fetal e sofrimento fetal*. [S.l.], 2025. Pendente de publicação.

<sup>22</sup> SMITH, Richard P. et al. Pain and stress in the human fetus. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, v. 92, n. 1, p. 161-165, 2000.

<sup>23</sup> ROSEN, Mark A. Anesthesia for Fetal Surgery and Other Intrauterine Procedures. In: CHESTNUT, David H. et al. *Chesnut's Obstetric Anesthesia: Principles and Practice*. Philadelphia: Mosby, 2009, p. 131-132.

<sup>24</sup> TRAN, Kha M. Anesthesia for fetal surgery. *Seminars in Fetal and Neonatal Medicine*, v. 15, n. 1, p. 40-45, 2010.

<sup>25</sup> TEIXEIRA, Jerónima MA; GLOVER, Vivette; FISK, Nicholas M. Acute cerebral redistribution in response to invasive procedures in the human fetus. *American journal of obstetrics and gynecology*, v. 181, n. 4, p. 1018-1025, 1999.

<sup>26</sup> Raja SN, Carr DB, Cohen M, Finnerup NB, Flor H, Gibson S, Keefe FJ, Mogil JS, Ringkamp M, Sluka KA, Song XJ, Stevens B, Sullivan MD, Tutelman PR, Ushida T, Vader K. The revised International Association for the Study of Pain definition of pain: concepts, challenges, and compromises. *PAIN* 2020.

se comunicar não nega a possibilidade de que um ser humano experimente dor.

Aliás, desde a primeira transfusão de sangue intraperitoneal em um feto, realizada em 1963 e a primeira cirurgia fetal humana bem-sucedida, realizada em 1981, houve avanços impressionantes nas intervenções terapêuticas fetais.

Até o momento, a cirurgia fetal tem sido realizada com sucesso para correção de várias anomalias (como mielomeningocele, uropatia obstrutiva, hérnia diafragmática congênita, defeitos cardíacos congênitos, malformação adenomatosa cística pulmonar congênita), remoção de diversos tumores (como corioangioma, teratoma sacrococcígeo), bem como em procedimentos específicos como a síndrome de transfusão feto-fetal e os procedimentos EXIT (tratamento extrauterino intraparto).

Para esses procedimentos, clínicos ou cirurgiões que trabalham com pacientes fetais defendem o uso de anestesia e analgesia fetal como prática padrão<sup>27</sup>. Conforme defendem Stuart Derbyshire e John Bockmann, que possuem visões diferentes sobre a moralidade do aborto, há consenso de que o uso de anestesia e analgesia fetal proporciona a imobilidade necessária do feto e previne reações fisiológicas perigosas do feto — a chamada "resposta ao estresse" — durante a cirurgia<sup>28</sup>.

Ainda, estudos têm demonstrado que a manipulação cirúrgica de fetos não anestesiados resulta em estimulação do sistema nervoso autônomo, com repercussões na frequência cardíaca, aumento dos níveis hormonais e da atividade motora fetal<sup>29</sup>. Assim, conforme coaduna os autores supracitados, de todos os procedimentos fetais realizados, somente o aborto estaria sendo realizado sem anestesia ou analgesia.

<sup>27</sup> DERBYSHIRE, Stuart WG; BOCKMANN, John C. Reconsidering fetal pain. Med Ethics. 2020. Disponível em: <https://jme.bmj.com/content/medethics/46/1/3.full.pdf>

<sup>28</sup> Ibidem, pág. 2, apud Rollins MD, Rosen MA. Anesthesia for fetal surgery and other intrauterine procedures. In: Chestnut's Obstetric Anesthesia Principles and Practice, ed 5. Chestnut DH (Ed. Philadelphia PA: Elsevier Saunders, 2014: 128–47; Fink RJ, Allen TK, Habib AS. Remifentanyl for fetal immobilization and analgesia during the ex utero intrapartum treatment procedure under combined spinal–epidural anaesthesia †. Br J Anaesth 2011;106(6):851–5 e van de Velde M, De Buck F. Fetal and maternal analgesia/anesthesia for fetal procedures. Fetal Diagn Ther 2012;31(4):201–9.

<sup>29</sup> BRAGA, Angélica de Fátima de Assunção. Anestesia para correção intra-útero de mielomeningocele: relato de caso. Rev. Bras. Anesthesiol. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0034-70942005000300009> e CAULDWELL, Charles B. Anesthesia for fetal surgery. New Concepts and Techniques in Pediatric Anesthesia. 2002. <https://www.sciencedirect.com.ez145.periodicos.capes.gov.br/science/article/abs/pii/S0889853703000622?via%3Dihub>



Como exposto, a prática da assistolia fetal é, portanto, desumana, dolorosa e desproporcional e fere o artigo 5º da Constituição, inciso III, que estabelece que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Trata-se de uma forma de interrupção da gravidez que, ao provocar sofrimento físico no feto, fere frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana, base do nosso Estado Democrático de Direito.

Ademais, a defesa dos direitos do nascituro é condizente com a comprovação científica de que o conceito é já uma vida humana individualizada, como defende Jérôme Lejeune, geneticista francês e autoridade mundial em biologia genética<sup>30</sup>.

Desse modo, o presente Projeto de Lei apenas vem confirmar o que a legislação já prevê, adicionando a questão da dignidade do ser humano, reafirmando que acima da idade gestacional de 20/22 semanas, não se torna possível realizar o abortamento da criança, tendo em vista sua viabilidade fetal.

Da mesma forma, o projeto de lei encontra-se em consonância com as normativas do Conselho Federal de Medicina, órgão que representa 640 mil médicos do país e possui competência para regulamentar questão procedimental referente ao médico, fato que ostenta inafastável natureza técnico-científica.

O próprio Conselho Federal de Medicina, na Resolução nº 2378/2024 estabelece que havendo viabilidade fetal, deve ser assegurada a tecnologia médica disponível para tentar permitir a sobrevivência após o nascimento. As estimativas de chance de sobrevida devem analisar questões como: peso, motivo da prematuridade, idade gestacional, presença de CIUR (crescimento intrauterino restrito), uso de corticoide, etc. A idade gestacional também deve ser avaliada e vem decaindo com o avanço da tecnologia médica.

---

<sup>30</sup> O Dr. Lejeune, falecido em 1994, foi um médico francês, pediatra, Doutor em Ciências, e professor de Genética Fundamental. Por sua descoberta da causa genética da "Síndrome de Down", recebeu o Prêmio Kennedy. Recebeu também a "Memorial Allen Award Medal", a mais alta distinção mundial no campo da Genética. O Dr. Lejeune foi membro de várias academias científicas, entre as quais: Academia Americana de Artes e Ciências, Real Academia de Medicina, Real Sociedade de Ciências de Estocolmo, Academias de Ciências da Itália e da Argentina, Pontifícia Academia de Ciências, Instituto Francês de Ciências Morais e Políticas, e Academia Francesa de Medicina. Ver: HALL, Theodore. Human Life Begins: Integrated Senate Report. " The Linacre Quarterly: Vol. 50. 1983.

Em estudo recente<sup>31</sup>, foram analisados dados de cerca de 900 hospitais americanos. É citado nesse estudo que, em 2007, somente 26% ofereciam tratamento a nascidos com 22 semanas, e a taxa de sobrevivência era de 5%. Em 2019, tratamentos já eram oferecidos em 58% dos hospitais, com taxa de sobrevivência de 17%. Cerca de 250 bebês nascidos com 22 semanas de gestação sobrevivem nos Estados Unidos a cada ano. Entre os nascidos com 23 semanas, o número de sobreviventes foi cinco vezes maior.

De todo oportuno ressaltar, inclusive, que o presente Projeto de Lei não retira a possibilidade de interrupção voluntária da gravidez nos casos previstos no artigo 128, II, CP. A interrupção da gestação poderá ocorrer nos casos em que a mulher assim o desejar, sendo que está se dará através da antecipação do parto.

Tal procedimento, inclusive, atende ao **Princípio da Máxima Efetividade dos Direitos Fundamentais**, vez que se assegura o interesse da gestante em interromper a gravidez e, ao mesmo tempo, garante-se o direito à vida do nascituro que, nesta idade gestacional já tem possibilidade de sobreviver fora do útero com os atuais avanços da medicina.

A máxima efetividade é reconhecida como um princípio interpretativo das normas constitucionais, como esclarece o professor Canotilho:

Este princípio, também designado por princípio da eficiência ou princípio da interpretação efetiva, pode ser formulado da seguinte maneira: a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê. É um princípio operativo em relação a todas e quaisquer normas constitucionais, e embora a sua origem esteja ligada à tese da atualidade das normas programáticas (Thoma), é hoje sobretudo invocado no âmbito dos direitos fundamentais (no caso de dúvidas deve preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia aos direitos fundamentais)<sup>32</sup>.

É essencial registrar a particularidade da interrupção da gravidez em casos de risco grave à vida da gestante, especialmente em gestações de bebês periviáveis (a partir de 22 semanas). Do ponto de vista clínico, é importante destacar que o organismo da mulher se volta para proteger a gravidez desde seu início, salvo na presença de alguma patologia

<sup>31</sup> Sium A, et al. The effect of induced fetal demise on induction to expulsion interval during later medication abortion: a retrospective cohort. *Contraception*: X 2023;125:110092.

<sup>32</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 1210.

materna. Por esta razão, um aborto provocado em idades gestacionais avançadas configura-se como uma grande agressão ao corpo feminino.

Ademais, é sabido que os riscos de complicações derivadas do aborto para a mulher aumentam significativamente, podendo incluir perfuração uterina, hemorragia intensa, infecções graves e até risco de morte. Mesmo quando realizado em ambiente clínico, existem perigos associados à anestesia, ao uso de medicamentos e à maior probabilidade de complicações conforme o avanço da gestação. Além disso, infecções pós-procedimento e dificuldades futuras na saúde reprodutiva também estão entre os possíveis efeitos adversos<sup>33</sup>.

Do ponto de vista mental e psicológico, a literatura científica aponta que mulheres que realizaram aborto podem ter maior incidência de ansiedade, depressão, comportamentos suicidas e abuso de substâncias, especialmente quando já havia histórico prévio de vulnerabilidade emocional ou situações de violência doméstica<sup>34</sup>. Estudos longitudinais sugerem que, em determinados grupos, há associação entre o aborto e o aumento de riscos de transtornos psiquiátricos posteriores<sup>3536</sup>.

Nesses casos, a escolha pelo abortamento, em contraposição à antecipação do parto, incrementa significativamente os riscos à saúde da gestante. Procedimentos como a assistolia fetal, que visa interromper a atividade cardíaca fetal para induzir o aborto em casos de gestações de bebês periviáveis (a partir de 22 semanas), são demorados e deveras complexos, postergando em muito o fator de risco.

Nesse sentido, uma revisão sistemática de 2020 evidenciou taxa mais alta de eventos adversos maternos graves em pacientes recebendo drogas feticidas, ou seja, que realizaram o procedimento de assistolia fetal, do que naquelas situações em que mulheres não receberam tais medicamentos. Um estudo incluído na revisão, comparando dilatação e

<sup>33</sup> FERGUSSON, David M.; HORWOOD, L. John; BODEN, Joseph M. *Does abortion reduce the mental health risks of unwanted or unintended pregnancy? A re-appraisal of the evidence. The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry.*

<sup>34</sup> FERGUSSON, David M.; HORWOOD, L. John; BODEN, Joseph M. *Does abortion reduce the mental health risks of unwanted or unintended pregnancy? A re-appraisal of the evidence. The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry.*

<sup>35</sup> Major B, Cozzarelli C, Cooper ML, Zubek J, Richards C, Wilhite M, Gramzow RH. Psychological responses of women after first-trimester abortion. *Arch Gen Psychiatry.* 2000 Aug;57(8):777-84. doi: 10.1001/archpsyc.57.8.777. PMID: 10920466. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10920466/>

<sup>36</sup> COLEMAN, Priscilla K. et al. *Abortion and mental health: quantitative synthesis and analysis of research published 1995–2009. The British Journal of Psychiatry,* v. 199, n. 3, p. 180-186, 2011. DOI: 10.1192/bjp.bp.110.077230.



esvaziamento uterino com ou sem digoxina prévia para a morte fetal, encontrou mais incidência de aborto espontâneo, infecção e reinternação no grupo que recebeu digoxina 1mg interfetal ou intra-amniótica<sup>37</sup>. Ou seja, além de não provocar benefício, o procedimento de assistolia fetal ainda pode provocar diversos danos.

Se a opção for por uma cesárea para o aborto, o segmento uterino – local da incisão – ainda se encontra espesso, o que significa uma grande possibilidade de sangramento uterino intenso durante o ato cirúrgico, além de outras complicações imediatas e futuras. Por outro lado, se a opção for pela indução para um parto vaginal não cirúrgico, o processo igualmente violenta a natureza do organismo, que luta para manter a gestação, sendo demorado, doloroso e passível de complicações.

Dessa forma, considerando que o aborto é sempre um *plus* de risco acrescido ao ato de interromper a gravidez, revela-se que, em todas as hipóteses, o procedimento mais adequado e seguro para a gestante nestas circunstâncias é a antecipação do parto do nascituro periviável.

Não há, pois, qualquer hipótese onde a assistolia fetal seja mais vantajosa, seja sob o prisma da gestante ou, obviamente, sob o enfoque dos interesses do nascituro. Essa conclusão ganha ainda mais relevância quando consideramos os avanços da medicina neonatal, que hoje permite a sobrevivência de bebês extremamente prematuros, como Curtis Means, nascido no Alabama (EUA) em julho de 2020 com apenas 21 semanas de gestação<sup>38</sup>.

Cabe ressaltar que a partir da 22ª semana as chances de sobrevivência aumentam progressivamente a cada semana, o que reforça o imperativo ético e legal de proteção a esse indivíduo em desenvolvimento e portador de direitos fundamentais. Antes considerados com poucas chances de sobrevivência, hoje esses pequenos guerreiros são símbolos de resiliência e superação, e suas jornadas representam não apenas uma luta pela vida, mas também uma prova de amor, dedicação e ciência trabalhando juntos para salvar vidas.

<sup>37</sup> LOHR, Patricia et al. Outcomes of dilation and evacuation with and without feticide by intra-cardiac potassium chloride injection: a service evaluation. Volume 98, Issue 2, August 2018, Pages 100-105

<sup>38</sup> Revista Galileu. “Bebê mais prematuro do mundo comemora aniversário de 04 anos.” <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/curiosidade/noticia/2024/07/bebe-mais-prematuro-do-mundo-comemora-aniversario-de-4-anos.ghtml>

Ainda, o Projeto de Lei atende todas as normas do ponto de vista bioético e científico, principalmente a Classificação Internacional de Doenças, 11ª Revisão (CID-11), próprio sistema desenvolvido pela OMS que fornece uma codificação padronizada para doenças, condições de saúde e causas de morte, permitindo a coleta e comparação de dados de saúde em nível global.

Para a conceituação de aborto espontâneo, a periviabilidade do bebê após a 22ª semana é levada em consideração, que é, segundo a CID-11, “a perda espontânea da gravidez (ou seja, embrião ou feto) antes de 22 semanas completas de gestação” (código JA00.0 CID-11)<sup>39</sup>. Veja-se que após essa idade gestacional, a CID denomina o falecimento destes bebês não de “morte fetal”, mas sim de “natimorto”, diferenciando-os em razão da periviabilidade. Outrossim, nos códigos KD3B, KD3B.1 e KD3B.0 sempre se faz referência às 22 semanas de idade gestacional ou, quando esta é desconhecida, às 500 gramas de peso.

Este limiar de 22 semanas de gestação é fundamentado em extensos estudos clínicos que demonstram a capacidade dos órgãos e sistemas do feto de funcionar fora do útero, assim como as melhorias nas tecnologias de cuidados intensivos neonatais<sup>40</sup>.

Ao diferenciar a perda gestacional em aborto espontâneo antes de 22 semanas e natimortalidade após esse limiar, a CID-11 reconhece a vida fetal como digna de proteção, alinhando-se aos princípios da bioética que defendem a preservação da vida em todas as suas etapas.

Crucial, ainda, a referência a um documento publicado em 2022 do Departamento de Saúde Sexual e Reprodutiva e Pesquisa (SRH) da Organização Mundial da Saúde (OMS), que propõe a remoção de limites gestacionais para o aborto, chamado “*Abortion Care Guideline*”<sup>41</sup>. Tal documento carece de qualquer cientificidade e, contraria as orientações da própria OMS.

Não passa despercebido que este departamento é formado por apenas 7 integrantes e a formulação deste manual foi realizada por um grupo

<sup>39</sup> CID-11. <https://icd.who.int/browse/2025-01/mms/en#696502028>

<sup>40</sup> Ver: MARTINS, Danilo A.; ALVES, Êndel. Análise bioética crítica do *Abortion Care Guideline* (2022) sobre a incompatibilidade com o CID-11, nos critérios para viabilidade fetal e prematuridade em periviabilidade fetal. [s.l.]: 2025 (ainda pendente de publicação).

<sup>41</sup> Abortion care guideline. Geneva: World Health Organization <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/349316/9789240039483-eng.pdf?sequence=1>

de 38 autores, sendo que apenas 5 possuíam alguma especialização na área médica<sup>42</sup>.

Ademais, a maioria dos autores são explicitamente ativistas pelo aborto e afiliados a grandes instituições abortistas como Planned Parenthood, a maior organização abortista do mundo, Center for Reproductive Rights, Population Council, Ipas Development Foundation, International Planned Parenthood Federation (IPPF), International Youth Alliance for Family Planning (IYAAP), Centre for Health and Social Justice, dentre outros.

Este detalhe revela a absoluta disparidade de critérios entre a formulação deste documento em comparação à Classificação Internacional de Doenças (CID), formulada em Assembleia Mundial, decorrente de estudos feitos em mais de 120 países.

Ainda, o documento não especifica quais evidências científicas foram utilizadas para fundamentar suas recomendações e, pior, traz uma advertência de que não há garantia alguma a quem aplicar suas orientações. Transcrevemo-la e, em livre tradução, vertemo-la ao português:

*“General disclaimers.*

*(...) All reasonable precautions have been taken by WHO to verify the information contained in this publication. However, the published material is being distributed without warranty of any kind, either expressed or implied. The responsibility for the interpretation and use of the material lies with the reader. In no event shall WHO be liable for damages arising from its use” (page. 04).*

Tradução:

*“Isenções de responsabilidades gerais.*

*(...) A OMS tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações contidas nesta publicação. No entanto, o material publicado está sendo distribuído sem garantia de qualquer tipo, expressa ou implícita. A responsabilidade pela interpretação e utilização do material é do leitor. Em nenhuma hipótese a OMS será responsável por danos decorrentes de seu uso.” (fls. 04)*

<sup>42</sup> Abortion care guideline. Geneva: World Health Organization; 2022; fls. 158/160



Portanto, a cientificidade do documento “*Abortion Care Guideline*” é, no mínimo, discutível, razão pela qual deve ser descartada em qualquer análise jurídica séria.

Como honestamente reconhecido pelo Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas (American College of Obstetricians and Gynecologists – ACOG):

“O conceito de viabilidade fetal é frequentemente deturpado ou mal interpretado com base em princípios ideológicos. Isso perpetua interpretações incorretas e anticientíficas de termos médicos e leva à interferência na prática médica”<sup>43</sup>.

Assim, como salvaguarda da proteção ao nascituro, a centralidade da proposição reside no § 2º que se pretende acrescentar ao art. 2º do Código Civil, o qual consagra o direito inviolável ao nascimento sadio e harmonioso do nascituro a partir da 22ª semana de gestação, desde que presente a presunção de viabilidade fetal.

Nada obstante, com o objetivo de aprimorar a redação do projeto, propomos ajustes que reforçam a proteção ao nascituro, especialmente no que se refere ao reconhecimento da vida intrauterina como expressão da dignidade humana, ao direito à justiça e aos limites éticos e jurídicos da intervenção médica em casos de risco para a gestante.

No tocante ao acesso à justiça, na convenção internacional ratificada pelo Brasil, a “Convenção sobre os Direitos da Criança” (1989), é estatuído, em seu preâmbulo, que

Tendo em mente que, como indicado na declaração sobre os Direitos da Criança, a criança, em razão de sua falta de maturidade física e mental, **necessita proteção e cuidados especiais, incluindo proteção jurídica antes e depois do nascimento** (grifo nosso).

Ainda, conforme ensina Maria Helena Diniz:

Urge que a humanidade progrida, caminhando na direção de princípios que permitam ao homem ser cada vez mais homem, vendo respeitado o

---

<sup>43</sup> AMERICAN COLLEGE OF OBSTETRICIANS AND GYNECOLOGISTS. *Facts are important: understanding and navigating viability*. Washington, DC, 2025. Disponível em: <https://www.acog.org/advocacy/facts-are-important-understanding-and-navigating-viability>. Acesso em: 11 jul. 2025.

seu direito fundamental, intocável e inalienável à vida e, consequentemente, o seu direito de nascer. 46

Ademais, conforme consta no artigo 3º da Lei Complementar no 80, de 12 de janeiro de 1994, que a rege e a organiza, são objetivos da Defensoria Pública (I) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; (II) a afirmação do Estado Democrático de Direito; (III) a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e (IV) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

O art. 4º da Lei Complementar elenca as funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: (I) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus; (II) promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela (inc. X); (III) exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado (inc. XI). Assim, ao nascituro também deve ser garantido o acesso à justiça, inclusive por meio da Defensoria Pública.

Nesse sentido, conforme aduz o Defensor Público Federal Danilo de Almeida Martins e Eduardo Luiz Santos Cabette, em função destes dispositivos e de outros princípios constitucionalmente assegurados, os nascituros – que por essência, são vulneráveis -, devem ser tutelados pela Defensoria Pública, principalmente se levarmos em consideração que o ordenamento jurídico obriga o exercício da Curadoria Especial em conformidade com o art. 4º, inciso XVI da LC 80/94, que estabelece ser função institucional deste órgão<sup>44</sup>.

Além disso, sugerimos a inclusão de dispositivo que disponha que o nascituro falecido, por morte natural ou provocada, será registrado no Registro Civil de Pessoas Naturais, independentemente de sua idade gestacional, e terá direito às mesmas honras fúnebres das pessoas nascidas, tal como já assegurado na Lei nº 15.139/2025, art. 9º, parágrafo único, que

<sup>44</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos; MARTINS, Danilo de Almeida. A insustentável pretensão de negar curador ao nascituro. Revista Prática Forense. <https://pallottamartins.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Rev.-Pratica-Forense-n.-73.pdf>



entrou em vigor no último dia 23/08/2025. Em nenhuma hipótese o cadáver do nascituro será descartado ou tratado como lixo hospitalar.

Com os ajustes propostos, consideramos que a proposição representará um avanço na proteção do direito à vida.

### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.524, de 2024, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº – CDH

Dê-se aos §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.524, de 2024, a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

§ 1º A vida intrauterina é expressão da dignidade humana.

.....

§ 3º O natimorto, por morte natural ou provocada, será registrado no Registro Civil das Pessoas Naturais, independentemente de sua idade gestacional ou de seu peso, e terá direito subjetivo às mesmas honras fúnebres das pessoas nascidas, sendo vedado seu descarte ou tratamento como lixo hospitalar.” (NR)

#### EMENDA Nº – CDH

Acrescente-se o artigo 2-A a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.524, de 2024, com a seguinte redação:

“**Art. 2º-A.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à



justiça, inclusive por meio da Defensoria Pública, à alimentação gravídica, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, caso não haja representante legal para defender seus interesses ou quando estes colidirem com os daquele, ser-lhe-á nomeado curador especial, nos termos do art. 72, I, parágrafo único do CPC.

§ 2º Em observância ao direito à vida, com a viabilidade fetal, presumida em idade gestacional com mais de 22 semanas, eventual interrupção da gravidez deverá se dar obrigatoriamente pela antecipação do parto, sendo vedado o abortamento de fetos viáveis.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

20